



José Ibrahim: o momento é de unidade

O líder da greve de Osasco, em 1968, volta ao Brasil depois de 10 anos de banimento e retoma os laços diretamente com a classe operária.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - ANO II - Nº 66 - Cr\$ 15,00 - 1 A 7 DE JUNHO DE 1979

A UNE de pé

Reunidos em Salvador nos dias 29 e 30, 3.000 delegados estudantis reconstruíram a União Nacional dos Estudantes, massacrada pela ditadura no início dos anos 70.

IBM vendeu computadores para as ditaduras perseguirem as oposições

Igrejas católicas e protestantes acusaram a IBM de facilitar a repressão política no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, através da venda de computadores para uso dos órgãos de segurança. Um dos principais documentos que comprovam o envolvimento da multinacional é o que trata de uma encomenda feita por um departamento de segurança do governo carioca de dois computadores IBM e 40 terminais de investigação, em 1973. A IBM reconheceu o documento como autêntico, mas negou que a encomenda tivesse sido concretizada. Eis o documento, recebido recentemente por órgãos de defesa dos direitos humanos de São Paulo, junto com um dossiê, que está na página 5.

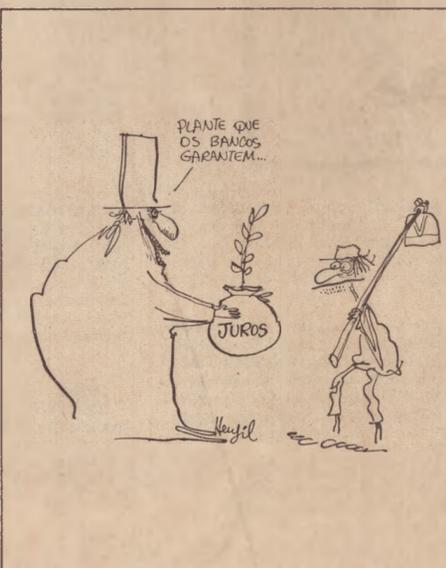
Delfim é vaiado no III Congresso dos Trabalhadores Rurais



MINAS: 70.000 professores da rede pública e privada em todo o Estado em greve desde o dia 17 no maior movimento regional desde 1968.

MINAS: milhares de operários da Companhia Siderúrgica Mannesmann pressionam o sindicato e voltam a fazer greve na empresa que foi o ponto de partida do movimento reivindicatório de 1968.

Bernardo Kucinski conta histórias do melê atômico na pág. 9



Irã

As mulheres se revoltam contra o conservador Khomeini

Jornalistas de São Paulo não ganham nada. Por que a greve não deu certo? (pág.12)



A repressão e o lucro na universidade do Rio

"CONTRA QUALQUER FORMA DE REPRESSÃO". "CONTRA O AUMENTO DAS ANUIDADES".

Estas e outras faixas decoraram o pátio interno da Universidade Gama Filho (UGF) na manhã do sábado, 26 de Maio. Ali se realizava a Segunda Assembléia Geral dos Estudantes dessa Universidade. A primeira foi no dia 12 de maio, quando mais de 1500 se reuniram, após 11 anos de silêncio, "levantaram a voz repudiando o aumento das anuidades (repass), reivindicando melhores condições de ensino e discutindo formas de organização".

A esta firme decisão dos estudantes da Gama de não permanecerem mais calados, mas de lutarem por suas justas, a repressão respondeu de uma forma particular: os "judocas" da UGF, sob a orientação do diretor de esportes baixaram porrada. No dia 21 um estudante de Arquitetura que colava um cartaz foi agredido fisicamente e um professor que veio em sua defesa também levou um murro no ptio. O terrorismo instalado dentro do campus lembrava um "circus" da decadência romana quando os "judocas" corriam pelo campo de futebol rasgando os cartazes e cerca de mil alunos gritavam em coro: abaixo a repressão.

A denúncia da repressão veio a fortalecer o Conselho de Entidades Livres (CEEL) e a todas as lutas levadas pelos estudantes da Gama. Lutas que deixam saldos significativos quando os estudantes criam seus Centros Acadêmicos Livres e de imediato se engajam na luta pela reconstrução da UNE através da tirada de delegados para o próximo Congresso em Salvador, delegados como os do curso de Engenharia que receberam mais de 90 dos votos em urna.

A Assembléia do dia 26, além de contar com a participação de outras entidades estudantis que lá estiveram prestando solidariedade e irrestrito apoio aos colegas da Gama, teve a presença de representantes dos Deputados Estaduais José Eudes e Heloneida Studart que junto com outros parlamentares denunciaram a repressão na UGF através de uma nota e falações no plenário.

Depois das denúncias os estudantes se preocuparam com o encaminhamento de suas lutas internas e com a delegação que foi a Salvador. Sempre os oradores ressaltavam a importância das entidades de base (CAs) tanto para o sucesso das mobilizações internas como para segurar a democracia da articulação com as entidades mais gerais, a UNE reconstruída agora e a UEE-RJ que renascerá brevemente. (Joaquim Soriano/RJ)

Errata trágica

Não sei se é bom ou se é ruim: Em tempo tem um cara que não passaria no concurso para senador biônico que lançamos na semana passada. E logo o copy-desk (éta nominho estranho tem esse cargo).

O negocio e que na hora de publicar o tal concurso ele resolveu dar uma copidescada nas respostas e mudou logo a alternativa correta da 3a. questão, que deveria ser Cristovão Colombo, opção que deixou de existir. Será que ele está merecendo um estágio na Arena na?



GERAIS

Lá vai chumbo

Os cariocas estão levando chumbo de todos os lados: ou através dos revólveres dos assaltantes ou através do próprio ar.

Segundo o professor indiano Manohar Hotchandani, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, os bairros da Lagoa, Copacabana e Maracanã são provavelmente as áreas residenciais com maior concentração de chumbo no ar em todo o mundo. Isso tudo devido à gasolina brasileira, que além de ser das mais caras, é das piores - é a que contém mais chumbo (0,845 grama por litro). Respirando tanto chumbo, mesmo com o alto custo de vida, os moradores do Rio acabaram sendo senão os mais gordos pelo menos os mais pesados brasileiros. (RVN)

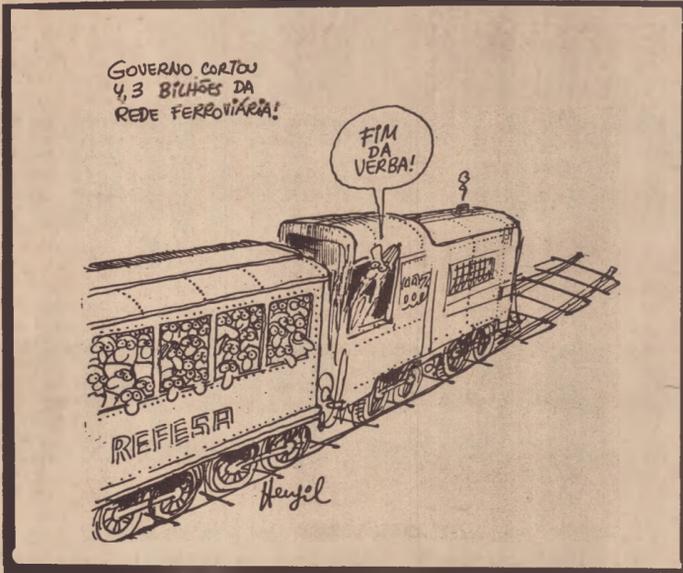
Nossos dirigentes

Enquanto o deputado Edson Khair luta há muito para extinguir o maldito atestado ideológico, que impede aos que já foram processados por motivos políticos de arranjar empregos em certas áreas, em São Paulo os que não conseguiriam um atestado de ANTECEDENTES CRIMINAIS deitam e rolam.

Uma das recentes nomeações de Maluf foi a do delegado da Arena Antônio Duenhas Monreal, de Mirandópolis, para diretor técnico das atividades regionais da Secretaria do Trabalho.

Monreal tem em seu currículo três inquéritos policiais, duas queixas-crime (segundo o Jornal da Tarde, de São Paulo, uma delas desaparecida misteriosamente), acusação de sonegação de impostos, de corrupção administrativa e está com todos os seus bens bloqueados.

O bloqueio de seus bens foi motivado por um ligeiro equívoco: comprou 600 alqueires de terra em Três Lagoas (MT) e tomou posse de 12.971 alqueires. Espertinho o sr. Duenhas Monreal. E de grande futuro enquanto hove biônicos no poder. (RVN)



Quem sustenta a ditadura Somoza?

A despeito de protestos surgidos em vários países do mundo e dentro do próprio Congresso norte-americano, o Fundo Monetário Internacional aprovou, no dia 14 de maio, a concessão de um crédito no valor de 66 milhões de dólares à Nicarágua. Este dinheiro serviria supostamente para financiar um programa agrícola e pagamento do funcionalismo deste país. Os Estados Unidos, que têm direito de veto a tais créditos, lavou as mãos, como Ponscio Pilatos, abstando-se de votar.

O financiamento de um dos regimes que mais tem violado os direitos humanos vem, mais uma vez, desmascarar a farsa do governo norte-americano quando se atribui o papel de "paladino da defesa dos direitos humanos".

Para acrescentar mais alguns dados à questão nicaraguense, EM TEMPO publica aqui trechos de um artigo de Cindy Arns, do Instituto for Policy Studies, de Washington, publicado pela revista panamenha "Diálogo Social, onde a autora responde com detalhes a uma pergunta básica: -- Quem sustenta a ditadura de Somoza?

"Entre os anos fiscais de 1950 e 1978, a Nicarágua recebeu 7,7 milhões de dólares, através do MAP - Programa de Ajuda Militar; 5,6 milhões em crédito do programa FSM - Vendas Militares ao Exterior; 5,2 milhões do Programa de Excedentes para a Defesa e 11,6 milhões de dólares em ajudas do IMET - Treinamento e Educação Militar Internacional. Ainda que a conta em dólares para ajuda militar possa parecer pequena, esta ajuda dos Estados Unidos tem um significativo impacto em um país como a Nicarágua, que tem somente 2,3 milhões de habitantes. Praticamente todo o equipamento militar da Nicarágua é de origem americana, incluindo tanques usados na Segunda Guerra Mundial."

"Sob os auspícios dos programas MAT e IMET, os Estados Unidos treinaram, de 1950 a 1978, um total de 5.670 nicaraguenses, o que transforma a Nicarágua no país de mais alta ajuda militar per-capta, da América Latina. Estes treinamentos incluem 29 operações "anti-subversão" e "anti-subversão urbana", 27 em "operação selva" e 22 em "interrogatórios de inteligência militar".

"A força policial da Nicarágua recebeu, entre 1961 e 197, 315.000 dólares para "ajuda", sob os auspícios do Public Safety Program da AID - Agência Internacional para o Desenvolvimento. O Public Safety Program é um programa destinado a melhorar as condições de atuação dos aparatos policiais do Terceiro Mundo. A empresa privada norte-americana vendeu à Nicarágua, de 1971 a 1974, 1 milhão de dólares em equipamento militar através do programa Comercial Sales".

"De 1974 a 1975, a indústria privada norte-americana vendeu à "Guardia Nacional", 1.156 rifles, 1.745 pistolas e revólveres e cerca de 18 milhões de cartuchos de munições.

Além dos Estados Unidos, Israel e Espanha ajudam o ditador Somoza a se manter no poder. Em 1973, a indústria de Israel vendeu à Nicarágua 14 aviões "Arava", e, recentemente, forneceu 500 metralhadoras Uxi, 500 rifles de Assalto Galil e quatro barcos patrulheiros. A Espanha, por sua vez, já forneceu 5 aviões de transportes utilitários Aviocar C-21, através da empresa CASA."

Há 43 anos a dinastia dos Somoza se mantém no poder. É bom lembrar que o atual ditador Anastasio Somoza Debayle se formou em West Point, e que o comandante das Forças Especiais da Nicarágua, seu filho, foi recentemente treinado no Army Institute for Military Assistance, em Fort Bragg, na Carolina do Norte, EUA.

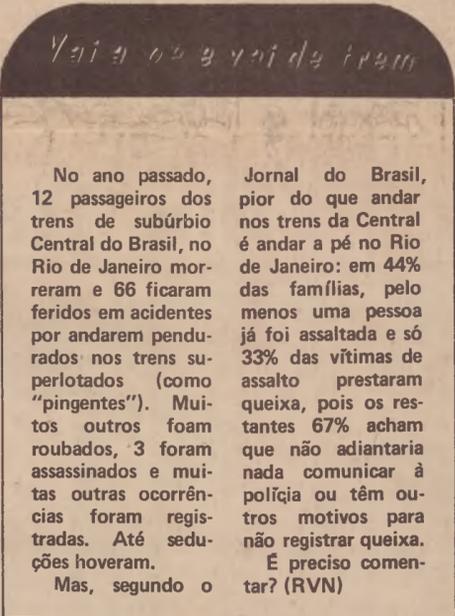


O dinheiro dos alagoanos

Para atender a um pedido do general Golbery, segundo denúncia do deputado José Costa (MDB-AL), o governo alagoano instalou em Brasília uma Secretaria de Estado, com o objetivo de dar emprego ao ex-deputado arenista José Alves, que não conseguiu ser reeleito.

Essa cortezia ao general Golbery (e ao arenista José Alves) custará ao governo de Alagoas, aproximadamente, 223 mil cruzeiros por mês, pois a secretaria terá que dar emprego a assessores técnicos e servidores.

O Maluf está fazendo escola, já não disse isso aqui antes? (RVN)



A justiça vira dos céus?

No ano passado, 12 passageiros dos trens de subúrbio Central do Brasil, no Rio de Janeiro morreram e 66 ficaram feridos em acidentes por andarem pendurados nos trens superlotados (como "pingentes"). Muitos outros foram roubados, 3 foram assassinados e muitas outras ocorrências foram registradas. Até sedução hoveram. Mas, segundo o

Jornal do Brasil, pior do que andar nos trens da Central é andar a pé no Rio de Janeiro: em 44% das famílias, pelo menos uma pessoa já foi assaltada e só 33% das vítimas de assalto prestaram queixa, pois os restantes 67% acham que não adiantaria nada comunicar à polícia ou têm outros motivos para não registrar queixa. É preciso comentar? (RVN)

A plataforma espacial "Skylab", dos Estados Unidos, que cairá não se sabe onde, nos próximos dias, está despertando as mais diversas esperanças. Já ouvimos as mais diversas aspirações em relação ao acontecimento.

Há quem "prefira" que ela caia na Usina Atômica de Angra dos Reis, "cortando o mal pela raiz" e outros que - inspirados pelo fimamento de figuras antipopulares ocorridos em 1979 - preveem que Skylab ainda dará algumas alegrias extras ao povo brasileiro no ano do fim da ditadura. Capricha na pontaria, Skylab. (RVN)



Bóias-frias fora do pacote

O "Pacote agrícola", que os engraçadinhos oficiais preferem chamar de "saco agrícola", procurando dar uma aparência rural ao "pacote de medidas" do governo para proteção da agricultura, como era de se esperar, ignorou completamente o maior problema da atividade agrícola no Brasil hoje: os bóias-frias.

Com pacote ou com saco, os bóias-frias continuam e continuarão sendo explorados, recebendo salários miseráveis e assim como ocasionais, e arriscando a vida diariamente em cima de caminhões doidos, levados não tão cuidadosamente como as máquinas, dos subúrbios à lavoura e vice-versa. De vem em quando, um desastre matará ou alejará um monte deles, como aconteceu em Cambé, estado do Paraná, na semana passada, quando um capotamento feriu 25 bóias-frias.

A situação é de lembrar Sobral Pinto durante o Estado Novo e pedir: "que se dê aos bóias-frias o tratamento exigido pela Sociedade de Proteção aos Animais". (RVN)

Vai uma sarna ai?

Os presos de Campo Grande (MS), terão direito a banho de sol, banho com sabonete, remédios e não ficarão mais em celas superlotadas. Como conseguiram isso? Simples. Passaram sarna para o delegado. Se não fosse isso, continuariam em promiscuidade, sem higiene e outros direitos com sarna e tudo.

Já viram como obter seus direitos: feitiço contra os feiteiros. (RVN)

Sujeira atômica

Pelo que dizem as mais recentes notícias, o lixo atômico oriundo da usina de Angra dos Reis - quando ela estiver funcionando - será colocado num depósito da Baixada Fluminense.

Como ninguém confia na segurança do depósito, a impressão que dá é que a vida naquela região não vale nada mesmo (afinal é a área mais violenta do mundo) o governo não importará em contribuir com um pouco de câncer - oriundo da radiação - para o desencarnamento da infeliz população da Baixada Fluminense. Eles já têm banditismo de sobra, esquadrão da morte, baixos salários, más condições habitacionais e péssimo sistema de transporte. Um pouquinho de radiação não fará muita diferença.

Em outras palavras, uma ferida a mais para um leproso. (RVN)

Jornalista ou patrão?

O jornalista Carlos Heitor Cony ocupou dois terços de uma página do Jornal do Brasil, com uma matéria paga (por quem?) para defender seu patrão, o famoso (e põe má fama nisso) Adolpho Bloch, que havia sido criticado por Guilherme Figueiredo por sua administração da Funterj (Fundação dos Teatros do Rio de Janeiro). Guilherme Figueiredo disse que recebeu do Adolpho Bloch a Funterj em petição de miséria e outras coisas mais que ofenderam o fiel empregado dos Bloch (segundo os boatos, o homem que escreve os artigos assinados pelo Adolpho).

Parece que o outrora batalhador jornalista perdeu as medidas e vai acabar empregado-padrão dos donos da grande imprensa, se já não é.

GERAIS

Frente Parlamentar da Tendência Socialista

A atuação de um deputado socialista em um parlamento burguês por si só já é uma coisa limitada. Numa ditadura como a nossa, onde as funções legislativas são apropriadas pelo executivo e o parlamento é mais decorativo de qualquer outra coisa, a atuação parlamentar de esquerda fica ainda mais reduzida. No entanto a tribuna e a investida parlamentar pode contribuir, e muito, para as lutas populares.

A Frente Parlamentar da Tendência Socialista do MDB no Rio Grande do Sul, que conta com vários vereadores no estado e é coordenada pelo Deputado Américo Copetti, além da combatividade da tribuna está empenhada em subsidiar a atividade parlamentar no plano municipal. Para isso começou a elaborar boletins mensais, que serão enviadas aos mais de mil vereadores do MDB no estado, abordando as questões políticas, econômicas e sociais do país.

O objetivo dessa iniciativa é levar aos vereadores das pequenas cidades uma discussão que, na maioria das vezes, não têm acesso pelo seu isolamento e porque o MDB no seu conjunto não apresenta nenhum canal interno de participação política mais efetiva.

Taí um bom exemplo para ser copiado. (Sucursal de Porto Alegre).



"Confidencial" é o que salta aos olhos quando vemos o ofício da CEME a todas as Secretarias de Saúde datado do dia 29/3/79. A razão de tal cuidado é simples. O ofício recomenda a suspensão do uso de vacinas contra a raiva, recebidas no período de dezembro de 78 a janeiro de 79, por terem sido consideradas "de baixa potencia" isto é, inóculas.

Cuidado com a vacina

Realmente, seria muito problemático para o governo permitir que esse "equivoco" fosse divulgado pois ele ocorreu justamente na época em que o Sr. Paulo Almeida Machado, então Ministro da Saúde, saía pelos jornais e televisão para imputar a um médico a culpa pela morte de

Mais pressões contra a imprensa alternativa. Horácio Raineri Neto, quando levava o jornal *Companheiro* às bancas de São Caetano, São Paulo, foi preso e levado ao Deops da capital, sendo interrogado por todo o dia 28 segunda-feira e intimado a depor no dia seguinte.

A prisão do *companheiro* e a apreensão de vários exemplares do jornal, o teor dos interrogatórios, demonstram claramente a intenção do regime militar, expressa no documento do CIEEx, publicado recentemente pelo Estado de São Paulo, do calar a imprensa alternativa, usando para isto de todos os meios que vão desde a in-

AGRESSÃO AO COMPANHEIRO

timidação e a provocação abertas, até os cercoamento de tipo econômico. Exemplos não faltam: Com esta prisão já são quatro os distribuidores de jornal *Companheiro* presos desde sua primeira edição. Recentemente todas as sedes de jornais alternativas em São Paulo (*Em Tempo*, *Versus*, *Movimento e Companheiro*) tiveram suas áreas externas invadidas e pixadas; quanto ao jornal *Versus* a repressão vem se dando através da própria Secretaria da Fazenda que vem lhe impondo sucessivas e pesadas multas, em atitude já programada no relatório do CIEEx., que dizia abertamente da necessidade de reprimir a imprensa

alternativa sem deixar cair a máscara da abertura, usando para tanto medidas econômicas etc.

Como vemos, a escalada do regime contra a imprensa alternativa continua. O que se quer continuar cercoando é a livre manifestação e expressão dos trabalhadores e do povo em luta pelo fim da ditadura militar.

A imprensa independente para fazer frente a estas investidas, está articulando a nível nacional comitês de defesa da imprensa independente. São eles que vêm pedir apoio à população e suas organizações classistas, convocando-os para os atos de protestos que venham a ser realizadas. *Jornal Companheiro*
Jornal EM TEMPO

ELEIÇÕES NO MDB DE PORTO ALEGRE

No mês de julho o MDB realizará em todas as cidades onde está organizado, eleições para os seus Diretórios Municipais. Este fato, que em muitos locais pode passar despercebido, ganha particular relevo no Rio Grande do Sul, com uma grande disputa entre suas tendências internas pela hegemonia na direção partidária.

É comum apontar-se o MDB gaúcho como algo qualitativamente distinto do resto do país. Herdando muitas lideranças combativas do antigo PTB e contando com um maior enraizamento em bases populares, o partido da oposição nesse estado seria mais permeável a participação de setores da esquerda. Essa verdade, que é muito badalada até pela direção regional do partido, encobre uma outra realidade do MDB, que aí já não se diferencia tanto dos outros estados: a política imobilista de suas direções, que tentam através de manobras de cúpula garantir com unhas e dentes suas posições dentro do partido, combatendo duramente qualquer proposta que ameace seus curráis eleitorais pela politização de suas bases.

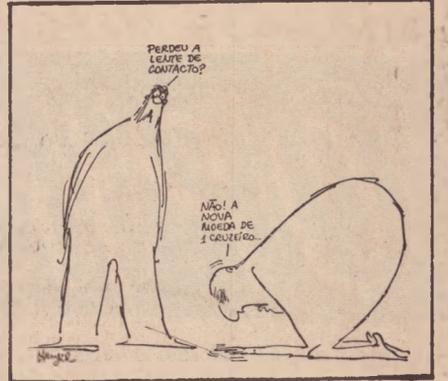
A atuação dessas direções ficou bem evidenciada na recente preparação das eleições para o Diretório do MDB de Porto Alegre. Socos, empurrões, garrafadas e os tradicionais discursos anti-comunistas, foram os métodos usados pelo atual presidente do Diretório, geólogo Paulo Pinto, para impedir que a direção do Setor Jovem Metropolitano, integrante da Tendência Socialista, tives-

se acesso ao fichário de filiados do partido.

Além de acusar a Tendência Socialista de ser uma "minoría inexpressiva que só quer agitar" pois dos 10 mil filiados do MDB de Porto Alegre só contribuiu com 500", o sr. Paulo Pinto, que representa uma das tantas alas do PTB, ainda responsabilizou-a por impedir, através de seus ataques orais e escritos, a união histórica de todos os trabalhadores. Querendo ser mais convincente o "dirigente partidário" ainda ameaçou de fechar o Setor Jovem Metropolitano, o que aliás é uma coisa que vive dizendo.

Para o presidente do Setor Jovem, José Carlos de Oliveira, essas declarações não apresentam grandes novidades. A direita do MDB há muito que se propõe a fechar o Setor Jovem, mas nunca teve força para isso, pois enquanto que a "minoría inexpressiva" dos 500 filiados pela Tendência são militantes comprometidos com o trabalho político da oposição, os restantes 10 mil são em sua maioria votos de cabresto, obtidos pelos chefetes políticos em seus curráis eleitorais. É justamente a "monória inexpressiva" que garante a capacidade de mobilização do MDB em Porto Alegre.

Mas não deixa de ser irônico que os trabalhadores, tão heterogêneos internamente, agrupando desde companheiros progressistas que vêm no PTB uma alternativa consequente até os fisiológicos mais reacionários, acusem a Tendência Socialista de dificultar sua união histórica. (Sucursal de Porto Alegre).

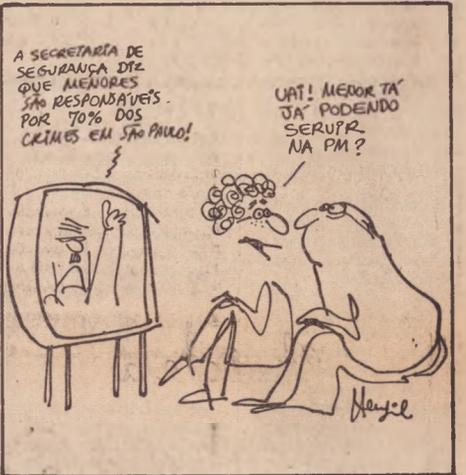


Mortos e desaparecidos

"Exigir do governo que se responsabilize pelos crimes e divulgue a lista de todos aqueles que foram mortos ou desapareceram ao longo desses 15 anos de repressão". Essa foi uma das principais conclusões do debate realizado no último dia 25 de maio, em Belo Horizonte. Promovido pelo CBA e MFPA-MG e reunindo cerca de 600 pessoas o debate dava continuidade à Jornada pela Anistia, contando com a presença daqueles que sobreviveram às intensas torturas, como é o caso de José Genufino Neto, sobrevivente da guerrilha no Araguaia.

Os depoimentos foram carregados de emoção, principalmente o da mãe de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Dodora, que se suicidou no exílio em Berlim. Dentre as diversas questões levantadas pelos parentes e vítimas diretas da repressão uma se coloca como vital: o esclarecimento sobre aqueles que participaram da luta armada e que o regime caracteriza como "terroristas". Aprofundar esta questão, desmascarando a atitude oficial, significa dar resposta clara à proposta de Anistia parcial da ditadura.

Como corolário do debate ficou a certeza que somente com a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e o desmantelamento do aparato repressivo, com a punição dos torturadores, teremos o esclarecimento das barbaridades que ocorreram nesse negro período de nossa história.



QUATRO SÉCULOS DE ARACELI

Algumas reflexões atônitas depois da leitura de Araceli - Corrupção em Sociedade, de Carlos Alberto Luppi. (Vol. 3 da Coleção História Imediata. São Paulo, Alfa Omega, 1979)



O tipo mais contundente de tragédia é aquele em que as personagens não sabem o que fazem ou o papel que desempenham. É como no romance OS IRMÃOS KARAMAZOV, de Dostoiévski, onde o filho bastardo, semi-criado da casa, Smerdiakoff (o que cheira mal, traduzido muito livremente), mata o próprio pai pensando satisfazer os ideais burguesamente libertários do irmão, Ivan. Que mundo de ódios e sofrimentos não se escondem debaixo desta "adesão" assassina de Smerdiakoff aos ideais do outro - um mundo que ele não queria nem podia reconhecer.

Esta impressão é a que se tem diante de cada nova revelação, ou de cada nova recompilação do que se sabe sobre o assassinato da menina Araceli, ocorrido em Vitória, no Espírito Santo, no dia ou a partir do dia 18 de maio de 1973, quando foi seqüestrada para servir de diversão numa orgia de "meninos" ricos, enfiados e todo-poderosos.

É difícil saber o que é mais sinistro - se o crime em si ou se o esforço de tanta gente, autoridades ou não, para ocultá-lo depois. Numa certa medida, portanto, todas as personagens envolvidas sabiam muito bem o que faziam - dos motoqueiros que vieram Paulo Helal e Dantinho Michelini tentando livrar-se da menina, ainda agonizante, jogando-a numa lata de lixo e que até hoje não abriam a boca, ao Sr. Armando Falcão, então Ministro da Justiça, que proibiu o livro ARACELI MEU AMOR, de José Louzeiro, tornando assim seu Ministério cúmplice do crime.

Mas noutra medida não podemos deixar de ficar atônitos diante de todas as feras que afluem essas pessoas e que as fazem joguetes de sentimentos crispados. O que mais se pode dizer diante de Da. Lola, mãe de Araceli, que, na falta da filha, trouxe uma outra menina da Bolívia para torturá-la em sua casa, espancá-la e seviçá-la em comum acordo com o filho? O que se pode pensar de pessoas que, para ocultar o crime, pensam em desfigurar o cadáver da menina - já brutalizada jogando-o dentro de ácido e jogando ácido DENTRO do corpo? O rosário de barbaridades não fica nisso; encheria páginas e páginas - como faz o livro de Carlos Alberto Luppi.

Sem dúvida casos como os de Araceli - ou de Lúcio Flávio, ou o do Esquadrão da Morte - são o lado mais sinistro, são o festim macabro desses quinze anos de autoritarismo, de corrupção transformada em lei, a que chegamos. Talvez venha daí um pouco dessa disfarçada falta de indignação com que as pessoas recebem esses casos, depois de tantos deles. Mas não chega falar de ditadura. Há algo mais aí, é necessário convocar mais o chão, desenterrar o cadáver por inteiro. O que será? Será o capitalismo selvagem chegando (ou se consolidando) velozmente em regiões atrasadas do país atrasado. Será a tara de quatro séculos de escravidão - ou do último mesmo, quando, em nome até da soberania nacional se jogavam negros ao mar pela borda dos navios negreiros para se impedir que a marinha inglesa os apressasse junto com a "carga"? Será o resultado da ocupação da terra, em que famílias cristãs jogavam roupas contaminadas com varíola (especialmente de crianças) ao longo dos caminhos e estradas para que os índios as viessem apanhar? O que será pior - as bestas-feras amadoras de Vitória ou os soldados e oficiais que invadiram Canudos jogando querosene sobre as casas em que se ocultavam mulheres, crianças e jagunços, e tacavam fogo em tudo, numa invenção canhestre e grotesca do NAPALM?

Assim como no caso Araceli, a lista também é longa, e assim como no caso Araceli, civilização e barbárie por ali se misturam numa suruba repugnante. Repugnante porque perguntar pelo que aconteceu no caso Araceli significa perguntar o que aconteceu conosco nestes últimos quinze anos, o que aconteceu conosco nestes quatro séculos de exploração. Enfim, a vida continua, e é necessário acreditar a história. É o que começa a fazer o livro de Luppi, com coragem, com defeitos distribuídos aqui e ali, talvez devido à pressa da organização e composição. Mas que o leitor deve encarar amigavelmente, pois não há muito tempo a perder. Afinal, todo o bando continua solto e impune, ou quase isso, até o momento - dos motoqueiros omissos ao ex-ministro da Justiça que proibiu a primeira grande revelação organizada sobre o caso. (Flávio Aguiar)

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
 Idade Endereço
 Bairro Fone Cidade
 Estado CEP End. Comercial
 Horário do Banco Fone Estou enviando o cheque nº
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG, CEP 30.000. Em São Paulo, Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP.05415, fone: 853-6680.



Exterior
 Anual: US\$ 90,00
 Semestral: US\$ 50,00

Anual: Cr\$ 600,00
 Semestral: Cr\$ 350,00

OPINIÃO

E necessário um bloco de oposição política

Geraldo Siqueira Filho

Deputado estadual pelo MDB paulista



O Brasil vive a crise de transição entre duas eras: a passagem da ditadura à democracia não ocorrerá sem solavancos, como quer o poder. O palco principal da crise brasileira vai sendo ocupado pelos movimentos sociais, pelas organizações políticas e sindicais do povo, exigindo tudo que lhes foi negado e retirado no período anterior.

O governo Figueiredo não terá como paisagem as bandeiras dos escolares e os aplausos dos curiosos. O presidente imposto não poderá esconder-se nos gabinetes e, monarquicamente, decidir os rumos deste país. A paisagem nova, que agora se apresenta, é a das máquinas e serviços parados, é a das grandes concentrações e assembléias.

A democracia começa a sair dos discursos e vai ganhando força nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, nos escritórios, nas ruas.

É hora dos trabalhadores e do povo tomarem a política nas suas mãos e fazerem valor sua voz nos destinos da Nação.

Quem olhasse o Brasil no fim do governo Geisel, perceberia uma nova situação surgindo. O grande movimento de março no ABC se tornou a expressão mais forte destes novos tempos, e marcou magnificamente a posse do novo governo do velho regime.

Há dois meses está o novo presidente ocupando o Palácio da Alvorada. Seu governo ainda não começou. A nova equipe caminha às cegas, guiada pelos seus conflitos internos, premida pela necessidade de mudar o regime para manter o poder.

É erra redondamente.

O NOVO GOVERNO DO VELHO REGIME

A intervenção nos sindicatos do ABC além de escancarar o caráter antidemocrático e antitrabalhador deste regime, pouco conseguiu alterar a situação. As diretorias depositadas são as diretorias reais. Os sindicatos mudaram de prédio. Com a intervenção se desejavam punir e desorganizar o movimento, mas na realidade ele se fortaleceu.

E o governo insiste em errar. Quer ficar de costas para as reivindicações dos trabalhadores embora vá sendo obrigado a ceder e buscar acordos de última hora. Ou então, da cartola uma solução absurda, como no caso dos posseiros: entrega de títulos de propriedade mas só onde não há conflitos de terras.

Mas o circo continua. São dois meses de função com novas atrações. Os malabarismos e acrobacias com números e percentagens já não agradam o distinto público. As verdades de cada um destroem, sob vaias, as máscaras dos tecnocratas. Como novidade, vêm as máscaras com as leis. Elas são tiradas da cartola de todas as cores e tamanhos. Ameaça-se aplicá-las na plateia. Não se nota medo ou aplausos.

“As greves são ilegais”, bradaram ministros e empresários, sacudindo nas mãos as leis trabalhistas herdadas do fascismo e enduradas pela ditadura.

Mas as leis estão contra os interesses da maioria e, por isso, são ilegítimas. Estão sendo atropeladas pela união e coragem dos trabalhadores, pois suas reivindicações nascem dos problemas reais de cada dia e, por isso são justas e vão ganhando intensa força.

AS GREVES MEXEM COM A PODRIDÃO DO REGIME

Já o governo acha que os trabalhadores não podem pensar por sua própria cabeça. Vem com o argumento esfarrapado das infiltrações. Todos sabem que é do seio do próprio movimento operário e popular que surge e se constrói uma nova personalidade em nosso povo. São os grevistas que criam, coletivamente, os 70% mais 2.000,00, os 80%, as comissões de negociação, temendo e construindo suas entidades, descobrindo como se unir para enfrentar os patrões e o governo. As saídas para os problemas começam a se espreiar pelas cabeças de milhares de brasileiros. E o grande medo da ditadura está aí. Porque reclamando-se salários, começa-se a mexer em toda a injustiça e podridão do regime. Começa a aflorar das greves

o imenso desejo de liberdade e do poder de decisão.

De um lado o movimento desta maioria indiscutível a exigir antes de mais nada os salários que lhe foram roubados. De outro, um regime surdo e hostil, colocando-se como o principal obstáculo a impedir a realização destes objetivos.

É imprescindível, pois, canalizar as águas do movimento vive para um forte bloco de oposição política. As Comissões de Apoio à greve do ABC e de preparação do 1.º de Maio unitário reuniram para a ação conjunta dezenas de representantes do movimento social emergente. Foram sintomas da necessidade e possibilidade de formar um bloco de oposição com profundas raízes no povo. Agora é caminhar para ações conjuntas mais amplas ainda, e tornar permanente esta força de oposição. Não é momento de inventar novas siglas nem de desenterrar velhas marcas para brigar na justiça. Também não é o momento de se clamar pela unidade da oposição e omitindo diante da realidade. É fundamental garantir a unidade de todo este movimento nascente e lutar firmemente ao lado dele, pois, longo dele, nenhuma oposição merecerá este nome. Temos que unificar politicamente a oposição em novas bases, para poder de fato enfrentar a ditadura.

Há que conquistar a democracia sem limitações para todo o povo. Liberar todas as organizações sindicais e políticas. Anistia completa e irrestrita para todos os punidos por se operarem à ditadura. Qualquer proposta de manter, mesmo que parcialmente, as estruturas políticas da ditadura, se choca contra os interesses das maiorias. Há que superá-las completamente para sairmos da profunda crise em que o País se enredou.

Chega de arrôcho A liberdade sindical só virá por obra dos trabalhadores

Jacó Bittar

Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas



O sindicalismo no Brasil e em muitos países da América Latina não goza da liberdade que permite o desenvolvimento e a melhor organização da classe trabalhadora. É a falta de liberdade sindical e, como se sabe, um dos fatores mais importantes que leva à marginalização política, econômica e social dos trabalhadores, criando grandes dificuldades para sua mobilização e organização a fim de fazer valer os seus interesses, que são, nada mais nada menos, que os interesses da maioria da população.

Sabemos, afinal de contas que a nossa estrutura sindical é totalmente atrelada ao Estado, tendo sido implantada para impedir tanto quanto possível a mobilização da classe trabalhadora na defesa de seus interesses e direitos. Temos consciência de que a atual estrutura sindical conduz à interferência governamental nos sindicatos, indo desde a intervenção até o policiamento administrativo (fazendo assim com que dirigentes sindicais se acomodem e muitas vezes se apelequem) o que se explica também por força de um sistema capitalista que faz com que o homem procure um maior status social e econômico, esquecendo-se frequentemente de suas origens.

Estes dirigentes que se afastam de suas bases preocupam-se em não perder as eleições sindicais, temendo o retorno à fábrica, por sentirem que seu status seria rebaixado e, em muitos casos, os seus próprios vencimentos que, nos sindicatos, acabam sendo estipulados por eles mesmos. Quando isto não é motivo de preocupação para alguns dirigentes, a falta de estabilidade no caso da volta à empresa faz com que estes, através de manobras que lhes são permitidas pela atual portaria que regula as eleições sindicais, mantenham-se quase que perpetuamente na direção sindical.

ARRÔCHO POLÍTICO E ECONÔMICO

Na verdade não podemos responsabilizar apenas a estrutura sindical pela falta de organização da classe trabalhadora, pois assim procedendo estaremos subestimando a capacidade de imaginação de luta dos trabalhadores. Quando a partir de 1964 foi imposto o novo modelo econômico, os tecnocratas sabiam que não bastava somente a estrutura sindical atrelada ao Estado para impedir que os trabalhadores fossem impedidos à aplicação de seus planos econômicos onde estava previsto o crescimento econômico através da abertura do país aos capitais e aos grandes monopólios estrangeiros. Foram criados então novos instrumentos que marginalizaram e desorganizaram ainda mais os trabalhadores: a lei que estabeleceu as bases da política salarial, a lei anti-greve e a lei que criou o FGTS com a eliminação da estabilidade do empregado na empresa. A política salarial do governo contribuiu

para afastar os trabalhadores dos sindicatos pois a determinação dos índices de reajustes salariais pelos “governos revolucionários” por mais justos que fossem (e não foram) reforçou a descaracterização do sindicato como órgão reivindicativo, reduzindo-o em grande parte ao desempenho de funções meramente assistenciais.

A lei 4330 (a lei anti-greve) teve como consequência prática a impossibilidade dos sindicatos mobilizarem o trabalhador para o uso de sua arma mais legítima, para garantir a conquista de um melhor padrão de vida e de trabalho: a greve. A falta de estabilidade no emprego fez com que os trabalhadores se sentissem inseguros e muitas vezes deixassem de reivindicar seus direitos, individual ou coletivamente na justiça do trabalho, possibilitando assim, as maiores arbitrariedades por parte dos patrões.

Tudo isto porém, ainda não conteve totalmente os trabalhadores. Quando a estrutura sindical e estes instrumentos foram insuficientes para controlar o descontentamento das classes trabalhadoras como, por exemplo, nas greves e manifestações de 68, o regime usou de seu esquema brutalmente repressivo para marginalizar ainda mais os trabalhadores.

LIBERDADE SINDICAL

O modelo econômico adotado e que ainda persiste expressa a correlação de forças existentes na sociedade brasileira. É evidente que até agora os trabalhadores estão levando o pior. Não acreditamos portanto que leis vindas do governo possam trazer liberdade de atuação aos sindicatos. Prova disto é a aprovação das reformas constitucionais que ampliaram os poderes do Presidente da República para intervir nos sindicatos, sem eliminar sequer as intervenções administrativas previstas na CLT por parte do Ministério do Trabalho e das Delegacias Regionais do Trabalho. Isto para não falar do decreto lei 1632 que respresentou mais um arrôcho político contra a classe trabalhadora endurecendo a lei 4330.

Não esperamos pelas dádivas dos poderosos. A liberdade sindical só virá da luta conjugada dos dirigentes sindicais autênticos com as bases visando ocupar cada vez um maior espaço político e promover a conscientização do trabalhador. Em meio a esta luta — que se insere dentro da luta mais ampla pela democratização do país — cabe às direções sindicais autênticas abrir caminho para a democratização dos sindicatos, a fim de que a classe trabalhadora possa participar ao máximo das decisões de seus órgãos de classe. Este será um passo importante para que os trabalhadores possam participar de forma mais efetiva no processo de desenvolvimento econômico do país. Porém, mais importante ainda, é a participação política da classe trabalhadora (assalariada) através de um partido próprio cujas conquistas políticas revertam em conquistas sociais que realmente atendam às necessidades de toda a coletividade.

Unidade Sindical: até quando?

Ignácio Hernandez

Membro da Oposição Sindical Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem



A greve da Mannesmann não surgiu espontaneamente de uma hora para outra. No entanto 30 dias atrás ninguém poderia pensar que a usina que faz 11 anos de flagrou a última grande greve de um período e conseguiu o abono de 10 para todo o país, abriria uma nova etapa para Belo Horizonte e Contagem paralyzando seus 10.000 operários.

Faz 30 dias na Mannesmann a massa de operários parecia tranquila, desanimada. A revolta individualizada, impotente. Como se operou essa mudança até eclodir a greve? A resposta pode clarear a polémica da atuação da Oposição Sindical dentro do sindicato.

O processo começou em abril. A diretoria sindical abre a campanha salarial sete meses antes do dissídio. A assembléia aprova a proposta de vários companheiros: reuniões de fábrica ou grupos de fábricas menores durante estes meses.

APESAR DO SINDICATO

O sindicato convocou uma reunião dos companheiros da Mannesmann. Comparecem 50. Os metalúrgicos não acreditam no seu sindicato. Mas aí começa a luta. Acreditam que se pode lutar e vencer nesse sindicato. Essa reunião elege uma comissão de cinco companheiros que começa a trabalhar. Uma segunda reunião aumenta o número de participantes ainda decepcionante. Mas a comissão não desanima. A diretoria não se vê ainda ameaçada, acei-

ta as sugestões da comissão. Coloca faixas nas portas da usina, solta milhares de boletins. A comissão faz seu trabalho sem descanso e os metalúrgicos da Mannesmann acordam para a união. Os operários que chegam ao sindicato enchem o salão. A assembléia é transferida para a quadra de esportes que também enche. Cai uma chuva fina e os companheiros não arredam pé. Quando a chuva sa a massa se comprime no salão. Ildeu de Couto, secretário do sindicato ta para os perigos da greve, explica que a greve será declarada ilegal, que poderá haver dispensa por justa causa. Os operários flam das humilhações que sofrem, da escaravidão e, como a firma é alemã, alguém lembra o 3.º Reich. O medo está liquidado. Os companheiros da Mannesmann são um só, vaiando o secretário do sindicato que teima em explicar a ta apresentada pelos patrões, e aplaudindo com entusiasmo aos que proclamam a greve.

É deflagrada a greve e se parte diretamente do dicado para os portões da fábrica. Piquetes de mais de 1.000 companheiros confirmam a greve e a Cidade industrial assiste, primeiro surpresa, depois com entusiasmo, a um espetáculo esquecido desde 1968: o grito de liberdade do oprimido, materializado nessas centenas de homens que em cada portaria param os carros, os ônibus Transoto, os chefes, e não deixam entrar ninguém. Só entrarão 30 companheiros para os serviços essenciais de manutenção da usina.

E NÃO CONTRA O SINDICATO

O sindicato, seja ele atrelado seja pelego, já não pode dormir mas como aconteceu em todo o país durante 10 anos. Os companheiros da Mannesmann agiram corretamente, trabalharam com a diretoria sindical para que as reuniões fossem concorridas. A greve da Mannesmann se deve a estas reuniões, tem sua origem

concorridas. A greve da Mannesmann se deve a reuniões, tem sua origem no sindicato que começa a ser reconquistado, ocupado pelos companheiros. A diretoria é empurrada pela massa. Aceitou as reuniões por fábrica, foi obrigada a aceitar a deflagração da greve. A comissão salarial assume o mando de greve, de fato. Os milhares de companheiros que se reúnem, duas ou três vezes por dia em assembléia, sem esquecer os piquetes, não escutam as sugestões de acordo, aplaudem as novas lideranças que surgem na primavera da greve.

O que fazer diante de uma diretoria sindical sem prestígio e acomodada que luta entre certa “abertura” e o medo?

1.º Caminhar com essa diretoria até onde ela for.

2.º Quando ela parar, avançar com os companheiros, com a massa organizada que passa por cima das barreiras que fecham seu caminho.

3.º Criar também organizações independentes, comissões dentro das fábricas que forcem a abertura do sindicato quando algum diretor tentar fechá-lo.

Não resolve chamar uma diretoria de pelega ou traidora. Resolve avançar com ela até onde for possível. E não parar aí, não se diluir nela, mas continuar avançando com os companheiros de fábrica de maneira livre e independente do próprio sindicato. Não resolve fugir do sindicato proque ele é pelego ou atrelado. Resolve aproveitar todos os recursos: a greve da Mannesmann é um fato bem concreto.

Apesar de tudo e da nova fase sindical, uma diretoria pelega tentará esvaziar o sindicato, fechar as portas, não reunir nem convocar assembléias et. 10 anos ensinam muita coisa e o peleguismo não está morto. E preciso lutar no sindicato e empurrar a diretoria mas também é preciso não cair no conto do vigário, e pensando conseguir mais no sindicato, esquecer a organização independente. A luta operária se faz no sindicato e fora do sindicato, e nas fábricas está o germe da organização.



Uma nova direita?

Professor de Ciência Política na USP e pesquisador do CEDEC

Francisco Weffort

Setores das classes dominantes atemorizam-se com os movimen-

tos reivindicativos

A frase de Marx no Manifesto sobre o espectro do comunismo que ronda a Europa teve no Brasil de início de 64 uma versão menos famosa, mas certamente mais pitoresca. As vésperas do golpe, Ademar de Barros pedia a proteção de Nossa Senhora Aparecida e sentenciava: “o diabo anda às soltas”. Ademar estava conspirando abertamente naquele momento e isto confere às suas palavras um sentido ambíguo.

A advertência que fazia contra seus adversários não seria muito mais uma senha Para que os seus amigos desencadeassem toda a sua capacidade de violência golpista? Como se sabe o próprio Ademar estaria entre os primeiros a cair no redomoinho causado pelas estrepitosas dos seus próprios demônios.

Estamos longe de 64 mas algumas reações dos grupos dominantes à volta do povo à política parecem muito semelhantes.

Um exemplo é o editorial do Jornal do Brasil de domingo passado sobre as greves deste início de governo Figueiredo. Dando renda solta à mesma visão conspirativa da história que naqueles tempos impulsionava o golpismo, o editorialista vê nas greves que vêm ocorrendo de meados de março para cá uma clara inspiração política que estaria preparando, através do acúmulo de efeitos de movimentos dispersos, uma paralisação total das atividades produtivas do país com a perspectiva de uma radical alteração nas relações de produção.

Mas parece orel do que Marx. Longe de serem apenas movimentos reivindicativos que expressariam quanto ao aspecto político uma crítica do regime autoritário e uma vontade de participação democrática, as greves resultariam de um plano concertado com vistas à socialização dos meios de produção. Artes do diabo, diria Ademar. E tão mais demoníacas porque teriam escolhido precisamente o início do governo Figueiredo para se manifestar. Porque teriam começado as greves exatamente com a posse de Figueiredo e não

antes se elas não respondessem a uma estratégia ditada por uma vontade política única? Pobre Figueiredo, mal inicia seu governo e já deve topar com o demônio nas ruas.

O POVO-DEMÔNIO

Assustado diante dos novos sinais da vida popular e editorialista se esqueceu de anotar que as greves, a rigor, não começaram em março com a posse de Figueiredo, mas no ABCD em abril do ano passado em pleno governo Geisel e sob a vigência do AI-5. Nem mesmo as greves do funcionalismo começaram com Figueiredo, pois a primeira delas, de iniciativa dos professores secundários de São Paulo vem também do ano passado. E se as greves do funcionalismo se multiplicaram a partir de março deste ano, é simplesmente porque os reajustes que antes vinham em janeiro acabaram ficando para dois meses depois num destes passa-moleques que os governos aplicam com tanta frequência.

O editorial do sizado e respeitável Jornal do Brasil soa como uma voz do passado. Na verdade, como coisa de além túmulo, só discernível em seções espi-rítas. No que diz respeito à análise das concepções das esquerdas é um desastre total. As esquerdas brasileiras são passíveis de muitas críticas que elas são, aliás, as primeiras a se fazer num processo constante de debate democrático.

Pretender que elas nada tenham aprendido de suas próprias experiências só é possível à custa da distorção dos fatos. Nesse sentido nada mais distante das suas concepções atuais do que os ingênuos mitos sorelianos do socialismo imposto no claro da paralisação total. Assim, as palavras de nosso editorialista nada valem como advertência.

O que há a pensar é quanto ao seu possível uso como senha. Seria exagerado admitir que nas frestas da tímida abertura que vivemos se insinua uma nova direita que, como as antigas, mantém o hábito de atribuir aos adversários o golpismo que elas mesmas praticam?

POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?



LULA, líder metalúrgico

“Acho que o jornal MOVIMENTO significa hoje algo como a democracia, como a liberdade que a gente tanto espera que haja, que a gente tanto aspira.

Porque num país onde a imprensa está amordacada ao poder econômico, num país onde a imprensa está na mão das elites,

na mão da burguesia nacional, é sempre importante que haja uma imprensa livre, uma imprensa independente, como é o caso de MOVIMENTO

Eu acho que a existência do jornal MOVIMENTO é a própria esperança de que um dia haverá democracia nesse país.”

Stuba

Fone 210-6622 (ISP)

Assine EM TEMPO:

Anual: Cr\$ 600,00
Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior
Anual: US\$ 90,00
Semestral: US\$ 50,00

IBM acusada de facilitar a perseguição de "ativistas políticos" com a venda de computadores a governos ditatoriais

Os computadores serão no futuro o suporte do totalitarismo, sentenciou certa vez o gordo norte-americano Hermann Kahn, vidente de luxo que hoje anda totalmente fora de moda. Não era a primeira vez que essa previsão agourenta surgia. E nem seria a última. Prova disso senti na própria pele o professor Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação de João Goulart, que recentemente foi dedurado ciberneticamente ao tentar embarcar no aeroporto do Galeão, isto é, um computador ali instalado deu o maior estrilo ao receber o registro de que um "perigoso ativista político" tentava ganhar os ares do cruzeiro do sul.

Agora, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul — órgão vinculado à Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, uma instituição fomentada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns — acaba de receber um dossiê, vindo do exterior, que acusa e comprova suficientemente que a IBM andou facilitando a repressão política na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, através da venda de computadores, empregados no controle de "ativistas políticos". A história de toda essa documentação é o que Em Tempo começa a contar nesta edição, prosseguindo a série de denúncias da existência de uma internacional da repressão nos países do Cone Sul.

Uma vigorosa campanha de denúncias da utilização de computadores IBM pelos regimes militares da América Latina nas operações de repressão política foi movida por iniciativa do CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS DE CRISTO NOS ESTADOS UNIDOS, uma instituição que reúne organizações católicas e protestantes naquele país.

Entre as peças mais importantes utilizadas para comprovar as acusações está um documento publicado por uma revista especializada — COMPUTER DECISIONS — mostrando que a polícia do Rio de Janeiro planejava, em 1973, encomendar um computador, que seria usado, entre outros objetivos, para controlar "atividades políticas".

Já em 1975, o Conselho das Igrejas de Cristo formulou sua primeira denúncia pública: um computador de fabricação norte-americana estava destinado a tornar-se um instrumento da DINA, a temível polícia secreta do general Pinochet, o ditador do Chile. Representantes da instituição religiosa compareceram à reunião anual dos acionistas da IBM, em 28 de abril de 1975, com a esperança de que pudessem interromper a instalação planejada de um equipamento tipo 770/145 na Universidade do Chile, em Santiago. Eles ponderavam que, na verdade, o sistema serviria aos departamentos de polícia política chilena e não aos alegados fins educacionais.

O PROTESTO DA IGREJA

Dois anos depois, reportagens investigativas trouxeram à tona novamente o assunto, acusando e oferecendo provas de que os computadores, principalmente os da IBM, eram instrumentos da repressão ditatorial no Chile, Uruguai, Argentina e Brasil — da mesma maneira que os métodos de tortura e violência fossem artesanais ou contemporâneos da era cibernética.

Com base nestas revelações, no dia 30 de março de 1977, quinze altos representantes do Comitê para o Caribe e América Latina do Conselho Nacional das Igrejas de Cristo, decidiram remeter uma carta ao presidente da IBM, o empresário Frank Cary, cobrando esclarecimentos acerca das "contundentes afirmações de que a DINA chilena está usando tecnologia da IBM" e a respeito do estabelecimento de "uma conexão entre os computadores da IBM com o império do terror na América Latina".

"As igrejas das quais fazem parte nossos membros — justificavam os signatários religiosos — têm há muito vínculos com o povo da América Latina. Nos anos recentes, o desenvolvimento político neste continente, que conduziu à brutal supressão dos direitos humanos, em muitos países, tem nos entristecido e incomodado. Particularmente graves são as condições vigentes hoje, no Chile, Argentina, Uruguai e Brasil".

Além disso, o pedido de explicações a Mr. Cary baseava-se no fato de que "muitas das nossas igrejas são acionistas da IBM": "no passado, algumas delas questionaram junto ao sr. sobre o emprego de computadores no Sul da África. Mas esta nova informação é particularmente chocante e nós só poderemos esperar que o sr. compartilhe da nossa preocupação", assinalavam os representantes religiosos.

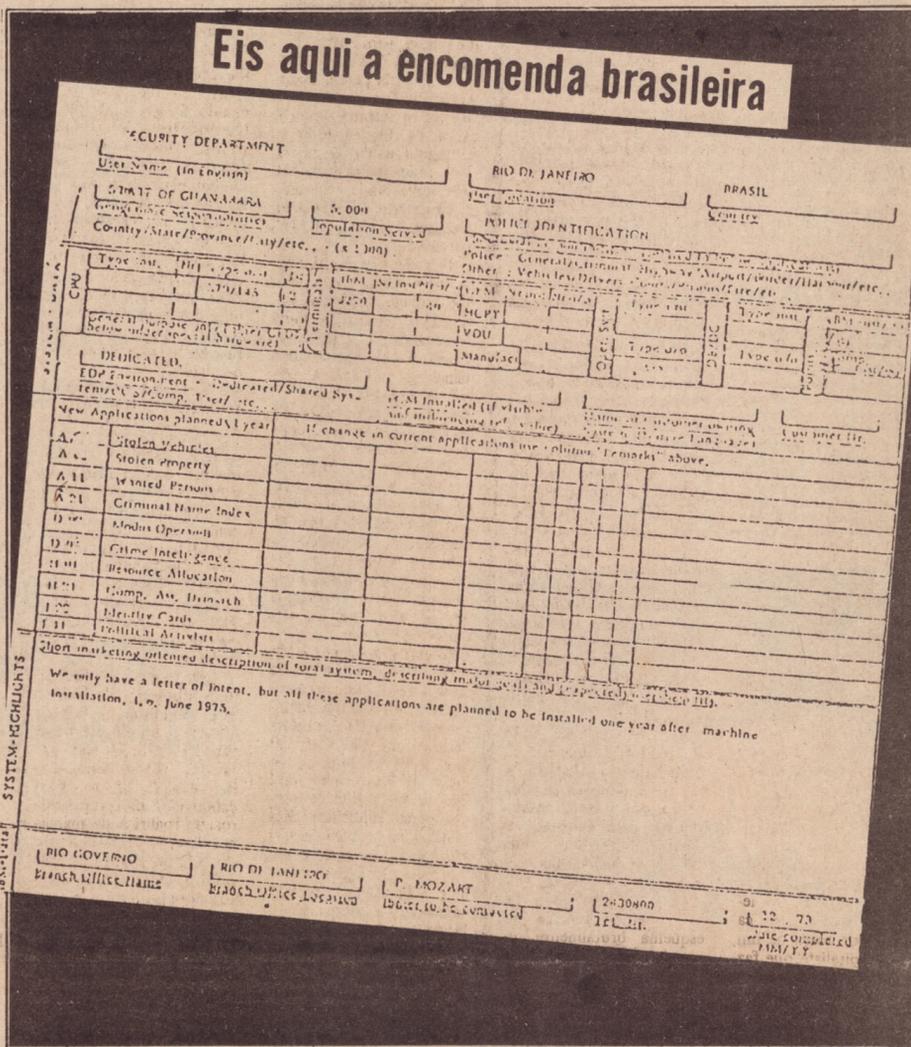
Para evitar que no Chile, Argentina, Uruguai e Brasil, "a repressão política fosse facilitada pela tecnologia da IBM", o Conselho das Igrejas de Cristo apelava à direção da empresa para que tomasse quatro providências: desenvolver critérios para a venda de computadores IBM, que impedirão no futuro seu uso para objetivos repressivos; investigar os empregos para os quais os computadores IBM estão sendo instalados na Argentina, Brasil e qualquer outro lugar da América Latina, para ter certeza de que não estão facilitando o terror e a repressão; proibir novas vendas de computadores para o Chile, a menos que e até que tenham sido restauradas as liberdades democráticas, cessar toda assistência aos computadores que estão sendo operados pelo governo chileno ou repartições afins.

Este apelo vinha "reforçado pelo sofrimento do povo em toda a América Latina", segundo diziam.

O Terror cibernético

Por Flaminio Fantini

Eis aqui a encomenda brasileira



DEDURAGEM AUTOMÁTICA

Aos poucos, o assunto ganhou ares de campanha pelos direitos humanos, com expressiva repercussão nos Estados Unidos (veja abaixo). Em meio a um clima crescente de denúncias e novas acusações é que surgiu o documento relacionado com os órgãos cariocas de segurança.

Diz, taxativamente, a revista COMPUTER DECISIONS, de março de 77: "informações adicionais sobre como a tecnologia norte americana está sendo usada pelas forças de polícia estrangeira tem surgido, acompanhadas de extensos relatos do horror na América Latina. Esses relatos indicam que as empresas e equipamentos militares e policial americano estão vendendo os mais sofisticados sistemas aos estrangeiros. Além do mais, um espantoso documento recebido por nós, que, se for autêntico, indica que a IBM pretende tornar-se fornecedora da polícia brasileira em seus esforços de automatizar a repressão política".

Já nesta edição, o COMPUTER DECISION publicou o documento, sem entretanto dar garantias AINDA pela sua autenticidade. É o que a revista mesmo explica:

"Exatamente alguns dias antes do fechamento desta notícia, o documento reproduzido na página ao lado chegou a nós. Se verdadeiro, isto revela um plano da IBM para vender um DUAL 370/145 e quarenta terminais 3270 ao Departamento de Segurança do Estado da Guanabara, Brasil. Desde dezembro de

1973, quando o documento foi aparentemente firmado, aquele estado mudou seu nome para Rio de Janeiro, o nome de sua maior cidade. O documento, o qual pode fazer parte do relatório da IBM World Trade Corporation, afirma que a empresa recebeu uma carta de intenções para aquisição de equipamento e estava prevenida das aplicações planejadas para o sistema. Além dos projetos normais da polícia, há um especificado J 41, ATIVISTAS POLITICOS. Na época em que o sistema descrito no documento deveria ser instalado, foi quando havia difusão do maior número de relatórios sobre tortura no Brasil".

"Nossos esforços para autenticar o documento — prossegue a revista — são até o momento inconclusos. Telefonamos para 243-0800 e encontramos o escritório da IBM no estado do Rio de Janeiro. Falamos com o sr. P. Mozart, cujo nome aparece no documento e perguntamos-lhes sua função. FINANÇAS, respondeu ele. Mas recusou-se a especificar mais. Perguntado sobre o sistema policial, ele disse que não tinha conhecimento da situação atual e nos indicou um outro Mozart, um vendedor que deveria saber mais. Nós ainda não mantivemos contatos com o sr. Mozart" relata COMPUTER DECISION.

O periódico norte-americano acrescenta que na ocasião "a IBM recusou-se a encontrar-se com a redação para examinar e discutir o documento reproduzido aqui. Nós recusamos seu pedido para enviar-lhes uma cópia".

A INTERNACIONAL DA REPRESSÃO NO CONESUL - SEGUNDA DE UMA SÉRIE

A IBM admitiu oficialmente que é verdadeiro o documento ao lado. Ele evidencia que o "Departamento de Segurança do Governo do Rio de Janeiro" planejava a encomenda de dois computadores IBM 370/145 com 40 terminais do tipo 3270. Além dos empregos mais corriqueiros da polícia, havia um item especificado como "J 41 - Ativistas Políticos", isto é, o equipamento cibernético serviria para o controle dos opositores do regime militar.

A IBM NA PAREDE

O clima de toda a movimentação convergia para a Reunião Anual dos Acionistas da IBM, para onde o reverendo William Wipfler, do Conselho das Igrejas de Cristo, planejava dirigir uma concentração, a fim de "apontar evidências de que os computadores americanos jogam um papel vital nos cruéis e arbitrários atividades das agências de polícia de todo o mundo".

Wipfler pretendia atingir os acionistas da IBM com argumentos que combinassem a defesa dos direitos humanos e os interesses comerciais da corporação. Para isso o Conselho das Igrejas dispunha de uma substancial carteira de ações para justificar seu envolvimento e ainda esperava contar com o apoio, no total, de milhão de ações a favor de sua resolução de direitos humanos, antes de começarem os debates. No decorrer da reunião da IBM, Wipfler tinha expectativa de obter mais adesões.

Enfim, no dia 25 de abril de 1977, os participantes do encontro anual de acionistas presenciaram um dramático debate entre o presidente Frank Cary e os representantes das organizações humanistas cristãs.

Wipfler protestou contra "a venda de computadores para governos e repartições governamentais de países que engajam-se na persistente e brutal violação dos direitos humanos fundamentais de seus cidadãos e onde a disponibilidade de computadores facilitaria tal repressão".

Cary mais uma vez absteve-se de comprometer a IBM com qualquer política concreta de defesa dos direitos humanos, mas deixou indícios, segundo os observadores, de que estaria ameaçando sua posição.

Um destes indícios era o reconhecimento por escrito de que o documento da IBM publicado em março por COMPUTER DECISIONS era autêntico, isto é, o documento que evidenciava que os órgãos de segurança do Rio estavam planejando instalar computadores IBM para controlar "ativistas políticos". A carta da IBM afirmava que o documento era verdadeiro e teria resultado de um levantamento de clientes feita pela empresa. A IBM disse que apenas um deles falou à empresa sobre "ativistas políticos" e que o sistema descrito não tinha sido nunca encomendado.

Consta que a atmosfera da reunião colocou Cary na defensiva e a ação do Conselho de Igrejas irritou-o bastante, conforme observou o próprio jornal NEW YORK TIMES. Quanto às quatro providências reclamadas no documento dos 15 sacerdotes de renome, o dirigente da IBM esquivou-se. Disse que "nós não conhecemos nenhum critério que possamos inventar que poderia garantir que as pessoas não tentariam usar os computadores para objetivos repressivos". Alegou que a IBM tinha investigado a maneira como seus computadores estavam sendo utilizados e não encontrou nenhum que estivesse servindo para fins repressivos. Tentou lançar suspeita sobre as reportagens que acusavam a IBM, por que as "fontes" não apareciam — argumentação no mínimo ingênua, para quem conhece os métodos da Dina Chilena, isto é, o anonimato nas reportagens eram garantidos pelas publicações, em vista do risco de vida que os outros corriam). Entretanto, observadores da política da IBM forçaram a empresa a mudar um pouco seus métodos que antes incluíam uma recusa total em debater a ética da utilização dos computadores e uma má vontade explícita para encontros com os representantes religiosos que insistiam na defesa dos direitos humanos.

O rebu no país dos irmãos do norte

Apesar de não ter chegado à opinião pública brasileira, não se sabe por que, as denúncias da existência de uma conexão de computadores de fabricação norte-americanas com os órgãos de segurança latino-americanos, causou um considerável rebu no país dos nossos chamados "irmãos do norte".

Tão logo a primeira reportagem — "Você venderia um computador a Hitler" — saiu em 77, várias outras publicações aprofundaram a investigação, trazendo acusações inovadoras, como o VILLAGE VOICE e o GREER-KENDEL REPORT. Até mesmo o venerando Jack Anderson, cuja coluna no NEW YORK TIMES é lida por mais de 50 milhões de pessoas, também aproveitou a maré e falou sobre o assunto, num comentário sobre o fornecimento de tecnologia à polícia latino-americana, pelas empresas dos EUA.

No senado, o parlamentar Edward Kennedy transcreveu a denúncia nos anais do Congresso, depois de considerá-la uma "importante e difícil peça do jornalismo investigativo". Ken-

nedy exigiu uma completa investigação da exportação norte-americana de computadores e revelou o apoio sigiloso do ex-presidente Gerald Ford no interior do Departamento de Comércio às manobras: "a administração anterior informou à minha assessoria de que eles não forneceriam os detalhes de onde as empresas norte-americanas andaram vendendo computadores para departamentos policiais estrangeiros, a menos que eu primeiro concordasse em conservar as informações em confidência".

O senador não aceitou o acordo: "Eu achei este ponto de vista altamente questionável. Pretendo requerer da administração atual não apenas uma reconsideração dessa situação mas também examinar a possibilidade de legislar sobre o assunto".

Kennedy citou a legislação que impedia a venda de armas para o Chile: "parece claramente contrário aos nossos interesses fornecer equipamento adicional tal como computadores para serem usados com o objetivo de perseguir os oponentes do

Diante do rumor crescente, o Departamento de Estado teve que pronunciar-se. Aproveitando-se do bla-bla-bla de famosa Comissão Trilateral, o órgão anunciou a desaprovação oficial do uso de computadores pelas forças de polícia para intimidar e escravizar o povo na América Latina e em todo o mundo, "movido pelos interesses do presidente do Jimmy Carter pelos direitos humanos". O Departamento de Estado adiantou intenções políticas de liderar o controle sobre a maneira como os computa-

dores de fabricação norte-americana são utilizados no exterior. No dia 7 de fevereiro de 77, um porta voz do órgão chegou a dizer que "nos casos onde haja razão para acreditar que o computador poderia ser usado na supressão dos direitos humanos, o Departamento de Estado recomendará a negação de licença para exportar".

Entretanto, o mesmo porta voz deixou claro que computadores tais como o IBM 370/145 são considerados pelo Departamento de Estado como equipamentos de "pequena consequência na segurança nacional da América". Ou, trocando em miúdos, muita conversa por parte do governo e nenhuma garantia concreta de que poderia haver qualquer mudança real na política de exportação. Que o diga o professor Darcy Ribeiro, guinchado no Aeroporto do Galeão...

Do fornecimento à cumplicidade

De acordo com as investigações de Hesh Wiener, o editor da revista COMPUTER DECISIONS e o primeiro a denunciar o envolvimento da multinacional de processamento de dados com os aparelhos repressivos políticos, "a polícia do Brasil usa os computadores IBM para controlar extensas coleções de dossiês, prática cuja evidência está no documento preparado pela IBM".

Embora o presidente Frank Cary tenha admitido a autenticidade deste documento e negado a concretização da venda do equipamento, Hesh Wiener chama a atenção para o fato de que o empresário da IBM recusou-se a dizer se a polícia brasileira tinha outros sistemas similares.

O editor esclarece ainda que os 40 terminais de investigação do computador a que se refere o documento da encomenda de 73 seriam colocados onde pudessem ser usados para acesso imediato às fichas.

Nas suas pesquisas, Wiener constatou que o maior cliente individual de computadores em cada país é o próprio governo. Todos os governos em geral usam computadores para o controle social, mas se diferenciam apenas no grau de controle que exercem via computador e pelos tipos de atividades que eles controlam. Inicialmente eram usados apenas pelos países mais ricos e tecnologicamente mais avançados, na administração da polícia da política, da saúde, da medicina, da economia, entre outros setores. Mas, "agora é uma alta prioridade para cada ditadura".

Ainda de acordo com suas conclusões, os problemas surgidos com o uso e o abuso dos sistemas de informação e processamento de dados não estão restritos às fronteiras nacionais. O fluxo internacional de dados, antes muito reduzido, está praticamente tornando-se uma corrente contínua.

"Fichários de ativistas políticos, ativistas em potencial, e até mesmo padres com preocupações socialmente engajadas estão sendo trocados entre os governos das ditaduras da América Latina", garante Wiener. Os dossiês arquivados nos computadores do FBI, Departamento de Estado e outras agências similares estão encontrando seus caminhos em computadores de governos estrangeiros — algumas vezes acompanhados pelas impressões digitais ou fotografias de passaportes.

Instituições privadas tem também uma imensa coleção de dados, e, todos os problemas associados aos dossiês nas mãos das agências governamentais tornam-se mais graves quando os interesses privados estão envolvidos. É difícil distinguir entre os dados que podem ser usados com objetivos comerciais e os dados usados pela repressão. Os interesses privados são tão poderosos

NA PRÓXIMA SEMANA: VOCE VENDERIA UM COMPUTADOR A FIGUEIREDO, VIDELA, PINOCHET, STROESSNER E...?

III - Congresso dos Trabalhadores Rurais

UM NOVO IMPULSO NA LUTA DO CAMPO

A promoção imediata da Reforma Agrária, criação de uma nova estrutura sindical e a formação de uma Central Sindical dos Trabalhadores, que unifique a luta dos exploradores da cidade e do campo foram algumas das mais importantes resoluções do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado de 21 a 25 de maio, em Brasília, que reivindicam, também a volta ao Estado de Direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Cobertura de Giselle Nogueira

A solenidade de encerramento do III Congresso dos Trabalhadores Rurais, depois do enfrentamento com Delfim Neto, foi um dos momentos mais significativos do Encontro. Se no debate com o Ministro da Agricultura ficou muito claro que a contradição maior das lideranças sindicais do campo é com o governo, no fechamento do Congresso, a manifestação dos participantes selou a comunhão de objetivos entre camponeses e operários.

A impressão que se tinha, naquela sexta-feira, era a de que o estádio do Minas Brasília Tênis Clube viria abaixo, no momento em que o presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), José Francisco Ribeiro, leu o telegrama do líder sindical do ABC, Luis Inácio da Silva. De pé, os punhos cerrados, ao alto, os lavradores aclamaram durante muito tempo: "Lula, Lula".

Manifestação semelhante foi feita durante a leitura de uma moção de apoio levada por um representante da Unidade Sindical Operária, do Rio de Janeiro, onde se referia aos objetivos comuns dos trabalhadores "apesar da luta no campo, em determinados momentos, assumir formas diferentes daquela a que está acostumada a opinião pública urbana. A luta no campo muitas vezes se expressa no ato de continuar e não em parar o trabalho, contra tudo e contra todos. Contra as pressões dos latifundiários, jagunços e autoridades arbitrárias".

O sentimento de união para a maioria dos dirigentes sindicais foi o ponto mais importante do encontro. Durante toda a semana em que estiveram reunidos, e que resultou num documento de 141 páginas a ser enviada ao Presidente da República, aos ministros da Agricultura, Trabalho e Previdência

Social e também ao Congresso Nacional, a certeza era uma só: essas reivindicações só serão atendidas através de pressão, com muita luta. Ou seja, ninguém estava confiando que o governo se incumbiria, por livre e espontânea vontade, de atendê-las.

Tanto durante as sessões plenárias, quanto nas discussões das Comissões, a ausência de divergências entre sindicalistas chegava a causar surpresa e se justificava, por um lado pelo fato de as discussões terem como ponto de partida um documento conseguido pela fusão de outros, retirados em assembleias regionais promovidas pelas Federações. Nessas discussões anteriores já se havia chegado a um consenso em torno das questões principais, refletidas tanto no debate com o ministro da Agricultura, quanto no documento sobre "sindicalismo", incluído o relatório final. Por outro lado, o fato dos "pelegos", participando do Congresso em minoria, terem optado por assumir uma atitude mais tímida, certos de que não teriam a mínima chance de ganharem qualquer proposta que porventura colocassem em discussão.

Dessa forma, chegou-se ao final com propostas que apesar de não considerarem ao estágio atual de luta dos movimentos dos trabalhadores rurais, se comparado com o dos operários urbanos, pelo menos reflete o grau de conscientização das lideranças no que se refere aos problemas vividos pelos camponeses, quer sejam bônias-frias, posseiros, arrendatários, parceiros e até pequenos proprietários. A proposição imediata (pelo menos para os mais combativos) é a de, ao retornar levar as discussões para as bases, objetivando uma luta mais organizada e coesa.

lhadores rurais a confiança em suas entidades de classe". A partir dessas considerações propõem-se como ponto principal

1- o sindicalismo centralize e reoriente os seus esforços e recursos humanos e financeiros para a luta pela implantação da Reforma Agrária, partindo-se do cumprimento do Estatuto da Terra, destacando-se os seguintes pontos: distribuição massiva da terra, em áreas de maior concentração de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e ocupantes; redistribuição imediata, ao trabalhador rural, das terras que se encontram em áreas prioritárias de Reforma Agrária e em áreas desapropriadas; discriminação e titulação das terras públicas, com entrega imediata ao legítimo trabalhador rural; luta pela não destinação de áreas às grandes empresas.

2- o movimento sindical acelere o processo de organização dos trabalhadores rurais, buscando a forma mais prática de organização de grupos que servirão de ligação entre as bases e suas entidades sindicais (Núcleos Sindicais, Equipes Educacionais etc.).

3- o Movimento reoriente os seus esforços, no sentido de seus reais objetivos, destacando-se os seguintes aspectos: afastamento de todas as pessoas estranhas à classe e que estejam nos sindicatos, quer como dirigentes, quer como associados; conscientização do trabalhador rural de que sua libertação só acontecerá a partir de sua própria luta; explicações claras aos trabalhadores de que o sindicato é dele e não da diretoria e nem do Governo e que sua participação na entidade é uma questão de dever; assistência, qualquer que seja o tipo é apenas um serviço que o Sindicato presta ao Trabalhador e que o seu verdadeiro papel é reivindicatório.

AUTONOMIA E LIBERDADE SINDICAL

Como resultado da legislação intervencionista, contida na CLT, que limita o Sindicato desde o instante de sua criação e restringe toda a sua atuação, (no Brasil não existe liberdade sindical, a qual está prejudicada pela interferência do Poder Público em suas contas e atividades).

"Além das limitações impostas pela CLT, o regime militar de 1964 reduziu a liberdade do País, decretando leis de exceção, leis de força, como o AI-5, a Lei de Segurança Nacional, a lei antigreve, arrojando e dificultando ainda mais as atividades sindicais. Assim, conclui-se que não satisfará aos interesses da classe trabalhadora qualquer mudança na estrutura sindical brasileira sem o estabelecimento de uma sociedade democrática. Foi considerado que, sem o Estado de Direito não haverá liberdade sindical. Desde modo, os trabalhadores rurais devem participar da luta pela mudança do modelo político brasileiro, a exemplo do que já vem fazendo os trabalhadores ur-

banos. E ainda, a falta de autonomia do dirigente sindical vem da falta de liberdade do indivíduo como cidadão". Diante dessas considerações, os sindicatistas estão propondo:

1- lutar pela reforma da legislação sindical, no sentido de assegurar plena autonomia ao Movimento Sindical, a quem cabe única e exclusivamente estabelecer as normas necessárias ao seu próprio funcionamento. Por outro lado, é necessário que o próprio Movimento Sindical intensifique sua luta para atingir cada vez mais essa autonomia, no seu papel de defesa dos direitos e interesses da classe.

2- lutar pelo direito à participação política, em todos os níveis; pelo direito à livre negociação entre empregados e empregadores; e pela total revogação de toda a legislação antigreve existente, restabelecendo esse legítimo direito aos trabalhadores.

3- participação dos trabalhadores rurais em favor da mudança do modelo político, juntando-se à luta dos demais segmentos da sociedade pelo pleno estabelecimento das liberdades democráticas e do Estado de Direito, sem o que qualquer modificação

da legislação sindical seria ineficaz. Deve-se, pois, lutar pela revogação das leis e atos de exceção; respeito aos direitos humanos; garantia de pleno exercício dos direitos políticos a todos os brasileiros; pela livre participação dos trabalhadores na construção de um Estado Democrático; pela criação de uma entidade que congregue todos os trabalhadores brasileiros (Central Sindical dos Trabalhadores).Lei

4- Colaborar e receber colaborações de entidades, cujas atividades sejam consideradas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores como de interesse da Classe. Neste sentido propõe-se

- pelo livre retorno e participação dos companheiros que foram ou possam ser arbitrariamente impedidos ou afastados da luta dos trabalhadores. Assim, é fundamental que estes se integrem à luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRICTA a fim de que aqueles companheiros possam participar da vida de Nação.

- denunciar as arbitrariedades e violências cometidas contra trabalhadores e suas entidades de representação, inclusive através da imprensa.

Além dessas questões, foram também estabelecidos pontos referentes à auto-sustentação das entidades, visando à extinção da Contribuição Sindical; o enquadramento dos que trabalham nas empresas agroindustriais na categoria de trabalhadores rurais; e a definição do que se constitui o trabalho de educação sindical, além da realização da "Semana Sindical", de 25 de abril a 1.º de maio, todos os anos.

TRALHADORES: no campo e na cidade a luta é a mesma

Durante a semana em que mais de 1200 dirigentes sindicais e de federações de trabalhadores rurais estiveram reunidos em Brasília, uma das comissões de estudo que mereceu especial atenção dos congressistas foi a que tratou do tema "sindicalismo". O relatório apresentado em Plenária, levando a assinatura dos seus 265 integrantes, e que foi praticamente aprovado na íntegra, reforça a ideia defendida no Congresso da necessidade de criação de uma entidade que congregue todos os trabalhadores (Central Sindical dos Trabalhadores), que sejam do campo ou da cidade. Apesar das especificidades, quando se trata da atual estrutura sindical, a luta é uma só, sendo como inimigo comum a legislação trabalhista e como meta a

autonomia e liberdade para os sindicatos. Abaixo, uma síntese das principais conclusões e reivindicações aprovadas: "Forçado a atuar dentro da estrutura sindical atual, atrelada à CLT, ao Movimento sindical atribuídas funções predominantemente assistencialistas, sobretudo nos últimos anos, com a finalidade de desviar-lhe cada vez mais de seu papel reivindicatório. O Movimento Sindical sofre dois tipos de pressão: a dos proprietários e/ou empregadores e a do Governo. Nesse particular, o envolvimento com a Previdência Social tem sido o caminho mais cômodo. Isso vem comprometendo seriamente a sua atuação, sua imagem ao alcance de sua luta principal. E preciso, pois, reforçar junto aos traba-



O dr. Sardinha entalado

Não foi preciso mais do que uma hora, tempo em que foram formuladas 20 das 40 perguntas dirigidas à mesa, para que os trabalhadores rurais colocassem o ministro da Agricultura numa posição tão incômoda, que o obrigou à saída da enroscada das repostas, com um amontoado de frases sem sentido e contraditórias. Um sorriso nervoso, a fala apressada, substituiu a tentativa de senso de humor. "Ah, deverá ter pensado o bem nutrido Delfim, com seu sofridos botões, que é mais agradável e cômodo falar com os empresários".

A transcrição abaixo, de parte do debate, mostra bem o dia em que o ministro foi encostado na parede pelos representantes de 50 milhões de trabalhadores rurais brasileiros.

Trabalhador: Sr. Ministro, considerando que há mais de 11 milhões de trabalhadores sem terra; que só no Paraná há mais de 800 mil trabalhadores rurais como excedente de mão-de-obra; que no meio urbano há uma infinidade de trabalhadores como consequência do êxodo rural, do desemprego e subemprego, perguntamos: como V. Exa. explica a sua colocação, no Congresso Nacional, de que a agricultura necessita liberar mão-de-obra para a indústria, quando comprovado está, nesse 15 anos, que a indústria não conseguiu assegurar a absorção do contingente de mão-de-obra que vem do meio rural? (palmas)

Delfim Neto: O que eu disse é o contrário. O que eu disse é que a agricultura com todos estes... pelo menos nos últimos 40 anos, cumpriu adequadamente e seu papel no processo de desenvolvimento deste País. Cumpriu, como? cumpriu, de um lado, aumentando a oferta de alimentos; de outro lado, aumentando a oferta de produtos exportáveis, liberando mão-de-obra e fornecendo capital para que a indústria se desenvolvesse. É evidente que, realmente, a agricultura liberou mão-de-obra de acordo com as necessidades do País e, nos últimos anos tem liberado até mais mão-de-obra do que a atividade industrial tem sido capaz de absorver. Mas verificamos que este País não é um País para conviver com uma baixa taxa de crescimento. Se nós aceleramos a produção agrícola como pretendemos acelerar, isto significa em primeiro lugar uma diminuição do ritmo de migração do campo para a cidade e, ao mesmo tempo, um estímulo para a ampliação da atividade industrial. As duas coisas combinadas vão produzir, certamente, a elevação do salário real na agricultura. E é isto o que aconteceu quando o País se desenvolvia rapidamente e o que vai acontecer no futuro.

Trabalhador: Quando o Sr. era ministro da Fazenda, afirmava -- que os incentivos à agricultura favoreceriam o aumento da inflação, o que causou a renúncia do ex-ministro Cirne Lima. Hoje, o sr. afirma o contrário. O sr. mudou de posição, por que? (gritos e palmas)

Delfim Neto: Essa é uma pergunta muito boa, porque vai me permitir esclarecer algumas coisas. Eu duvido que em algum período da história do Brasil... eu duvido... tenha havido um aumento do crédito à agricultura superior ao que houve entre 1967 e 1973. As estatísticas estão aí e podem ser consultadas. Tanto é verdade que a agricultura cresceu muito rapidamente no período de 68/73. A disputa com o ministro Cirne Lima não foi a respeito do crédito agrícola, foi realmente a respeito do preço da carne.

Trabalhador: A mensagem 33 enviada pelo Presidente Castelo Branco ao Congresso Nacional, encaminhando o Estatuto da Terra, fala na necessidade de uma reforma agrária integral. Em 1970, quando V. Exa. era ministro da Fazenda, reforma agrária para o Governo virou colonização nas áreas de fronteira do Norte e Centro-Oeste do País. Contudo, são essas áreas em que a concentração da propriedade da terra mais cresceu em todo o País. Agora, recentemente, V. Exa. deu aos jornais que uma reforma agrária é inviável. Houve uma reviravolta total na política agrária governamental de 69 para cá?

Delfim Neto: Não. Não houve. A minha posição é exatamente a mesma. Os processos de colonização, embora possam acelerar o acesso à terra, não são suficientes, obviamente não são

suficientes, por não se alterar a estrutura das propriedades. E -- muito menos, no caso, quando se teve um avanço, ao mesmo tempo, de grandes propriedades. O caso da fronteira agrícola brasileira, hoje, é um exemplo característico disso.

Trabalhador: Hoje, 60 policiais estarão, provavelmente, em Coqueirão e Cachorrinho, no município de Pedras de Fogo, na Paraíba, para dar cumprimento a uma ordem judicial para despejar 300 agricultores daquelas terras. Esse despejo está sendo promovido pela Usina Central Olho D'Água de Pernambuco e irá beneficiar apenas um grupo de empresários da cana-de-açúcar. Sr. ministro, o Estatuto da Terra prevê que será feita desapropriação em área de grande densidade demográfica, quando houver tensão social; que a propriedade terá uma função social. Por que, então, a Lei não é cumprida, por que o Estatuto não é cumprido?

PARA CADA BRASILEIRO, DOIS JAPONESES
Delfim Neto: Eu acho que este exemplo é interessante, porque vai mostrar como é que estamos procurando agir. A proposição é verdadeira, nós estamos cumprindo uma ordem judicial. No entanto, o INCRA está estudando uma forma de ação dentro do Estatuto da Terra. É evidente que nós temos de respeitar as decisões judiciais. O desajustamento está precedido de uma ordem judicial, e o INCRA vai procurar utilizar o Estatuto da Terra para resolver o problema.

Trabalhador: V. exa. declarou na revista "Status" que os salários dos trabalhadores rurais caíram quando deixaram de ser assalariados permanentes e se transformaram em bônias-frias, pois perderam a casa, a lavoura de subsistência e a criação. A condição de milhares de famílias tornou-se ainda mais miserável. O FGTS causa, certamente, maior rotatividade da mão-de-obra como aconteceu na área urbana. No campo, o FGTS causará uma rotatividade maior ainda dos assalariados permanentes, agravando a miséria rural e urbana. Qual é a opinião do ministro da Agricultura sobre a extensão do FGTS ao campo?

Delfim Neto: Declarei isto mesmo à revista "Status". O que eu disse é que quando a Lei, procurando proteger o trabalhador tentou subtraí-lo da propriedade, ela disse isso num contexto em que há uma estatística de que o salário real havia crescido; disse isso para corrigir a afirmativa, dizendo, é preciso corrigir a estatística pelo fato de que os trabalhadores perderam o pedaço de terra em que trabalhavam e no qual eles tinham um salário muito importante. Estou absolutamente convencido de que esse movimento reduziu o salário real da agricultura. Quanto à extensão do FGTS à agricultura, eu acho que existe um impedimento muito importante na sua aplicabilidade ao setor agrícola, exatamente porque a atividade permanente, um só sistema como esse poderia produzir um desastre.

Trabalhador: De acordo com o que foi publicado no "Jornal do Brasil", V. Exa. disse que faria a Reforma Agrária de um dia para o outro, só que para cada brasileiro que assentasse na terra, teria que arranjar dois japoneses, pelo mínimo (vaias). Perguntamos a V. Exa.: baseado em que? (ovação do plenário)

Delfim Neto: É muito interessante essa pergunta porque revela uma perfeita tolice. Primeiro, porque eu não declarei isso ao jornal do Brasil. Essa proposição é uma estória antiga deste País, foi contada na casa de um deputado aqui em Brasília e tinha lá um jornalista, que decidiu fazer graça. O que eu disse... é... O que eu disse é exatamente o seguinte: A reforma agrária é aquilo que cada um deseja que ela seja. Todo mundo quer, simplesmente dividir a terra? Não. Nós queremos q divisão da terra, a eletrificação rural, queremos o fornecimento de crédito total, o fornecimento de adubo, o fornecimento de sementes selecionadas. Se nós pudéssemos realizar tudo, instantaneamente, é óbvio que ninguém poderia ser contra isso. É ninguém é contra a Reforma Agrária, se você entender como dar acesso à terra aos trabalhadores. O que eu sou contra é a ideia tola de que é possível simplesmente e através da divisão, produzir uma modificação substancial das condições de vida dos trabalhadores.

Trabalhador: Professor Delfim Neto, o sr. falou muito em crédito, falou em terra. Onde vamos aplicar o crédito, se não temos onde plantar (ovação do plenário)



Delfim Neto: Segundo eu suspeito, este Congresso tem várias categorias. Tem pequenos proprietários, tem trabalhadores (gagueja), posseiros, pessoas de várias categorias que trabalham na agricultura. É claro que o mecanismo de resolver (gagueja) o problema agrícola está basicamente ligado à possibilidade de ampliarmos a produção agrícola e ampliarmos a demanda de mão-de-obra no setor agrícola. Sem que se consiga isso, nós não conseguiremos resolver nenhum problema da agricultura. Mesmo os trabalhadores ou os posseiros têm muita coisa a ver com isso, porque a expansão do setor (gagueja) dos proprietários, digamos, a expansão daqueles que já possuem terra, a expansão de sua produção, representa uma estabilidade adicional daqueles que ainda não possuem terra. Eu volto a insistir, é objetivo do Governo dar oportunidade de acesso à terra. Temos de fazê-lo, entretanto, com inteligência.

ECONOMISTAS DESOCCUPADOS
Trabalhador: Sr. Ministro, o trabalhador rural que não possui terra para cultivar e vai se estabelecer nos arrabaldes dos grandes centros, é também assunto para economistas e desocupados? (ovação geral)

Delfim Neto: Não. Esse não. Esses são assuntos aos economistas ocupados. É deles que nos estamos ocupando.

Trabalhador: Sr. Ministro, em Pernambuco, a agricultura de alimentos está sendo substituída pelo capim pangola, com incentivos do Governo, substituindo o homem pelo boi. Como o sr. explica isso? (ovação)

Delfim Neto: Eu acho que a objeção é absolutamente válida. E essa é uma das coisas que estamos alterando. Realmente, não é concebível que se estimule a expansão pecuária, onde você tem uma atividade produtiva; a possibilidade de uma atividade produtiva em meios de subsistência, como é o caso de Pernambuco. É exatamente isso que estamos fazendo.

Trabalhador: O sr. não acha errado que um americano tenha mais de 1 milhão de hectares na Amazônia, (Ludwig-Jari), enquanto que milhões de brasileiros padecem fome por falta

Vaias, gritos, gaguejos: Delfim Neto cara a cara com os trabalhadores rurais

Desde segunda-feira (dia 21), ou melhor, muito antes, quando o atual ministro da Agricultura começou a dar declarações à imprensa do tipo "Reforma Agrária é coisa para economista desocupado" que o debate programado para a quarta-feira estava fadado a se tornar o ponto alto do III Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Brasília. Durante as refeições ou nos intervalos das discussões, o assunto que sempre vinha à tona era sobre a maneira como Delfim Neto seria recebido pelos dirigentes sindicais que estavam participando do encontro.

Suas declarações anteriores acriraram os ânimos dos lavradores, fazendo inclusive, que um abaixo-assinado, reunindo mais de 40 assinaturas de sindicatos da Bahia, fosse enviado ao general Figueiredo, comunicando "o repúdio a tão insultuosas declarações contra uma categoria que tanto tem contribuído para o engrandecimento da pátria, sem ter, até o momento, recebido por parte dos governos o mín de consideração". Em vista disso, em decisão aprovada em Assembleia da Federação dos Trabalhadores Rurais da Bahia, o ministro Delfim Neto foi definido como "persona non grata" aos trabalhadores.

Quando o dia do debate chegou, a expectativa pelo início do confronto já era muito grande. E não deu outro. Valado e encostado na parede pelos agricultores, é bem possível que o ministro jamais tenha passado vaxame igual. As 19 horas, uma hora antes do previsto, o salão já estava praticamente ocupado. As atenções sempre que um carro estacionava, eram desviadas para a portaria de entrada, por onde a qualquer momento a esperada figura entraria. Enquanto isso, um grupo cuidava de afixar na parede, de fora-para-fora, em frente ao microfone, uma faixa verde-amarela, onde se lia -- "Reforma Agrária é o principal meio para a integração dos Trabalhadores rurais na vida sócio econômica do País".

"A Esperança do Brasil está no homem do campo. A esperança do homem do campo está na reforma Agrária"

As 20 horas em ponto Delfim entrou no minas Brasília Club, sorridente, andando apressadinho, acompanhado por um séquito de assessores e pucha-sacos. Provavelmente, na marcha em que atravessou o salão, até o microfone, ele tenha reparado na quantidade de murais e cartazes, com desenhos, charges e caricaturas a seu respeito, pregadas nas paredes. O silêncio era total e da mesma forma em que estavam -- sentados -- os trabalhadores permaneciam. Situação esta que não demorou muito. Foi só o gordo ministro subir os degraus do estrado, onde a mesa havia sido instalada e se preparar para sentar, para que os lavradores, num coro de cerca de 1.500 pessoas, iniciassem o "Hino da Reforma Agrária", e logo em seguida continuassem a manifestação com brados de "Terra, Terra.", durante vários minutos. Foi aí que o sorriso de Delfim começou a amarelar.

Ele começou seu discurso (ver box ao lado) falando da alegria de poder conversar com os trabalhadores sobre "os problemas que nos atingem; poder participar do Congresso e sentir as esperanças e maior alegria ainda, em vê-los reclamar pelo que desejam". Em seguida uma pausa, esperando os aplausos. Mas se alegria era o que realmente Delfim Neto estava sentindo, o mesmo não aconteceu com os trabalhadores que interromperam com a primeira das vaias, que a partir dali, iriam selar o encontro do ministro da Agricultura com os dirigentes sindicais, principalmente durante o debate, quando as perguntas a ele dirigidas eram saudadas com palmas e as repostas com estrondosas vaias.

Delfim Neto: O que eu acho realmente é que nós temos de encontrar o caminho de dar acesso à terra. É óbvio que propriedades nessa dimensão não me parece que sejam coisa razoáveis. Não creio também que ela seja dessa dimensão, nós estamos dando o triplo do tamanho. E é exatamente a intenção do Governo não estimular a propriedade desse tamanho.

Trabalhador: Sr. Ministro, as usinas de açúcar do norte fluminense não têm conseguido pagar nem os créditos subsidiados que Banco do Brasil lhes fornecem. Segundo a Imprensa, os técnicos do Banco do Brasil sugerem os trabalhadores que as suas dívidas com terra, assim à terra pode ser distribuída a trabalhadores, sem nada custar ao governo. O Sr. Ministro, vai se distribuir terras a trabalhadores ou serão sustentados pelo Governo, empresários que não conseguem nem se manter? Delfim Neto: Aqui, o que aconteceu, realmente, é que a proposta do Banco do Brasil, a proposta que está sendo analisada, é exatamente o pagamento (gagueja) das dívidas internas. E é óbvio que esse pagamento de dívida externa, se vier a ocorrer, vai representar simplesmente a possibilidade de distribuímos essas terras, de vendermos essas terras. Não é verdade que o Governo não pagará nada. O Governo simplesmente deixará de recolher a dívida. Vai recar a terra com pagamento da dívida. Se isso vier a ocorrer, a disposição do Governo é de, realmente, vendê-las aos trabalhadores.

Trabalhador: O senhor declarou que só faria Reforma Agrária em casos de tensão social. Na fazenda Capataz, gleba dos americanos no Pará, 500 famílias estão num conflito de terras. Na fazenda Luzia, no Maranhão, são 1.200 famílias, na área Plo XII, no Maranhão, são 1.300 famílias, em Alagar, Paraíba, são mais de 700 famílias, em Xique-Xique, na Bahia, são mais de 100 famílias. Esses números que não representam sequer o total de famílias envolvidas em questões de terra no Brasil, não são suficientes para convencê-lo da necessidade de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata? (aplausos e gritos)

Delfim Neto: Pelo contrário, esses exemplos mostram que a orientação que estamos seguindo deve ser correta. Nós estamos dispostos realmente a usar o Estatuto da Terra, usar os instrumentos para resolver esse problema. O Incra está sendo dinamizado e nós vamos usar os instrumentos para resolver os problemas localizados (?) que existem no Brasil.

Trabalhador: O senhor disse que em lugar nenhum do mundo a Reforma Agrária funcionou. O senhor disse que por essa razão preferia resolver o problema fundiário através do imposto territorial. Pergunto: em algum país do mundo, com problemas como os nossos, a estrutura fundiária foi mudada através de tributação? (palmas e gritos)

Delfim Neto: Eu gostaria de dizer inicialmente, que quando digo que muita gente fala em Reforma Agrária, eu reivindico uma experiência um pouco maior que aqueles que falam, porque eu cometi também os meus equívocos e no governo Carvalho Pinto eu ajudei a conduzir uma experiência de Reforma Agrária em São Paulo. Conheço as dificuldades desse processo, sei da necessidade de dar acesso à terra aos trabalhadores, mas me recuso a em vez de resolver um problema a criar mais dez. O que nós vamos introduzir aqui é um sistema de impostos, diferenciado por tamanho, diferenciado por localização e por uso que, certamente vai induzir a uma modificação importante na estrutura da propriedade. Esperem a proposta e depois podemos discutir.

Trabalhador: Sr. Ministro, há v'rios anos o movimento sindical de trabalhadores rurais vem reivindicando a reforma agrária. Quais são as perspectivas da reforma agrária em seu governo? Segunda: queremos saber se em seu governo vai continuar dando incentivos fiscais para grupos econômicos estrangeiros agropecuários

Delfim Neto: A primeira pergunta já respondi várias vezes aqui. A segunda pergunta eu acho que realmente... é... não vamos de... dever o sistema de incentivos no que tange ao tamanho da propriedade. Esse é... um processo é... um estudo que já está em andamento no governo e que vai ser feito.

Por que sai da Oposição de Osasco

José Pedro da Silva, o Zé Pedro dos metalúrgicos de Osasco está fazendo algumas importantes reformulações em sua prática de atuação sindical. Juntamente com alguns companheiros de base, ele abandonou as reuniões da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, passando a adotar uma outra tática no interior do sindicato oficial, aproximando-se de alguns elementos que ele considera mais avançados na atual diretoria. Zé Pedro fala ao EM TEMPO, mostrando os motivos do "racha" com a OS e as causas de sua atual orientação.

ZÉ PEDRO,

1. Sua participação no debate promovido pelo CEBEC mostra que você alterou algumas posições suas no que se refere ao relacionamento com a direção sindical e a própria forma de atuar junto ao sindicato. Como você vê hoje essas questões?

Na verdade o que mudou foi em consequência de uma maior experiência acumulada. Durante todos esses anos a gente vinha fazendo um trabalho de pé de ouvido nas fábricas, nos bairros, porque o sindicato não assumia. A medida em que o sindicato assume algumas bandeiras, lança um jornal mais combativo e abre o sindicato aos metalúrgicos sócios e não sócios, é uma vitória que a gente alcançou. Quando a diretoria assume isso e dá uma dinâmica nova ao sindicato a gente enquanto oposição sindical tem que mudar a maneira da gente trabalhar senão a gente se isola. A oposição sindical não consegue mobilizar gente, o sindicato mobiliza muito mais. Toda sexta-feira tem reunião aqui com 60 e até 90 pessoas e a oposição sindical não está conseguindo isso. Se você tem um canal aqui no sindicato você tem que usar o espaço político, criar esse espaço, levar a diretoria pra frente aí se o sindicato não assumir a massa dos trabalhadores passa por cima.

O que aconteceu aqui foi o seguinte, a diretoria aparentemente avançou, se você não entrar prá dinamizar, prá politizar mais esse movimento você se isola. Essa é a nossa concepção. De maneira nenhuma nós abandonamos a bandeira da oposição sindical. A gente continua com essa bandeira porque a estrutura sindical não foi ainda quebrada, enquanto a gente não conquistar isso, o nosso princípio é o mesmo, quando conquistar, a gente vai avançar politicamente. Acho que se a diretoria do sindicato está colocando isso nós temos

que dar força. O importante é que a gente lute junto, que a gente faça do sindicato a tribuna do trabalhador, mas isso não quer dizer que a gente não organize nosso grupo de discussão política. Essa é a visão que a gente tem, a gente acha que tem que unir forças só que essa unidade vai se dar em cima de um trabalho prático, por isso nossa visão de trabalho junto com a diretoria. Agora, a gente não se coloca como dono da verdade, tem muitos companheiros queimando a gente dizendo que a gente está se aliando com pelegos, mas nós temos estrutura política suficiente prá não cair nessa besteira.

2. Em vista disso você teria alguma autocrítica a fazer à sua atuação anterior?

Se há alguma autocrítica é a respeito da tática, acerca dos princípios, continuo com os mesmos. Agora, a maneira de atuar foi que a gente mudou, mudou porque hoje essa diretoria ou pelo menos parte dela está assumindo um novo papel dentro do sindicato.

3. Você teria alguma crítica à oposição sindical de Osasco?

A gente não conseguiu levar toda a oposição sindical a pensar dessa forma. Nós respeitamos todas as posições políticas, entretanto, nosso trabalho enquanto oposição sindical estava sendo truncado porque os companheiros têm uma posição diferente. A gente tem o seguinte ponto de vista, cada um faz seu trabalho e a gente vai se aproximar nas assembleias sindicais, a gente vai se cruzar nas greves, cada um levando sua proposta política e aquela que a massa aderir é a que vai ser levada na prática. Muitos companheiros preparam uma política pronta e acabada e chegam e vão jogando. A gente acha que não é assim. Com esses longos anos de repressão, de falta de liberdade, falta de conhecimento, falta de politização dos tra-

balhadores, então você tem que compreender isso, você tem que partir do nível dos companheiros, a gente tem que entender que a gente já deu muitos passos que não foram acompanhados pela maioria dos trabalhadores, senão você se distancia e os companheiros ficam lá atrás.

4. Quais as implantações que essa nova forma de trabalhar mais colada ao sindicato, trouxe em sua relação com as oposições? Você ainda se reúne com o restante das oposições?

Não, não estamos indo nas reuniões que tradicionalmente tínhamos com as oposições, a gente tem contato com os companheiros, mas fora das reuniões. Eu não estou assumindo nenhum panfleto que a oposição está soltando agora porque a gente não está concordando com a linha que está sendo levada. A gente está trabalhando com novos grupos de trabalhadores. A medida em que a gente tiver algumas questões a colocar, a escrever, a gente vai procurar utilizar o jornal do sindicato, se a gente não conseguir isso, então vai pensar o que fazer.

5. Como você vê a chamada Unidade Sindical, reunindo desde autênticos como Lula e pelegos como Joaquim?

Acho o seguinte, a gente tem que discutir com os autênticos e não com o Joaquim, com ele não tem papo. Acho que Lula como presidente do sindicato tem como obrigação arrastar, ou pelo menos tentar jogar os caras na fogueira, jogar os caras numa proposta mais avançada. A gente tem que discutir com os autênticos uma maneira de trabalhar em conjunto, porque na medida em que o Joaquim não assumir mesmo a luta, as oposições é que vão assumir junto com os autênticos formando a unidade sindical.

Unidade, a proposta de Ibraim

E que exasperou as pessoas que suportavam a demora e a certa altura começaram a ficar nervosas, impacientes, preocupadas. E que resolveram, depois de alguns entevos com a Comissão de Organização não só abrir novamente as faixas que haviam levado mas como exigir, em coro, "libertem Ibraim!", "queremos Ibraim!", pensando poder influenciar na decisão dos policiais.

SAIDA

Às 19 horas, já era noite quando um Ibraim cansado apareceu, ladeado por seus advogados. Todos queriam abraçá-lo, quase sufocando-o. Sua mãe, que lhe havia podido abraçar muito rapidamente pela manhã, através de uma janela da delegacia de estrangeiros, sequer pode chegar perto dele. Um cordão de segurança é rapidamente formado, permitindo, não sem muitas dificuldades, que chegassem ao carro que o levaria a Osasco.

"Ibraim vai ficar / e os pelegos acabar" gritavam as 200 pessoas que ainda restavam ali, àquela altura. E que pediam, insistiam para que ele falasse. O que acabou ocorrendo quando Ibraim conseguiu subir na capota da Brasília que o tiraria dali.

"Companheiros: O meu compromisso com a luta dos trabalhadores continua. Espero fazer tudo para que os companheiros não se decepcionem com minha atuação. Volto para retomar a luta dos trabalhadores por um Sindicato Livre. Volto para lutar por uma Central Nacional dos Trabalhadores".

dos surgia para comunicar que ia demorar a princípio "meia hora", depois "mais duas horas", e depois muitas mais.

E que chegaram a se impacientar à medida que a

demora ia sendo entendida como uma provocação dos delgados encarregados do interrogatório. Que queriam saber de tudo, de suas idéias antigas e passadas, de seus planos para o futuro, das oposições sindicais, sobre o sindicalismo europeu, de suas ligações com líderes como o Lula, se ele vinha para se opor e concorrer com o dirigente de São Bernardo.

Um interrogatório que acabou cansando todo mundo. E que teve respostas que, por sua coerência e lucidez acabaram por impressionar até mesmo os tiras de plantão em Viracopos. Um deles, acabou não se contendo: "mas esse rapaz é muito precoce, não é mesmo! Imagine, com pouco mais de 20 anos já dirigia um Sindicato, em Osasco".

José Ibrahim está de volta. Levou 10 anos para regressar ao Brasil, vivendo em Cuba, no Chile, no Panamá e na Bélgica. Levou 9 horas para ser liberado do exaustivo interrogatório que a Polícia lhe preparou no aeroporto de Viracopos, em Campinas que começou logo depois das 10 horas da manhã quando chegou, e só foi acabar à noite, às 19 horas.

Foi um José Ibrahim sorridente que, juntamente com sua mulher Tereza, desceu no avião da Ibéria, sorrindo diante da recepção que mais de 700 pessoas lhe haviam preparado. 700 pessoas vindas de São Paulo, Osasco e Campinas, dos bairros operários, em ônibus alugados, em carro próprio ou no de amigos. Que agitavam faixas, algumas enormes, como a que pedira a anistia, ampla geral e irrestrita. Ou a que falava de sindicatos livres, em letras garrafais e vermelhas. Faixas amarelas como da Oposição Sindical de São Paulo, que saudava o companheiro que chegava ou mais veementes como a que dizia "abaixo a ditadura".

700 pessoas que gritavam "Ibraim, Ibraim!" à medida que ele vinha se aproximando da porta de entrada do aeroporto. Como o crioulo humilde que saudava a todos pulmões o "HIBRAHIM".

E que ficaram esperando pacientemente por horas e horas, à fio, debaixo de sol, caminhando no interior do saguão do aeroporto, conversando nervosamente, enquanto aguardavam para o minuto seguinte a libertação do antigo líder metalúrgico. E que não escondiam sua decepção quando um dos advoga-

Luta operária na Zona Leste de São Paulo (10)

Perfil do tira Pascoalão

Em 1956, a esquerda e o movimento sindical viviam uma fase de relativa liberdade. Essa fase trazia também muitas alegrias ao tira Pascoalão, especializado na repressão

Antônio Carlos Felix Nunes

Neste ano de 1956, as greves acontecem com muita frequência. É um tempo de liberdade e as forças políticas de esquerda, juntamente com o movimento sindical, estão assanhadas, vivendo os seus grandes e melhores momentos. Igualmente, é tempo de abertura de entusiasmo e vibração para o tira Pascoalão. É chegada a sua vez de ser útil, de dedicar-se com eficiência ao trabalho de repressão. Mofando andara, recolhido numa humilhante vagabundagem, quando a ditadura getulista, mantinha caídos e conformados os operários, assim como não dava chance ao BC para realizar sua agitação junto às massas, confinando-o na mais absoluta clandestinidade.

Pascoalão então invejava os colegas mais hábeis e inteligentes: estes eram agraciados com aquelas admiráveis missões secretas, enquanto ele curti, melancólico e solitário, aquelas noites intermináveis nos plantões do DOPS. Obrigavam-no a permanecer ali, na expectativa de uma imaginária manifestação pública. Mas esta nunca acontecia: o alarme do Departamento continuava em silêncio noites e dias seguidos. Só aqueles seus colegas trabalhavam. De vez em quando, nas madrugadas frias da capital paulista, dois ou três deles chegavam com um preso algemado. E pelo entediado Pascoalão passavam derramando orgulho, nas faces a satisfação de dever cumprido. Sequer o cumprimento, e neste sinal de desprezo Pascoalão

reconhecia sua inutilidade. Também, nunca pedira ao chefe para realizar tais missões. Não tinha gosto por tal trabalho, e menos certeza ainda de que o desempenharia com a precisão exigida. A investigação não era seu forte. Seu prazer era enfrentar a massa revoltada, peito a peito, confiando no cassetete e em seus musculosos braços. Sabia como pegar um subversivo entre a massa, dominá-lo e levá-lo à presença do sr. Delegado, sem essa chatices de andar disfarçando de operário, de intelectual emotivo, fingir-se disto e daquilo, às vezes agarrar até um batente duro numa fábrica. Com aquele besta do Ferrante. O bobo quase se sifu nas mãos dos comunistas, depois de dar uma de telcelor por mais de sete meses. Jamais toparia uma missão de tal espécie, porque não tinha mesmo saco para permanecer diuturnamente numa esquina, na porta de uma fábrica, ou realizando aquelas longas viagens ao Interior. Precisava bater, brandir o cassetete, lutar corpo a corpo com os subversivos — seus braços e suas pernas reclamavam movimento.

Por isso, também detestava a ditadura, como aqueles comunistas que conheciam de longa data, e os quais, algumas vezes, tentavam dialogar com ele. Lembra-se disso com ironia: queriam convencê-lo de que sua incumbência era incompatível com a democracia. Mas como, se agora, com a volta das liberdades, é que ele e os comunistas podiam trabalhar por suas respectivas causas?

tempo necessário para ser fichado, pois um habeas-corpus logo o retiraria dali. Porém, o Partido não deseja queimar quadros novos nessas ações de rua. Urgia popá-las para outros momentos, talvez mesmo numa próxima ditadura, quando os menos conhecidos da polícia seriam os mais indicados para continuar o trabalho legal junto às massas, atuando nos sindicatos ou nas entidades civis.

UM FRACASSO

Além disso, a prisão de um militante em meio à massa acabava servindo de desencorajamento aos manifestantes, afastando-os da orientação do Partido. E não era com outro objetivo que a polícia agia nestes tempos de legalidade: desarticular a agitação em sua fase inicial, com a prisão dos seus líderes. Pascoalão preenchia todos os requisitos para este tipo de repressão preventiva. Tinha vivência dos movimentos de rua e sabia, mais do que os seus colegas, como investir de surpresa contra um manifestante. Geralmente, saltava de trás de um muro ou saía do interior de uma fábrica, acompanhado, evidentemente de outros tiras, os quais orientava com sua velha tarimba. Só uma vez levou a pior num desses seus ataques. Foi durante uma greve dos trabalhadores marceneiros. O movimento não ia bem, não havia tido a adesão total da categoria, e o comitê distrital do Tatuapé resolveu intervir, mobilizando seus efetivos para ajudar nos piquetes. Seus três secretários, Gentil, Vicente e Mateus, foram tentar parar os operários de uma pequena fábrica de móveis. Chegaram na hora do almoço, os trabalhadores faziam suas refeições

do lado de fora, sentados na calçada da rua. Os operários não estavam mesmo a fim de aderir à greve, e receberam os dirigentes comunistas friamente, de espírito prevenido contra seus argumentos. Por isso a conversa durou pouco, porém, o tempo suficiente para serem surpreendidos por Pascoalão e mais dois tiras. Agarraram-nos pelas costas e imediatamente os imobilizaram. A viatura na qual seriam conduzidos ao DOPS estava parada a dois quarteirões dali, e os tiras começaram a arrastá-los para lá. Nesse instante, os marceneiros trocaram olhares e se puseram de pé. A seguir, de maneira lenta, como se estivessem executando seus ofícios, muniram-se de paus, pedras, barras de ferro... E cercaram os tiras, já perto da viatura, gritando num só voz: "soltem os moços!" Eram uns cinquenta, e os tiras perceberam que não blefavam: havia em seus olhos a decisão de atacar com aquelas armas improvisadas. E os dirigentes foram soltos, com os tiras abandonando rapidamente o local. Sem mais palavras, os marceneiros retornaram às suas bancadas de trabalho, no interior da fábrica.

Durante muito tempo, esse acontecimento foi contraditoriamente interpretado pelos militantes. Alguns consideraram-no como uma vitória do tira Pascoalão. Afinal, sua incumbência era impedir adesões à greve, e isto, de alguma forma, havia sido atingido. Outros achavam que a polícia e o Partido tinham sido igualmente derrotados, já que os dois não conseguiram levar a bom término suas respectivas missões.

Na próxima semana: A Emulação na venda do jornal do PC.



"Roupa suja se lava em casa", diz o velho ditador popular. E foi o que aconteceu, no sábado, dia 26, lá em São Bernardo, mais precisamente no Sindicato dos Metalúrgicos. A moçada havia determinado, no dia 13, quando foi aprovado o acordo com os patrões, que no dia 26 realizariam outra assembleia, no sindicato, para retomá-lo. Como o governo levantou a intervenção, a finalidade foi alterada: Lula e sua diretoria queriam buscar ali o referendo e a confirmação dos trabalhadores à sua atuação durante o movimento grevista.

POUCA GENTE

Perto dos 80 mil pessoas que costumavam reunir-se em Vila Euclides, os 800 trabalhadores presentes ao sindicato não passavam de um piquete. Esse número tão pequeno não deixou de preocupar a muita gente. Uns, mais críticos à atuação da diretoria diziam que era reflexo do desânimo e do desamparamento dos trabalhadores diante do acordo. Outros, mais resignados, acreditavam que "era assim mesmo", que ali estava reunidos "os mais conscientes".

CENTRALIZAÇÃO

A crítica mais contundente se referia à considerada excessiva centralização do movimento nas mãos da diretoria, as divergências quanto a avaliação do ânimo dos trabalhadores, principalmente quando da votação da trégua, no dia 27 de março, à falta de maior trabalho de base, embora todo mundo fizesse questão de ressaltar a liderança da diretoria e sua legitimidade, pelo menos enquanto não "tiver outra alternativa", como ressaltou um orador.

TAPAR O SOL COM UMA PENEIRA

Dois dirigentes de base, mais ligados ao Lula fizeram o que nem o próprio fez: defender intransigentemente o acordo, principalmente em sua base econômica, creditando as críticas a alguns poucos "que só querem perturbar". "Para aí, cara-plúvia", responderam outros oradores. Do ponto de vista econômico, como afirmou um dos mais famosos piqueteiros de São Bernardo, o acordo foi uma droga. Mas ele tinha que ser feito em função de uma tática política, da correlação de forças existente no momento: o movimento grevista, dizia esse orador, tinha que ser visto como uma vitória política, contra o governo e a estrutura sindical.

LIDERANÇA REAFIRMADA

No final, a liderança do Lula e sua diretoria foi reafirmada, quando centenas de mãos votaram por sua continuidade à frente do sindicato. Embalado pelo apoio, Lula que também justificou toda sua atuação, fez a promessa: a luta não parou com o acordo. No dia 1.º de junho, a ordem é parar, caso haja desconto dos dias de greve. E a cada operação demitido (as empresas já começaram a demitir os mais ativos, depois do acordo) no mínimo uma hora de paralização das máquinas.

ELETRICAS

Os eletricitários de São Paulo estão uma pilha, não de nervos, mas de indignação, com os salários de fome que vem recebendo. Por isso eles decidiram, na assembleia realizada na quarta, 23, exigir do governo seu novo patrão (a maioria é de trabalhadores da Light) a concessão imediata de 30% de aumento, além de dois mil cruzeiros fixos para todo mundo. E o pessoal parece que não está blefando; bastava só dar uma olhadinha no que foi o estado de ânimo durante a assembleia dirigida pelo presidente do Sindicato, Antonio Magri, em que estavam presentes cerca de três mil pessoas, entre elas o presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, Hugo Perez. Também estava lá o presidente do sindicato do Rio: ele que disse que lá a revolta é a mesma.

MUITO FRACO

Pouco mais de 200 pessoas compareceram à assembleia geral extraordinária convocada para sexta, 25 quando o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Henos Amorina, pediu aos associados que "deleguem poderes à diretoria para rediscutir o acordo salarial de novembro". Falaram mais de 14 oradores, dividindo-se entre a proposta de aumento imediato de 15% e de 30%, defendida pela diretoria e setores da oposição. Mas todo mundo foi unânime em constatar que as coisas estão muito devagar por lá, e a mobilização nas fábricas está muito fraca. No final, os trabalhadores acabaram decidindo conceder poderes à diretoria para reabrir a discussão com os patrões num prazo de 45 dias. Depois disso, se a organização da base estiver melhor, talvez o papo seja outro.

ITALIANADA ENGOLE COMISSÃO

Acostumada aos "spaghetti al tuco e pesto", às lasanhas verdes e os "gnocchi", os italianos da FMB, subsidiária da Fiat, em Minas Gerais, tiveram que engolir, mesmo à contragosto o surgimento da primeira Comissão de Fábrica, a chamada Comissão Industrial de Empregados (CIDE), eleita democraticamente pelos trabalhadores da empresa, na última sexta-feira, 25. Os membros da Comissão, segundo os estatutos, tem estabilidade garantida no emprego durante um ano (duração do seu mandato) além de outro a título de readaptação em suas funções. Até aí tudo bem: mas a coisa enrosca quando se sabe que um dos operários eleitos para a Comissão foi demitido logo no dia seguinte. Como é que é, dona FMB: tá provocando para ver como funciona a Comissão? Talvez não seja muito bom brincar, é só lembrar do que aconteceu no ano passado durante a greve que parou a FIAT e suas subsidiárias.



mento compulsório, conseguirá recompor sua base de sustentação operária.

GRÁFICO NEGATIVO

É o mínimo que se pode dizer do presidente do Sindicato dos Gráficos de São Paulo, Valdemar Maffei. Além de dedo-duro (nas últimas eleições ele chamou o Dops para calar a oposição) o homem está vestindo decididamente a camisa dos patrões. Não permite que os gráficos não sindicalizados participem das assembleias, como pediu quase o mesmo que os patrões estão dispostos a dar (14% da antecipação e dois por cento de aumento). Na quinta, 24, ele sequer pode apresentar essa proposta, tal foi a reação da assembleia.

No sábado, 26, outra assembleia foi realizada à revelia do sindicato, onde participaram inclusive os não sindicalizados. Nela, foi decidida a reivindicação pela unificação da data-base dos gráficos e jornalistas. Embora o ânimo de muitos presentes fosse para a greve, eles constatarem que com atual nível de organização seria muito difícil encaminhar qualquer luta sem a participação do sindicato controlado pelo pelego Maffei.

ZÉ PARAFUSO E SEU CHEFE DE FENDA



GREVE DA MANNESMANN: TRUCO NO PATRÃO

A Companhia Siderúrgica Mannesmann parou. Eram 22.000 horas de quarta-feira, 23 de maio. Na subdelegacia do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, localizada a menos de 1000 metros da sede da empresa, 4000 operários decidiram fazer greve até a vitória. Dali marcharam a pé em direção a Mannesmann. O gigante de aço já estava adormecido. A faixa que a empresa colocou na portaria "4-A" com os dizeres "Oitava Semana da Segurança do Trabalho - 21 a 25 de Maio. O que Você Tem Feito pela sua Segurança". Teve troco. Greve, responderam os operários, que também colocaram as suas faixas: "Unidos no Sindicato venceremos os Patrões" e "Viva a Greve".

Dentro da empresa funciona a linha de produção sob o comando do patrão. Na quarta-feira, à noite, começava a funcionar a linha de greve, sob o comando dos 10.500 operários, apoiados prontamente pelos dois mil funcionários administrativos da empresa. A greve foi decidida simultaneamente na assembleia sindical e no interior da fábrica, às 20 horas, os patrões começavam a provar o gosto da derrota, o gosto amargo que ficou por 11 anos na garganta dos operários da Mannesmann, desde que os patrões mandaram a polícia invadir a fábrica no dia 10. de outubro de 1968.

PREPARAÇÃO

Em Belo Horizonte e Contagem, ainda no mês de março, uma assembleia geral dos metalúrgicos abre a campanha salarial de 79. Dessa vez, a campanha passaria por uma fase de reuniões por fábrica, com formação de comissões de salário. No dia 11 de março, foi feita a primeira assembleia.

As reuniões da Mannesmann começaram com 70 operários (veja opinião de Ignácio Hernandez na pag. 4). A assembleia de segunda-feira, dia 28, confirmou a greve e reuniu oito mil operários, lotando a quadra de esportes, as arquibancadas, e com muita gente na

Oito mil operários da produção e dois mil mensalistas pararam totalmente o trabalho desde a quarta-feira, dia 28, na Mannesmann, de Belo Horizonte. Aumento imediato de 20 por cento, não descontável, em outubro, data do dissídio, fim da famigerada "turma de sete letras", pagamento das férias em dobro, estabilidade para a comissão salarial e pagamento dos dias parados são as reivindicações dos grevistas. É a forra dos trabalhadores mineiros que esperaram 11 anos para dar resposta às humilhações sofridas em 1968, quando a Polícia invadiu a fábrica para prender os trabalhadores também em greve.

rua, do lado de fora. Greve até a vitória final, é o que ficou decidido. A vitória final significa 20 por cento de reajuste salarial, não descontável no aumento de outubro, fim da turma de 7 letras, pagamento de gratificação de férias correspondente a 240 horas (férias em dobro), estabilidade por dois anos para a comissão salarial e pagamento dos dias de greve.

RITMO ALUCINANTE

O salário médio da Mannesmann, empresa que tem a maior rentabilidade no setor siderúrgico, conforme disse João Paulo Vasconcelos, de Montevide, em nota de solidariedade à greve, está na faixa de 4 mil a 6 mil cruzeiros, correspondendo ao salário de 70 por cento dos operários da empresa. A escala de revezamento é completamente ilegal e descumpra a portaria 117 do Ministério do Trabalho, que proíbe a jornada de trabalho de mais de 6 dias corridos. A turma de 7 letras faz com que os operários trabalhem sete dias corridos, em turnos de horários alternados, com folga de 32 horas entre os turnos, e uma folga de 80 horas a cada seis semanas. Assim o operário só tem direito ao domingo a cada 45 dias. Metade dos operários não se adapta a esse regime de trabalho, que causa sonolência acompanhada de incapacidade de sono, nervosismo frequente, inapetência sexual, além da incapacidade de convivência normal com a família. Além disso, a turma de 7 letras rouba de cada operário 304 horas trabalhadas não pagas por ano.

TRUCO PATRÃO

Momentos antes da assembleia dos 8 mil, realizada às 4 da tarde, na segunda-feira, várias mesas de truco estavam montadas no salão do sindicato. Dois operários conversavam:

— Quem sabe, não seria melhor a gente aceitar a proposta da empresa e voltar ao trabalho?

— Nós já conseguimos pegar o boi pelo rabo, respondeu o outro, agora vamos segurar até o chifre.

Um terceiro operário entra na conversa e diz: "Operário da Mannesmann dá um boi pra não entrar na luta, mas dá uma boiada inteira pra não sair". Arrancar o chifre do boi significa não abrir mão das reivindicações. Todos sabem que a Mannesmann, na Alemanha, onde fica a sua matriz, paga aos operários o salário médio de 20 mil cruzeiros, sendo a jornada de trabalho de 40 horas por semana. Aqui em Belo Horizonte a empresa "está em expansão, com grande lucro, mas só não expande o salário", comentam os operários. O clima é de luta até a vitória final, decidida por 8 mil, contra apenas um voto de um operário, que defendeu a volta ao trabalho.

A CONTRA-PROPOSTA

A Mannesmann, que começou intransigente, quando rejeitou, no dia 18, as propostas da greve, oferecendo apenas uma antecipação de 10 por cento, voltou à mesa de negociação no dia 21, propondo aumento de mil cruzeiros para os que ganham até 10 mil e 800 cruzeiros

para os que recebem de 10 a 15 mil. Negou o pagamento em dobro das férias e pediu prazo até o fim do ano para resolver o problema da turma de 7 letras. Rejeitada pelos operários, a proposta da empresa modificou-se no dia 28, quando em reunião no Tribunal Regional do Trabalho, propôs pagamento de reajuste de 20 por cento para quem ganha até seis mil; 15 por cento para quem ganha entre 6 mil e 10 mil e aumento de 10 por cento para quem está na faixa de 10 a 15.600 cruzeiros. Exigia a volta imediata ao trabalho, topava pagar a metade dos dias parados e propunha descontar a outra metade sob a forma de um dia por mês, a partir de junho. Aceitava acabar com a turma de 7 letras (90 dias para a área do setor de ferro-gusa e 7 meses para os demais setores), negando-se a discutir de imediato a questão da estabilidade da comissão de salário.

A GREVE CONTINUA

Jorge Norman Neto, vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos, com sutileza defendeu a proposta da empresa. Após ele, inscrito para falar estava Albenzio Dias Carvalho. A massa começou a gritar em coro: "Lula", "Lula", apelido que deram a Albenzio, os membros da comissão de salário da Mannesmann. O resultado final é o truco no patrão. Albenzio falou: "Lá dentro daquele gigante que se encontra adormecido, nós entendemos que em nosso coração existe um gigante maior ainda, e que está vivo, tinha certeza que nós íamos para a greve". Sem anunciar sua posição, ele próprio pôe em votação a continuação da greve. "Quero pedir aos companheiros, em primeiro lugar, que aqueles que quiserem voltar ao trabalho, levantem a mão". E ninguém se mexe. Em segundo lugar, prossegue ele, "aqueles que querem continuar parados, que levantem a mão". Oito mil mãos se levantaram nesse assembleia, que terminou com o grito de "Organização Vence o Patrão", "Viva a Nossa Luta", e "Unidos no Sindicato Venceremos os Patrões".

Professores mineiros rompem o silêncio

Por Juarez Guimarães

Cerca de 70.000 professores em greve cobrindo mais de 150 municípios no Estado de Minas Gerais desde o dia 17. Enfrentando a repressão da polícia e dos patrões dos colégios privados, os professores realizam o maior movimento reivindicatório estadual desde 1968. E à revelia dos sindicatos e associações pelegos a direção desenvolve-se através de um Comando Geral da Greve apoiados em Comandos Regionais.

Iniciada no dia 17, os dias passam e o movimento se torna cada vez mais forte: Enquanto que na Capital, as escolas da rede pública continuam completamente paralisadas, no interior, sobe a mais de 150 o número de cidades que aderiram à greve. Estima-se um total de 70 mil grevistas.

Já na rede particular, a generalização do movimento vem se dando de uma forma mais lenta, devido à enorme repressão dos patrões nos colégios (à porta do Colégio Dom Cabral, por exemplo, piquetes foram dissolvidos a bombas de gás lacrimogênio e estudantes foram presos). Até a última terça-feira, 77 estabelecimentos de ensino particular, estavam parados na Capital. A força do movimento, vinda fundamentalmente dos professores da rede pública, tem se mostrado suficiente para abrir brechas importantes na intransigência manifestada pelo governo, desde o início. Desmoralizou-se definitivamente, a interlocutora a quem o governo vinha reconhecendo e afirmou-se de vez a representatividade do Comando Geral da Greve frente às negociações (ver box ao lado). E depois de negar durante um bom tempo a disponibilidade de recursos para um reajustamento salarial, o governo apresentou uma primeira proposta, embora tímida: abono imediato de 40 por cento a partir de 1.º de maio para quem ganha salários menores e aumento geral para o funcionalismo de 45 por cento. A partir de outubro. Proposta que, diga-se de passagem, está bem aquém da reivindicação dos grevistas de aumentos salariais variando entre 200 e 300 por cento.

Além disso, o governo nada respondeu à exigência de imediata efetivação dos contratados e de equiparação dos inativos, feita pelos professores. E ao que tudo indica, o impasse permanecerá por algum tempo. Foi formada uma comissão de negociações composta de oito membros da Capital e seis do interior, que se assentará à mesa com o governo. E para os

dias finais da semana, uma nova assembleia geral do movimento está prevista.

A FORÇA DO INTERIOR

O movimento grevista dos professores mineiros apresenta uma marca inédita pela expansão alcançada junto ao interior do Estado, sendo provavelmente aquela que alcançou maior amplitude regional após 68. De norte a sul, dominando as principais cidades, a greve está inegavelmente consolidada no interior, obtendo inclusive o apoio de associações, como a Associação dos Professores do Norte de Minas. E se tem prevalecido um forte espírito de unidade nas reivindicações e no reconhecimento da direção do comando geral da greve, é certo também que a direção do movimento tem se generalizado. Algumas cidades como Juiz de Fora, Divinópolis, Acesa, Muriaé, Uberaba, Uberlândia e Montes Claros, entre outras, cumpriram um papel fundamental na deflagração da greve em uma série de cidades adjacentes.

Em Juiz de Fora, onde cerca de 1500 professores aderiram ao movimento, paralisando as 57 escolas da rede oficial, a greve foi deflagrada no dia 20 por uma assembleia geral, que formou também um comando regional da greve. Lá o movimento foi feito à margem do Sindicato dos Professores, cujo presidente denunciou inclusive "infiltrações". No Vale do Aço, importante concentração operária mineira, a greve foi deflagrada no dia 22 abarcando 500 professores. Lá o movimento tem contado com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Acesa, com a solidariedade do bispo Dom José Costa Campos.

A greve paralisa completamente a rede pública em Divinópolis. Lá, os estudantes secundaristas, dirigidos pela União Estudantil Divinopolitana, declarou também greve para facilitar a mobilização dos profes-

sores. Em Montes Claros, a greve foi deflagrada em movimentada assembleia na noite do dia 16, antes mesmo da paralisação na Capital. Cerca de 42000200 alunos

estão sem aula e o movimento tem o apoio decisivo da igreja local.

Em Nova Lima, onde a rede oficial paralisou completamente, um método eficiente de combate aos fura-greves foi adotado: o Comando Regional da Greve anotava os seus nomes em paredes públicas.

BRECHAS A CONSOLIDAR

"Serei o último a ceder e farei todo o trabalho para que a classe permaneça unida até a vitória. A contra-proposta do governo é vergonhosa. Não mostrou nenhum respeito pelos professores", afirma o presidente da Associação dos Professores do Norte de Minas. Na verdade, mesmo que não conquiste todas as reivindicações, o movimento do professorado pode já

ser considerado vitorioso. Até mesmo o governo foi forçado a reconhecer a representatividade alcançada pelo movimento e pelo CGC. A denúncia da situação miserável do professorado, do aviltamento do professor, alcançou profunda ressonância em toda a sociedade mineira, colocando o governo numa situação bastante incômoda para manter sua atual política educacional.

Mas, sem dúvida, a herança fundamental que o movimento deixará será a vivência de uma participação política democrática, dezenas de milhares de marginalizados durante estes longos anos de ditadura. Participação democrática, cuja consolidação os professores já se preocupam: começam a ser discutidas nos comandos regionais, as hipóteses de formação de uma associação que unifique o professorado de todo o Estado, e a organização de uma chapa de oposição para as eleições da Associação das Professoras Primárias, que vai ocorrer em junho.

Fora pelega!

Às vésperas da assembleia marcada para o dia 28, pela presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais, Maria Thelma, o clima era de expectativa. Maria Thelma havia tomado posição contra a greve e apresentou ao governo uma pauta de reivindicações, arbitrariamente decidida por cima das cabeças do professorado mineiro. O governo, negando a representatividade do Comando Geral da Greve, adotou o "diálogo" de cúpula como estratégia para esvaziar o movimento. E, um dia antes da assembleia, anunciou a concessão de um reajuste para todos os servidores públicos especialmente os professores.

E os professores aceitaram o desafio. Há poucas horas do início da assembleia, uma multidão já tomava conta dos recintos da Secretaria de Saúde e se espalhava pelas ruas. Às cinco, hora marcada para o início da assembleia, a massa estava inquieta.

Maria Thelma não aparece e um coro de mais de dez mil vozes, em sua maioria femininas, repete desafiando: "Thelma está com medo". "Thelma está com medo". "Abaixo Maria Thelma, viva o CGC". Finalmente, aparece a figura loura de Maria Thelma, ladeada por policiais do DOPS, entre eles Scorlick, um dos torturadores denunciado no listão do Em Tempo.

A mesa tem o microfone mas não tem voz. Uma voz forte, feita de dez mil pedaços, fala mais alto: "Abaixo Maria Thelma, abaixo Maria Thelma". E exige: "CGC na mesa, CGC na mesa". A mesa resiste e a massa canta em coro, toma conta do hino. Acabou? "CGC na mesa, CGC na mesa".

Maria Thelma faz uma tentativa definitiva de falar. Não consegue e sai. A massa, inapelável, acusa: "covarde, covarde".

O CGG está na mesa, a massa está na mesa. O CGG pede ao governo que venha apresentar a sua contra-proposta. Abre-se a participação de Thelma, mas desta vez como representante do governo. E conclui: "Nós não somos intransigentes, só não transigimos com a miséria e a exploração. Não aceitamos que ninguém pise na dignidade do professor mineiro. Vamos discutir e decidir democraticamente, porque a assembleia é soberana. O fundamental é a grande massa dos professores que não cabe aqui, que não cabe em lugar nenhum, que não cabe nem nas prisões. E os traidores que saiam. Sempre que um fruto tem uma parte podre, esta parte podre deve sair."

Cerca de 1500 professores confirmaram a continuidade da greve sob os gritos de "abaixo a repressão".

Começava a assembleia. Para Maria Thelma era o fim.

CONCLAT SEM GOVERNO E PELEGOS

Um Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, independente de tutela do Estado e das Confederações atreladas e pelegas (das quais o melhor exemplo é a Confederação Nacional da Indústria - CNTI) foi a posição assumida coletivamente pelos dirigentes sindicais, no encontro de Porto Alegre.

Reivindicado já em 1977, como alternativa ao CONCLAP (Congresso Nacional das Classes Produtoras) promovido pelos patrões, a idéia do CONCLAT acabou esbarrando nas artimanhas dos pelegos das confederações e na proibição velada do Ministério do Trabalho.

Precedido pela realização do Seminário de Arcozelo, promovido pelo Centro Brasil Democrático de 25 a 29 de junho (CEBRADE), quando centenas de sindicalistas de todo o país estarão reunidos no Rio de Janeiro para um debate sobre legislação trabalhista, condições de vida e participação dos trabalhadores na vida nacional, as possibilidades de realização do CONCLAT serão avaliadas no dia 29 de junho, data marcada para a próxima reunião do núcleo de sindicalistas autênticos.

FUNDO DE GREVE

Para quem tenham garantida a independência do Congresso dos sindicalistas concluíram ser necessário o levantamento imediato de recursos capazes de sustentar a sua realização. Essa discussão acabou se encaminhando rapidamente para a formação de Fundo de Greve capazes de assegurar a continuidade dos movimentos reivindicatórios.

Baseado na experiência de São Bernardo, onde a inexistência de um Fundo de Greve acabou inflindo decisivamente no encaminamento da greve, Luís Inácio da Silva sugeriu que cada sindicato criasse o seu "Seguro de Lula". "A gente compra tanta porcaria, como baú da felicidade, montepios, disse o Lula. Está na hora dos trabalhadores comprarem o seu Seguro de Lula, isto é, descontarem mensalmente para um fundo administrativo de uma sociedade civil sob controle dos sindicatos, garantindo-se assim para um movimento grevista".

Entretanto, se a proposta da formação de uma sociedade civil, a nível de cada sindicato, é viável, ela exigiria uma certa maturação, acredita Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre. Para ele, o mais prático, no momento, seria a formação de um Fundo de Greve através de ônus com controle regional e nacional, "experiência que já mencionou em parte no movimento de solidariedade aos metalúrgicos do ABC e que poderia ser ampliado e intensificado".

Autênticos querem um Código do Trabalho

Por Airton Ortiz

Alguns dos mais expressivos nomes do sindicalismo brasileiro estiveram reunidos no domingo, 27, em Porto Alegre. Nesse encontro, eles discutiram exaustivamente algumas questões importantes para os trabalhadores, como o projeto da nova CLT, propondo, em seu lugar, a elaboração de um Código do Trabalho, simples e sem malabarismos jurídicos. Ao mesmo tempo, decidiram assumir definitivamente a realização do 19 Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), além de discutir a tática para formação do PT.

Agora foi nos Pampas. Depois de várias reuniões já realizadas no centro do país, o chamado grupo "autêntico" do sindicalismo brasileiro estiveram reunidos em Porto Alegre, no domingo, 27 de maio para discutir e deliberar sobre três pontos de importância para os trabalhadores: a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, a realização do CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) e a formação do PT (Partido dos Trabalhadores) e a formação do PT (Partido dos Trabalhadores).

Nem todo o chamado primeiro time estava presente, mas nomes como o Lula (metalúrgicos de São Bernardo), Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos), Paulo Skomov (cursos de São Paulo), Wagner Benevides (petroleiros de Minas Gerais), Olívio Dutra (bancários de Porto Alegre) e Hemos Amorina (dos metalúrgicos de Osasco) garantiram a representatividade do encontro. Além, além dos temas centrais, também foi discutida a possibilidade de serem impetrados mandatos de segurança contra o decreto que estabeleceu o novo salário mínimo e contra a lei 1.632, que proibiu o exercício do direito de greve nas categorias de serviços "essenciais".

NÃO MUDA NADA

Houve uma concordância unânime dos dirigentes sindicais na crítica à proposta governamental da nova

PT: Na cabeça

Último item da pauta dos sindicalistas autênticos, a representação política dos trabalhadores foi, entretanto, o que mereceu as maiores atenções. Pouca experiência política da classe operária e das lideranças, formadas em sua maioria a partir de 1964, e descumprimento de acordos estabelecidos, de parte de alguns grupos foram os erros e problemas mais importantes apontados para o encaminhamento da formação do PT (Partido dos Trabalhadores).

A organização nacional a nível partidário, teve defensores em dirigentes como o Lula, Paulo Skomov, Hemos Amorina, Olívio Dutra e Wagner Benevides. Para eles, a luta partidária deve seguir um caminho arelato às lutas específicas dos sindicatos, não devendo interferir no relacionamento das suas lideranças.

Não faltou a crítica à maneira precipitada como foi lançado o PT, às vésperas do 19 de Maio, em São Paulo, que impediu uma discussão mais profunda de seu programa, excluindo alguns segmentos sociais e personalidades políticas de peso na vida nacional. Para os sindicalistas favoráveis à criação do PT, essa situação seria remediada com a extensão da discussão a outros setores, desde a intelectualidade progressista, a Igreja e políticos e parlamentares do MDB mais comprometidos com o movimento popular.

DEFINIR O PROGRAMA

A necessidade de que o programa do PT seja melhor definido foi levantada pelo presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra, para quem o partido deverá romper na prática com a legislação repressiva. Para Dutra, o debate em torno do PT terá a vantagem de introduzir a crítica sobre a proposta de criação do Partido Trabalhista Brasileiro, com sólidas raízes no Rio Grande do Sul.

CLT e que pode ser sintetizada nas palavras de Wagner Benevides: "não muda nada. Não passa de uma cortina de fumaça para tumultuar o meio sindical. Leváramos três anos para discutí-la". Concorda com ele o Lula, para quem é "difícil discutir a velha ou a nova CLT. Não conheço a velha e nem quero conhecer a nova". Para o dirigente de São Bernardo, o governo não poderia estabelecer um código único para todo o país, em função das disparidades regionais: "precisamos garantir um Código Mínimo de Trabalho, uma legislação básica. O resto se acerta em cada contrato coletivo".

Outra posição unânime foi a de que a discussão não pode se restringir às cúpulas sindicais, devendo imediatamente ser estimulada nas bases, a exemplo de São Bernardo que, mensalmente, promoverá assembleias especiais para isso. Ao final do debate, foi sugerida a criação de um Centro de Informações que centralizasse os resultados dessas discussões, que fariam parte de um movimento articulado a nível nacional contra a nova proposta de CLT. Esse movimento seria pautado em cima de alguns pontos essenciais: liberdade e autonomia sindical, salário mínimo real e unificado, direito de greve, estabilidade e garantia no emprego. E para que o pessoal não se perca em blá-blá-blá desnecessário, foi marcado um prazo para o término das discussões: fim de agosto.

UMA REALIDADE

Para estas, a idéia do PT já seria uma realidade, pelo menos em suas cabeças. É o que pensa o Lula, para quem o "futuro não será melhor se não lutarmos hoje." Um partido segundo o dirigente de São Bernardo, "deve anteceder à Anistia e à Constituinte", unindo ao mesmo tempo "comunistas, socialistas, trotsquistas, trabalhistas etc". Para que essas correntes integrem o PT há uma só exigência: "é que sejam trabalhadores e se unam a nós para formar uma frente ideológica que tenha por objetivo defender os interesses da classe trabalhadora".

Para os articuladores do PT, segundo o Lula "pouco nos interessa o que o governo quer. Interessa a nós eliminar o bi-partidarismo. Por isso, quando o governo acabar com a ARENA E MDB, então entraremos com o nosso partido".

No final do encontro, foi formada a coordenação regional provisória do PT/RS. Formada por Milton Machado (bancários de Porto Alegre), Dauro Brandão de Mello (bancários de Caxias do Sul), Antônio Pugliesi (sindicato trabalhadores na Indústria da Carne) e Firmo Trindade, (Associação dos Secretários do Rio Grande do Sul) essa coordenação ficará encarregada de divulgar o projeto de programa e promover o debate e discussão nas bases.

De repente, o capitão de mar e guerra, Álvaro Alberto da Motta e Silva trepou em cima da mesa de reuniões da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas. Exaltado, dava enormes passadas de uma ponta a outra do longo tablado, gesticulando, esquecido de seus quase sessenta anos de idade e, principalmente, das boas maneiras. Ele protestava contra a sugestão da delegação norte-americana, chefiada por Bernard Baruch, para que todos os países colocassem suas jazidas de minérios atômicos sob "controle internacional." Era o famoso "Plano Baruch," primeira tentativa dos Estados Unidos de estender à mineração o monopólio que já tinham sobre a técnica de enriquecimento do urânio. Controle internacional queria dizer, na época, controle dos Estados Unidos.

O "Plano Baruch", muito parecido ao que o presidente Carter apresentaria trinta anos depois sob a denominação de "banco internacional de combustíveis nucleares," não deu em nada. As grandes potências, muito mais do que um mero capitão de mar e guerra de um país relativamente de simpatie, encarregaram-se de por um fim à ilusão norte-americana de que poderiam manter para sempre o monopólio de uma nova e admirável forma de energia. O episódio, no entanto, marcou profundamente o capitão de mar e guerra Álvaro Alberto da Motta e Silva.

Álvaro Alberto fora indicado para chefiar a delegação brasileira à primeira reunião internacional convocada para coibir a proliferação nuclear, pelo presidente Dutra. No Brasil ele se dirigiu diretamente ao presidente. Era um "homem de Dutra," dizia-se. Álvaro Alberto ficou espantado com o óusado dos norte-americanos. Especialmente com essa proposta de transferir a um organismo internacional a posse — posse física mesmo — de todas as jazidas de minérios atômicos. Dez anos mais tarde ele diria a uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Energia Atômica:

"A Constituição brasileira requer que tal propriedade (das jazidas) só possa caber a cidadãos brasileiros. E eles disseram — foi engracado — mas a Constituição se modifica; uma Constituição se modifica. Se modifica quando pertence a um país como o Brasil. Se fosse a sua Constituição não se modificaria (eu disse a eles). A sua Constituição vocês nunca tocaram nela, desde que existe até hoje. Fizeram aqueles amadurecimentos mas continua a ser a Constituição de Jefferson. Essa é que é a verdade, porque aquilo é um monumento; é uma coisa diante da qual a gente se ajoelha; quando se lê aquela Constituição vê-se aquilo começar da Revolução Francesa, todos os homens nascem com os mesmos direitos; é uma coisa sublime..."

O governo brasileiro havia instruído Álvaro Alberto para que apoiasse o Plano Baruch de todas as formas. Mas ele não conseguiu engolir essa idéia da expropriação das jazidas e apresentou emenda retirando seu caráter obrigatório. A emenda foi aprovada.

Álvaro Alberto viveu, com essa atuação, um período de glória pessoal que deve ter apreciado muito, já que era homem vaidoso — mas de uma vaidade benigna, sem nenhuma arrogância ou maldade. Sua modesta (até então) carreira de professor da escola naval, não o levaria nunca à patente de contra-almirante. Naquela época não se chegava a contra-almirante, ou a general com a facilidade de nossos dias. Álvaro Alberto foi beneficiado então, com uma lei especial do Congresso — fato também raro — conferindo-lhe o "bordado" de almirante. Além disso, recebeu o título de "Doutor Honoris Causa" pela Universidade do Brasil e um pergaminho assinado por todos os membros titulares da Academia Brasileira de Ciências. O ministro da Marinha e muitos almirantes, juntamente com os corpos docente e discente da Escola naval, perfilaram-se para receber Álvaro Alberto, diz a crônica da época.

1935

Álvaro Alberto da Motta e Silva nasceu com a República, em 1889. Filho e neto de químicos. Seu pai, Dr. Álvaro Alberto da Silva, além de químico, era médico. Sua mãe, Dona Maria Teixeira da Motta e Silva ensinou-lhe tudo o que hoje se ensinaria nos cursos primário e secundário. O jovem Álvaro foi então para o colégio Dupret de Curitiba. Entrou para a Escola Naval em 1906, apogeu do positivismo, das campanhas contra as endemias e da luz elétrica. Tempo do esperanto e Olavo Bilac, de revoltas na armada. Numa delas Álvaro Alberto, que nunca foi propriamente um soldado, chegou a ser ferido. Sua carreira se fazia em escolas, e escolas relativamente modestas, como era o colégio naval onde lecionou química, tornou-se catadrático. Mas, aos poucos, Álvaro Alberto foi descobrindo seu verdadeiro talento — o de fazer política científica. Juntava seu indiscutível respeito pelo conhecimento científico com seu espírito gregário, sua sociabilidade, e servia como catalizador de atividades científicas. Em 1922 ajudou a fundar a Sociedade Brasileira de Química, que presidiu de 1926 a 1928. Tornou-se também um dos membros mais atuantes que presidiu de 1926 a 1928. Tornou-se também um dos membros mais atuantes da Academia Brasileira de Ciências onde propôs, em 1924, a publicação dos "Anais da Academia", que se tornaram ao longo dos anos seguintes a mais importante publicação científica do país. Em 1935 muito antes da invenção da "ecologia" propôs medidas de defesa da flora e da fauna, que levaram à criação dos parques nacionais. A Academia, que presidiu por duas vezes, tornou-se seu quartel general, onde pronunciou conferências profusas e em profusão. Em 1943 propôs que seja introduzido, no currículo da escola naval, o estudo da energia atômica.

1949

Álvaro Alberto voltou da ONU disposto a lutar pela criação de uma comissão nacional de energia nuclear no Brasil, ou, pelo menos, uma comissão de pesquisas científicas, mas com ênfase na energia nuclear. Passou a ter obsessão pela energia nuclear, pela tecnologia nuclear, que os norte-americanos dominavam. Quando foi falar com Dutra, descobriu, espantado, que o presidente não recebia seus relatórios enviados dos Estados Unidos. "Enviava uma porção deles e sua Excia não recebeu nenhum; nenhum relatório, nada... ficaram todos engavetados, direitinhos, quietinhos, lê num canto, arquivados... Sua Excia mandou buscar e lhe esse trecho: 'ou cuidamos nós mesmos de nossos problemas ou veremos evadirem-se nossa riquezas pelo bem ou pelo mal, porque estou convencido disso.' O Sr. Presidente resolveu imediatamente convocar uma comissão que elaborou o ante-projeto que resultou nessa Lei, 1.310, de 15 de janeiro de 1951."

A lei criando o Conselho Nacional de Pesquisas. Mas sua tramitação pelo Congresso não foi fácil (naquela época essas coisas precisavam ser aprovadas pelo Congresso e as discussões eram levadas relativamente a sério). Álvaro Alberto desencadeou uma das mais enérgicas campanhas de lobby individual que o Congresso jamais viu, para que o projeto fosse aprovado. Nesse período já havia entrado no cenário científico do país um novo personagem que acabaria por desempenhar papel decisivo na vida de Álvaro Alberto: César Lattes, o jovem físico que participava, com dois outros cientistas, da descoberta de uma nova partícula atômica — o méson pi — regressara ao Brasil com fama só comparável a de Santos Dumont muitos anos antes, ou à de Pelé, muito tempo depois. A presença de Lattes reforça o interesse pela ciência e pela energia nuclear. Nos palácios do governo, a energia nuclear abre portas com uma facilidade nunca vista antes. Em 1949, com a ajuda do próprio Álvaro Alberto, o governo havia aprovado a criação de um centro especial de pesquisas que teria César Lattes como diretor científico e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas — CBPF. Como presidente do Centro foi nomeado um dos mais importantes personagens da época. João Alberto, que não era parente de Álvaro Alberto, apesar do nome. João Alberto, Lins de Barros, o antigo comandante de um dos destacamentos da Coluna Prestes, mais tarde nomeado interventor em São Paulo, depois o coordenador da mobilização econômica durante a guerra e finalmente um dos últimos chefes de polícia de Getúlio Vargas nos finais do Estado Novo. Seu afastamento da chefia de polícia, aliás, é apontado como o sinal precursor da queda da ditadura. Após 1945, João Alberto assume posições menos proeminentes. Entre elas, a de presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, onde trabalhava César Lattes. Diz o próprio Lattes:

"O Conselho Nacional de pesquisas ainda não havia sido criado. O Centro nessa época vivia preso em uma verdadeira cadeia pelo Eraldo Lodi, eram 100 contos por mês e eu ficava chateado por que ele não queria receber. A verba vinha da contribuição das indústrias para o combate ao comunista. Todo mês vinha o cheque e ele nunca pédia recibo, o Centro mesmo era taxado de antro de comunistas... Até surgir o Conselho Nacional de Pesquisas a gente vivia dessa verba. E o Conselho saiu por minha causa, o Álvaro Alberto tentava há cinco anos... quando eu cheguei dos Estados Unidos o Luterio Vargas me levou ao Getúlio..."

O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) tornou-se realidade já no governo de Getúlio Vargas. A Lei 1310, além de criar o CNPq, estabelecia o monopólio estatal do comércio externo dos principais minérios atômicos restringindo severamente suas exportações. O almirante Álvaro Alberto foi nomeado seu primeiro presidente:

"Foi meu primeiro cuidado... estabelecer uma política nacional de energia atômica. Era preciso assentar idéias, diretrizes, deixar os roteiros traçados, achar qual a finalidade. O que queremos? Queremos energia elétrica a partir de energia atômica. Isto é o fim. É o começo qual é? A produção dos minérios, o seu tratamento, para que eles possam produzir esse resultado."

Intervalo de advertência

Cuidado, Álvaro Alberto. Desde 1946 havia um contencioso entre Brasil e Estados Unidos em torno da questão dos minérios atômicos. O Brasil havia trocado notas secretas com o governo dos Estados Unidos comprometendo-se a exportar determinadas quantidades de areias monazíticas, mas o Conselho de Segurança Nacional sugerira a Dutra a denúncia do acordo por não atender os interesses nacionais.

A Lei 1310 que criou o CNPq e ao mesmo estabeleceu restrições à exportação de minérios atômicos, fez renascer o antigo contencioso. Em julho de 1949 a União Soviética havia explodido a sua bomba atômica, em junho de 1950 estourou a guerra da Coreia, março principal da guerra fria. A Organização dos Estados Americanos (OEA) é chamada a ceras fileiras ao lado dos norte-americanos. O Conselho da OEA aprova um vasto programa de colaboração militar e econômica incluindo "a produção e distribuição para fins de emergência", de materiais estratégicos.



Representante do Brasil da ONU

MELÊ NA ÁREA ATÔMICA

(COMPRAS SECRETAS NA ALEMANHA, MANOBRAS E BRESSÕES AMERICANAS, TRAIÇÕES, PERSEGUIÇÕES FALCATRUAS.)

Tudo isso vem acontecendo na história da política nuclear do Brasil, há mais de trinta anos.

Uma história que já começa como farsa. Seu personagem central, o capitão de mar e guerra, depois contra almirante, Álvaro Alberto da Motta e Silva. Nome, aliás, com que será batizado a primeira usina nuclear brasileira, se um dia ela finalmente funcionar. Conheça aqui um pouca desta história.

Por Bernardo Kucinski

No dia dois de novembro de 1951 desembarcou no Brasil, a convite do ministro do exterior João Neves da Fontoura, o Sr. Gordon Dean, presidente da comissão de energia atômica dos Estados Unidos. Enquanto isso, o ministro da fazenda do Brasil, Horácio Laffer, concluiu em Washington um "gentlemen's agreement" pelo qual as autoridades norte-americanas comprometiam-se a colaborar na obtenção de financiamento para projetos aprovados por uma comissão mista Brasil-Estados Unidos criada no ano anterior.

Os resultados da visita de Dean foram eloquentes. Logo no dia seguinte o ministro João Neves da Fontoura propunha à presidência uma "troca de notas" pela qual o Brasil vendia aos Estados Unidos até a metade de todo o minério de urânio extraído no território nacional em troca de equipamentos e assistência técnica norte-americana. Essa idéia apenas aparentemente harmonizava-se com propostas então correntes dentro do CNPq e do Conselho de Segurança Nacional, no sentido de que toda exportação de minérios deveria ser vinculada a "compensações específicas," ou seja, retribuição em equipamento ou conhecimento tecnológico específico que permitisse ao Brasil desenvolver-se no campo da energia nuclear.

Um mês depois da visita de Dean, era baixado o decreto 30.230 que usava da técnica tradicional de dividir competências, retirava o CNPq, passando para o Departamento Nacional da Produção Mineral a autoridade para outorga de lavra de minas atômicas, que por enquanto só poderiam ser concedidas a cidadãos brasileiros.

Finalmente, em fevereiro de 1952, tudo isso é reduzido a pedações com a assinatura de um acordo atômico com os Estados Unidos, pelo qual seriam exportadas 7.500 toneladas de monazita, sem menção a compensações específicas. Para poder passar por cima tanto do CNPq como do Departamento de Produção Mineral, é criada uma comissão de exportação de materiais estratégicos (CEME), que referendava cada partida de minérios, sem a menor escrúpulo, às vezes ignorando votos em contrário do representante do Conselho de Segurança Nacional.

O acordo atômico de 1952 com os Estados Unidos demoralizava as diretrizes do CNPq e de outros órgãos. Em novembro do ano seguinte o general Caetano de Castro escreveria "constrangido" ao presidente chamando a atenção para o fato de que o acordo constituía-se numa "quebra" do princípio das compensações específicas."

1953

Durante os primeiros tempos de existência do CNPq o Almirante Álvaro Alberto enviou dezenas de bolsistas ao exterior, e foi ele mesmo à França, e Alemanha Ocidental em busca dos equipamentos e assistência técnica que os norte-americanos evitavam fornecer. Nos intervalos de todas essas andanças o Almirante ainda criou o Instituto de Matemática Pura e Aplicada: IMPA, que se tornaria um dos mais importantes centros de estudos de matemática do país, e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. — IBBD.

Na França o Almirante assinou dois contratos com facilidade que nunca encontrara nos Estados Unidos: para a compra, de uma usina de preparação do urânio nuclearmente puro e outra para a obtenção de sais de urânio tecnicamente puro a partir do minério.

Em princípios de 1953 Gordon Dean, resolve reagir e convida o Almirante a visitar os Estados Unidos.

"Quando procuramos a comissão de energia atômica dos Estados Unidos para estabelecer um modus vivendi e ver em que poderíamos nos auxiliar mutuamente, eles disseram: a primeira coisa que os senhores precisam fazer é trazer um esquema dos pontos básicos do programa brasileiro de energia atômica, sem isso não podemos fazer nada... Quando li para eles o ponto que diz: obtenção de sais de urânio puro, a partir dos minérios. Usinas já projetadas, cuja construção será brevemente iniciada, houve um estremitamento geral na comissão de energia atômica dos Estados Unidos.

Então os senhores já estão começando?"

As ligações perigosas

Álvaro Alberto tinha dois filhos e uma filha. Um dos filhos fazia curso de doutoramento nos Estados Unidos, onde ficou conhecendo Paul Harteck, cientista ligado ao alemão Wilhelm Groth, o grande entendido em máquinas de enriquecimento de urânio por centrifugação. Álvaro Alberto manteve muitos contatos com Groth nos Estados Unidos.

"Mas sempre a portas fechadas porque naquele tempo a Alemanha era um país ocupado pelas potências vitoriosas e se desconfiavam que eles estavam cogitando de produzir urânio enriquecido, isso acarretaria uma crise internacional. Então eles condicionaram essa colaboração a essa circunstância de tratarmos em absoluto segredo. Vejam Vossas Excelências como a gente se meteu em cada camisa de sete varas. É uma coisa terrível saber de um

segredo dessa ordem. É um negócio sério. Eu só conversava com eles em Nova York aos sábados em que o Brasil Trade Bureau não funcionava, e aos domingos. Ou então tinha que ir a Detroit, onde um filho meu, que infelizmente perdi estava estudando. O professor dele era o Paul Harteck... Depois veio o Groth."

"Finalmente, em 1953 fui a Alemanha. Estive ausente apenas onde dias e ps secretas andavam me acompanhando por toda a parte, para saber o que eu fazia... naquela época as potências ocupantes estavam a par do que os alemães pretendiam fazer com essas centrifugas porque os alemães pediram uma licença para sua construção e a licença foi negada." E ai sou forçado por enquanto a silenciar sobre fatos que mostram o firme propósito de se evitar que o Brasil pudesse fabricar essas máquinas."

Quem completa a história é o professor Ivo Jordan, da Universidade de São Paulo, que anos depois receberia essas máquinas de enriquecimento de urânio fabricadas pelo professor Wilhelm Groth:

"As centrifugas eram máquinas de pesquisa e não de produção industrial; Álvaro Alberto as queria para desenvolver a pesquisa sobre essa técnica e elas foram compradas por oitenta mil dólares. Mas depois de paga a primeira parcela, um tempo, as autoridades de ocupação na Alemanha criaram uma série de impedimentos, não permitiram o embarque. O Groth estava interessado em vender inclusive porque estava projetando outras mais avançadas, e precisava de dinheiro. Chegaram a oferecer as máquinas aos argentinos. Mas essas máquinas acabaram vindo para o Brasil em 1958, quando o almirante Álvaro Alberto já não estava no CNPq."

As três centrifugas permitiram que o professor Ivo Jordan fizesse sua tese de doutoramento sobre o enriquecimento de urânio e se tornasse realmente um entendido no assunto, que acompanhava até hoje. E dele, ainda, o único curso de pós-graduação sobre o enriquecimento de urânio existente no Brasil, mas nem por isso o professor foi convidado pela Nuclebrás para participar do novo programa nuclear brasileiro. Mas, voltemos ao almirante Álvaro Alberto.

As forças ocultas

Em 1954 o governo norte-americano conseguiu que seja aprovado no Brasil um novo acordo pelo qual minérios atômicos são pagos com trigo dos Estados Unidos. Paralelamente o CNPq debate-se com falta de verbas e de apoio à sua política de estímulo à criação de uma indústria nacional de beneficiamento de minérios atômicos. As várias decisões no campo da exportação desse minério são tomadas em corredores próximos à presidência, sem recurso ou consulta aos organismos normativos. A política de "compensações específicas" apesar de contar com apoio dentro do Conselho de Segurança Nacional nunca funciona quando se trata dos negócios feitos com os norte-americanos.

Eis que acontece o suicídio de Getúlio.

Alguns minutos depois da meia noite do dia 4 de agosto de 1954 o diretor do jornal Tribuna da Imprensa, Carlos Lacerda, e o major aviador Rubens Vaz sofrem um atentado à bala em Copacabana. Pouco depois decaem-se que a guarda pessoal de Getúlio estava envolvida no atentado. Desencadeia-se violenta campanha pelo afastamento de Getúlio, culminando com uma reunião de generais no ministério da guerra no dia 23, onde o afastamento foi decidido. Naquela mesma manhã, no palácio do Catete Getúlio mata-se com um tiro no peito deixando sua famosa "varta-testamento".

"Mas uma vez as forças e os interesses contra o povo coorde

naram-se e novamente se desencadearam contra mim." O almirante Álvaro Alberto naqueles dias tumultuosos, deveria sentir-se politicamente atordoado; era indubitavelmente um nacionalista, mas não se ligava às correntes nacionalistas politicamente atuantes da época. Ao contrário, num certo sentido, prejudicava essas correntes. Na questão do urânio, por exemplo, nunca apoiou os cientistas que tentavam desenvolver uma tecnologia nacional com base em reatores a urânio natural. Por isso não conseguia criar massa crítica para levar avante suas propostas de desenvolvimento do ciclo do combustível. O positivismo do almirante não parecia suficiente naquela época politicamente polarizada entre nacionalistas de um lado, e de outro aqueles chamados, então de "entreguistas."

O suicídio de Getúlio representa, politicamente, a morte do nacionalismo que se não caracterizava seu governo, vivia à sua sombra. Sobrem ao poder os grupos amplamente favoráveis a um maior entrosamento da economia nacional como o sistema capitalista internacional. Nasce nessa época, sob o governo Café Filho, que substituiu Getúlio, a famosa instrução 113, da Sumoc, considerada até hoje o mais importante instrumento legal da moderna penetração das multinacionais no país.

O chefe da casa militar de Café Filho é o general Juarez Távora. No dia 4 de novembro de 1954, o general Juarez Távora envia ao Conselho de Segurança Nacional um ofício propondo novas diretrizes para a política nuclear brasileira, acompanhado de quatro documentos chamados "segretos," escritos em inglês.

O documento número 1, era uma minuta de novo acordo com os Estados Unidos para exportação de minérios atômicos, dentro de um programa em que os norte-americanos ajudariam em trabalhos de prospecção desse minério. O documento número 2, esboçava as bases gerais dessa cooperação atômica.

O documento número 3, simplesmente pedia a demissão do almirante Álvaro Alberto, da presidência do CNPq. "Durante cerca de três anos os Estados Unidos vem tentando estabelecer um novo acordo sobre energia atômica com o Brasil, sem maior sucesso. A principal figura nessas negociações, do lado brasileiro tem sido o almirante Álvaro Alberto. Os Estados Unidos chegaram à conclusão de que, provavelmente, é impossível chegar a qualquer entendimento mutuamente satisfatório, mediante novas negociações com o almirante ou o Conselho, tal como se acha atualmente constituído.

E dizia mais esse documento número 3: "O almirante parece confiar grandemente em certas negociações que fez na França e na Alemanha. Não compreendemos como essas negociações poderiam dar lugar a resultados práticos para o Brasil em futuro próximo."

O documento número 4, abordava especificamente a questão das centrifugas compradas na Alemanha dizendo que as máquinas eram de pequeno rendimento e alto custo, devendo ser consideradas, para todos os efeitos práticos, como sendo ainda um processo de laboratório."

Numa sensacional comissão de inquérito convocada para examinar a questão atômica, o então deputado Renato Archer revelou a existência de bilhete manuscrito pelo general Juarez Távora, assim redigido:

"Confidencial: fontes de informação e origem de documentação da política atômica brasileira-norte-americana. Mr. Terril (Embaixada norte-americana); Mr. Max White (Geólogo da equipe americana que trabalha na Bahia); químico Hervásio de Carvalho (trabalhou durante um ano em operações com aceleradores nos Estados Unidos e no Canadá. É incompatibilizado com o almirante Álvaro Alberto)."

Hervásio de Carvalho, tão íntimo dos americanos, é hoje presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN.

Juarez Távora negaria toda a sua vida que os documentos pronto a nova política nuclear do Brasil e pedindo a cabeça do almirante Álvaro Alberto haviam sido escritos pelos norte-americanos. Negaria também que esses documentos foram mantidos deliberadamente fora das vistas do CNPq, que era o órgão normativo para a política nuclear.

"Houve uma série de coincidência que desgraçadamente, em virtude da publicidade desses documentos podem dar lugar a uma porção de mexericos com que muita gente, daqui até a sumação dos tempos vai dizer: aquele general de cabeça branca é um desgraçado, vendido aos Estados Unidos."

A série de coincidências a que Juarez Távora se referia foi a demissão, que realmente aconteceu, do almirante Álvaro Alberto, da presidência do CNPq, consumada no dia 2 de março de 1955.

O escândalo

"Álvaro Alberto estava cansado de saber que fui eu quem o derrubou do CNPq," diz César Lattes.

"Estávamos construindo um síncro ciclotron, cópia exata do que havia em Chicago, um dos mais modernos da época. O aço viria de Volta Redonda. A idéia era de que com essa máquina, por uma questão até mesmo de prestígio, o governo nunca mais ia poder abandonar os pesquisadores; além disso, como havia fila nas máquinas de outros países, poderíamos trazer cientistas estrangeiros a baixo custo. Em 1953 foi criado o grupo de construção do síncro-ciclotron. Ia fazer um modelo em escala de um oitavo. A parte de Chicago ia andando, mas lá em Niterói, onde ia se construir a coisa não tinha nada, tinha só um buraco no chão, que nem era necessário, porque para o modelo em um oitavo não precisava de buraco. Eu estava na Bolívia na época, por que naquela ocasião não havia o que fazer, era só construção de prédios. Quando voltei da Bolívia vi a folha de pagamentos enorme e não havia operários, não tinha nada, só aquele buraco, a coisa não andava. Depois de seis meses comecei a desconfiar. Ai apertei o Difini, Álvaro Diffini, um conselheiro do CBPF que tinha vindo do Rio Grande do Sul e que era extremamente metucioso. O Álvaro Alberto não assinava ato do CNPq que não tivesse sido feita pelo Diffini. Apertei, apertei o Diffini, até que lá pela uma hora da manhã ele confessou um desfalque de 2,5 milhões de cruzeiros. Era muito dinheiro na época. Depois de umas semanas ele mesmo disse que queria confessar mais, um total de cinco milhões. Fiz um ofício ao Álvaro Alberto pedindo um inquérito e ele nem quis ler o ofício. O que complicava tudo é que o Álvaro Alberto era presidente do CNPq e vice-presidente do CBPF; o diretor tesoureiro, o Diffini, também era diretor executivo do CBPF, era quem tinha a chave do cofre e quem vigiava o que tinha a chave do cofre. Eu queria que ficasse claro que não era o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas que havia manipulado esse dinheiro. O dinheiro nem chegava ao Centro, ali sabia-se da falta de dez cruzeiros, tamanha era a miséria.

Nessa altura dos acontecimentos propuseram ao César Lattes uma grande viagem pelo mundo, que esquecesse tudo. A proposta era de muita gente, da Academia Brasileira de Ciências, do próprio João Alberto, presidente do CBPF, César Lattes recusou. "Se eu fosse, na volta não existiria mais o Centro." "Ai fui ao Juarez, que disse, pode deixar por minha conta. Pegou a papelada, fez uma comissão de inquérito, que descobriu um pequeno peculato, porque nem a contabilidade fizeram direito, e ficou por isso mesmo. O próprio Juarez conta uma versão até certo ponto verossímil: "Um dia, ao entrar em meu gabinete, encontrei uma carta autografada do ministro João Alberto, com um documento fotostático em que se exibia declaração, assinada pelo próprio autor, de que dera um desfalque no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, onde se montava com verba do CNPq um síncro-ciclotron. Mandei chamar imediatamente meu amigo almirante Álvaro Alberto, dando-lhe conhecimento do fato. Ele leu e me disse, 'já sabia.' Providências? Mandei abrir inquérito. Repliquei o inquérito ter que propor a abertura de outro inquérito sob a responsabilidade direta da presidência da República."

Mais tarde Juarez chamaria de novo Álvaro Alberto, com o inquérito na mão fez a chantagem: "Aconselhei-o a que pedisse demissão... o meu amigo Álvaro Alberto que é um grande cientista, um grande brasileiro, um grande caráter, cuja honorabilidade paira acima de qualquer suspeita, revelara-se um mau administrador... pedi-lhe para fazê-lo sem qualquer nenhuma menção ao inquérito de cujo relatório lhe dera, em parte, conhecimento, a fim de que a ele não ficasse vinculada sua exonerção."

Mas pareciam ter sido outras as gestões que afinal decidiram a questão contra o almirante. Diz Lattes: "Diziam que eu tomava cocaína, que roubava carros, estavam me destruindo e destruindo ao centro. Havia um técnico lá no centro que era parente do Lacerda e ele disse, vamos levar isso ao Lacerda. Ai fui ao Lacerda, levei a confissão por escrito do Diffini e saíram dois artigos. O Álvaro Alberto demitiu-se quando telefonaram à Academia Brasileira de Ciências dizendo que a demissão dele já estava pronta. Ai ele se acovorou e se demitiu com data anterior."

Epilogo

Álvaro Alberto terminou seus dias melancolicamente, presidiendo as sessões da Liga de Defesa Nacional, uma organização cívica surgida nos idos da campanha de Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório e que hoje se dedica, um tanto obscuramente, a velar pelos chamados "símbolos pátrios." Foi essa Liga de Defesa Nacional que promoveu a ida a Brasília, para a posse do general Figueiredo, de algumas milhares de crianças em idade escolar. Sobre o escândalo que o envolveu, o desgalque no CBPF nunca mais falou. E sobre a sua demissão da presidência do CNPq, apenas falou uma vez, em carta a Juarez Távora, acusando a interferência norte-americana:

"... Como convém a dois homens de bem que se prezam, eu não poderia deixar de nutrir, desde há muito, em face da situação geral que defrontara, a convicção da existência de fatores oriundos de fontes a que faço alusão, direta ou indiretamente, tendentes ao meu afastamento. E esta convicção só poderia confirmar pela leitura que hoje fiz do documento número 3..."

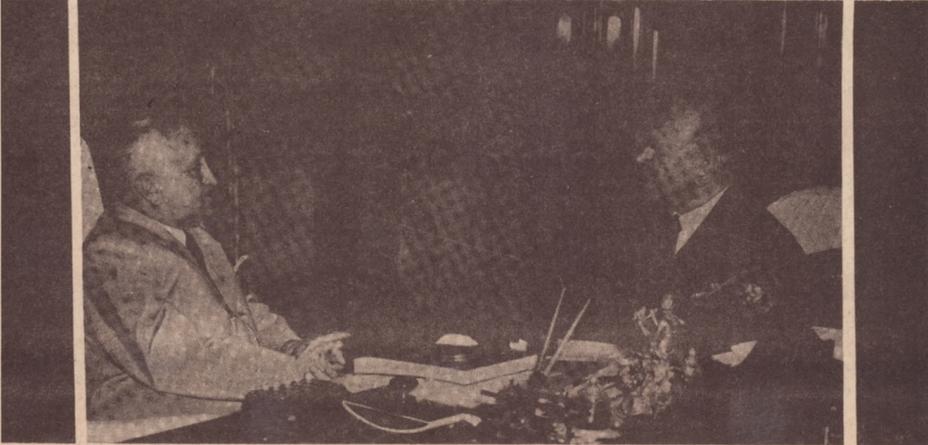
O próprio Lattes diz: "O caso das centrifugas pode ter algo que ver com sua demissão na medida em que ele ficou muito vulnerável... Álvaro Alberto não era corrupto e eu o duvidava que o Diffini tenha gasto 5 milhões de cruzeiros em corridas de cavalo; no Rio de Janeiro, na época, se alguém gastasse esse dinheiro nos cavalos, todo mundo saberia. A verdade é que o dinheiro nunca chegou ao centro, talvez tenha sido usado pelo CNPq naquelas avalanches de bolsas de estudo; até secretária recibia bolsa de estudo. Tinha um fardo incrível por talentos, que sempre ajudava, mas ajudava também os medíocres, porque sabia que isso fazia parte do jogo... o Diffini já morreu, o episódio me desgastou muito, durante muito tempo tive pesadelos com o Diffini."

1975

O Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva recebe o Prêmio Alberto Boiesen, criado pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Gás, a ASSOCIGAS, em homenagem a Henning Albert Boiesen, antigo presidente da Ultragás e um dos mais entusiasmados financiadores da OBAN, o centro de torturas de presos políticos em São Paulo que mais tarde passaria a se chamar de DOI-CODI. Boiesen foi morto a tiros por um grupo armado.

1976

Morre o almirante Álvaro Alberto. No dia 31 de janeiro.



Depoimento de: Cesar Lattes e Ivo Jordam — entrevistas com o autor em setembro de 1977. Juarez Távora — "Átomos para o Brasil", livreria José Olympio editora, Rio de Janeiro, 1958. Álvaro Alberto — Depoimento à CPI sobre política, atômica, Diário do Congresso Nacional, seção 1, pg 9223 a 9230 de 10/10/56. Os 4 documentos secretos — O Brasil e a Era Atômica, por Olympio Guilherme Editorial Vitória, 1957.

O trabalhismo em questão

O PTB sempre foi de esquerda

O advogado trabalhista Carlos Araújo é um dos organizadores da Associação de Estudos e Debates para a Formação do PTB no Rio Grande do Sul, e hoje um de seus diretores. Em entrevista exclusiva a Em Tempo, faz uma radiografia da organização do PTB no estado.

DEBATE

As oposições populares e a reorganização partidária

— Os jornais divulgaram que a base do programa registrado seria dada pela Declaração dos Direitos Humanos e a Carta Testamento de Getúlio Vargas. Como fica a conciliação de um programa nacionalista burguês (desenvolvimento do capitalismo nacional) e o novo PTB socializante?

— Quando se menciona a Declaração dos Direitos Humanos se quer enfatizar a questão da democracia, no sentido de que ela, no nosso entender, perpassa toda e qualquer transformação social. Com relação à Carta Testamento é porque ela contém o maior libelo da história do Brasil contra a exploração do capitalismo internacional aliado ao grande capital nacional, bem com posiciona-se numa postura marcadamente ao lado dos trabalhadores. É um libelo contra a opressão, a favor dos oprimidos. É uma carta de raízes nitidamente socialistas.

— Mas a Declaração dos Direitos Humanos não parte de uma concepção que considera os indivíduos iguais frente ao aparelho jurídico, ao Estado, todos possuidores de uma mercadoria: o capital com os meios de produção e os operários com sua força de trabalho? Como conciliar uma concepção profundamente burguesa com a idéia de uma democracia socialista?

— A leitura que nós fizemos da Carta dos Direitos Humanos não é a leitura da democracia burguesa. A ênfase à democracia visa a advertir contra certos processos de transição para o socialismo, no que a democracia dos trabalhadores foi substituída pela burocracia estalinista.

A CARTA TESTAMENTO TEM RAÍZES SOCIALISTAS

— Todos os que viveram de perto o Velho PTB, ou mesmo os que de alguma forma se preocupam com a questão hoje, sabem que o seu programa e a sua estrutura orgânica levavam a uma subordinação das bases aos líderes do partido, um dos aspectos do populismo. No seu entender como se dará entrelaçamento entre uma retomada do PTB e a avaliação crítica do seu programa e de sua estrutura orgânica anteriores?

— O programa e a estrutura orgânica do PTB, principalmente após 1961, estavam sofrendo uma modificação significativa por força da emergência dos grandes movimentos de massa que se solidificavam na época. Assim, ao nível programático, o PTB incorporou as chamadas Reformas de Base, que iam desde a Reforma Agrária — na lei ou na marra — até a Reforma Urbana e a própria Reforma Trabalhista. No nível orgânico o PTB procurava se reestruturar, mesmo de forma contraditória, através da experiência do Movimento dos Sem Terra, dos vários pactos intersindicais, dos movimentos dos militares subalternos, do grupo Compacto no Congresso Nacional e até mesmo do grupo dos 11.

Era uma experiência inicial e contraditória considerando-se que os setores de esquerda do PTB não dispunham da hegemonia partidária.

— Qual o entendimento da Associação quanto ao que deva ser o programa do PTB?

— Nosso programa tem de expressar as necessidades reais da população brasileira. Devemos, debater, região por região do país, quais seus problemas. Precisamos enfrentar as questões teóricas a resolver. O programa do PTB é o de um partido socialista, de massas, de um país atrasado com diferenças regionais profundas.

— Mas mesmo em grossas linhas o que deveria ser este programa?

— Para ser franco o debate das linhas mestras do programa ainda não se produziu. Nosso trabalho ainda está se dando mais ao nível dos seminários, onde o debate é incipiente e desigual de uma região para outra. É claro que cada um de nós tem na cabeça qual deveriam ser as linhas mestras deste programa. Mas respeitando o caráter de massa do partido que queremos construir, todos esperamos um maior amadurecimento das questões.

DISTRIBUIÇÃO E COLETIVIDADE DAS TERRAS

— Além da questão da construção do partido, quais as lutas centrais que estão sendo equacionadas pela Associação?

— Nós assumimos a necessidade de uma radical transformação na estrutura agrária. Em alguns lugares trata-se mesmo de redistribuição das terras, mas em outros, a ques-

ção já é a coletivização da exploração da terra. O problema da terra deve ser resolvido respeitando as condições concretas e objetivas de cada região.

Veja bem. O MDB não tem diretórios em 40 por cento dos municípios. É um partido que apesar de estar organizado nacionalmente, não está enraizado. Isso porque não consegue levar propostas concretas para os problemas locais e regionais.

Uma outra questão é que para construirmos um partido popular no Brasil, nós precisamos romper com um mito, que é o papel de São Paulo. São Paulo não é a locomotiva da transformação social do Brasil. Sem dúvida que tem um peso importantíssimo, mas não vai se dar tudo só em São Paulo. Este é um país de grande extensão rural, de uma grande massa de trabalhadores agnóclós e de um proletariado atrasado em grandes regiões.

— Neste sentido, para amadurecer um programa se faz necessário um levantamento mais profundo das condições objetivas de cada região?

— É um debate nacional. Temos que buscar as respostas regionais e saber combiná-las nacionalmente.

— Quanto à questão do partido. A intervenção da esquerda dentro do PTB se enquadra dentro de uma concepção leninista clássica ou apresenta uma concepção alternativa de estrutura partidária? Já existe na Associação um debate e posicionamento a este respeito?

— O debate já existe, mais não um posicionamento. Eu particularmente desconheço a existência de uma estrutura leninista para um partido de massas. Hoje temos de encontrar uma estrutura adequada para um partido socialista de massas.

ORGANIZAÇÃO POR SETOR E LOCAL

— A redefinição de uma estrutura partidária seria um dos esforços atuais da Associação?

— Com relação do PTB antigo, sua estrutura era eleitoral, parlamentar. Nunca teve uma estrutura de massa. Nossa questão hoje é combinar uma estrutura que necessariamente deva ser setorializada profissionalmente e, ao mesmo tempo, tenha sua base territorial. Por exemplo. Os trabalhadores que pertencem ao partido, ao mesmo tempo que devem se organizar ao nível da fábrica e do sindicato, devem se organizar também ao nível de bairro e das vilas, nos locais de residência. Essa aliás é uma exigência da própria lei para organizar os partidos. Saber combinar isso é um desafio porque não há experiência desse tipo na história brasileira. Mesmo os partidos de esquerda, ortodoxos, até porque viviam na ilegalidade, não tiveram a necessidade de se organizarem territorialmente. Dividiram-se apenas em setores profissionais.

— No nível atual de organização do PTB, como se dá internamente o processo de decisão? E a relação entre as lideranças e as bases?

— O processo de decisão hoje é aquele viável na fase preliminar de construção do partido. As decisões são tomadas pela diretoria da Associação. Ali estão representados os diversos setores em estruturação. O trabalhista, jovem, sindical, etc.

Daqui a alguns meses a Associação vai organizar um encontro estadual, onde serão debatidas todas estas questões e criada uma estrutura interna mais democrática, correspondente a seu grau de expansão.

Nosso problema é a combinação dos níveis regionais e locais com o setorial. Por exemplo: em cada seminário que realizamos no interior do estado é eleita uma comissão para organizar o trabalho da Associação no local. Ao mesmo tempo a juventude trabalhista vai ao local para desenvolver o trabalho junto aos jovens. Esses dois níveis devem ser combinados no processo de tomada de decisão.

— Como foi escolhida a atual diretoria da Associação? No Seminário de Esteio, o primeiro grande seminário realizado no estado, foram escolhidos 35 companheiros para organizar a Associação e dirigí-la até o trabalho estar mais consolidado. Este conselho elegeu a atual diretoria.

NADA COM IVETE

— E a nível nacional, já tem algum nível decisório?

— Não. Existe uma direção que foi constituída apenas para registro do partido. Mas não é uma direção orgânica. O que existe nacionalmente são Associações estaduais, que se reúnem seguidamente, mas não possuem um nível decisório estabelecido. Já estamos pensando em um Congresso Nacional que, fruto desses encontros regionais, possa adiantar nossa questão orgânica.

— Então vocês não reconhecem nenhuma legitimidade para a Executiva Nacional do PTB articulada pela Ivete Vargas?

— Não. Por enquanto não temos nada a ver com as articulações da Ivete. Pode ser que no futuro essas articulações venham a convergir, mas no momento são articulações distintas.

— E como é que vocês estão vendo as possibilidades da esquerda conquistar hegemonia nesta articulação tão ampla que pode, inclusive, vir a incluir o pessoal da Ivete Vargas?

— Nós nos recusamos, enfaticamente, a admitir as expressões "Setores de esquerda do PTB" ou "o PTB em tal lugar é de esquerda, em outro é de direita". O PTB é de esquerda enquanto partido. Se internamente existem setores mais à direita ou mais à esquerda, esse é um problema interno de um partido de esquerda. E todos os partidos de

esquerda vivem esse problema. Não podemos admitir esses termos "PTB de esquerda" ou "de direita". O PTB está se constituindo como um partido de esquerda. Todos os companheiros indistintamente dentro do partido se assumem como de esquerda, apesar dos matizes variados do que se entenda por esquerda.

Seria interessante uma análise do PTB do passado, que não era um partido de esquerda, mas que internamente tinha setores de esquerda. Setores estes que na década de 60 foram expressivos e com os quais as organizações de esquerda externas ao PTB nunca fizeram alianças. As alianças sempre foram com a ala direita do PTB e contra essa esquerda nascente. É o caso concreto do grupo Compacto, de Brizola, Julião, Almino, Mauro Borges, que nunca tiveram as benesses de uma certa esquerda, a qual preferia aliar-se à propostas bem mais atrasadas do interior do PTB. Essa história tem que ser pensada e entendida, porque que isso ocorreu e inclusive se não se está fazendo a mesma coisa em relação ao MDB. Aqueles que hoje a todo custo querem manter o MDB, estão repetindo velhos erros do passado, só que numa versão mais atualizada, mais moderna.

NÃO HÁ PTB DE ESQUERDA E DE DIREITA

Fale um pouco do grupo Compacto.

— Era uma frente formada pelo Brizola aqui no sul, o Julião com suas Ligas Camponesas, o Mauro Borges, um homem de esquerda que hoje está organizando a Associação em Goiás, o Almino Afonso e outros. É bom dizer que o Arraes não quis entrar nessa frente porque a nível local era contrário às Ligas Camponesas, aliado à tendência que propunha a formação de sindicatos rurais. Essa tendência, tinha uma política vacilante, que não apoiou a Revolução Cubana, que aqui no Rio Grande do Sul opunha-se ao Movimento Sem Terra. Com isso eles negavam apoio aos setores de esquerda do PTB.

Hoje, em relação ao PTB, essa mesma linha política expressa uma subserviência incondicional aos decadentes setores liberais do MDB, que em termos nacionais não são outros que a direção do antigo PSD. Inclusive os ditos setores autênticos do MDB chegaram a conclusão que se continuasse sem sua política radical, afastariam a sua direção. De uma hora para outra tiraram do Congresso todos os seus projetos, desde a CPI da Tortura até o Livro Negro da ditadura. Tudo em nome da unidade. E se antes se propunha a lutar pela secretaria-geral do MDB, face aos perigos de divisão interna, desistiram da luta.

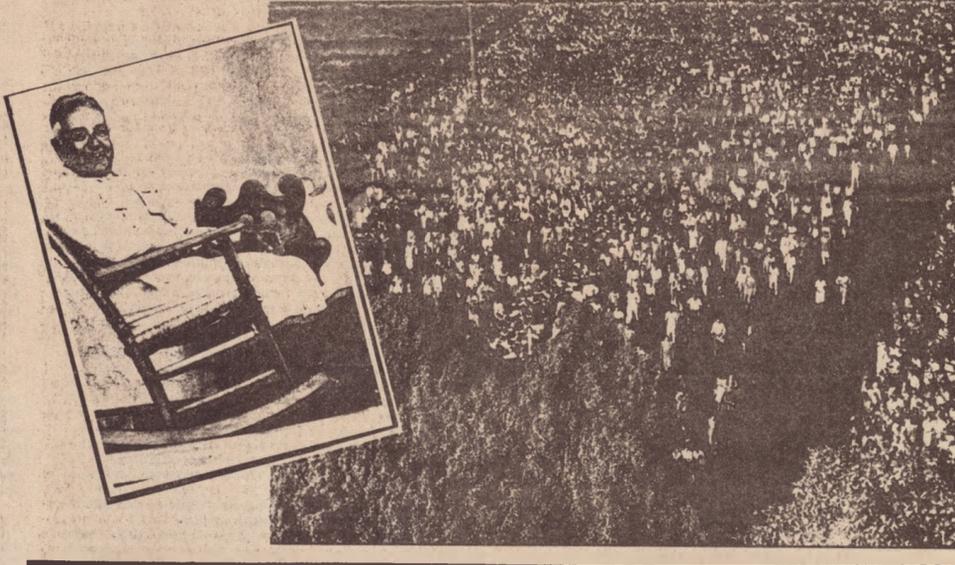
SEMPRE FOMOS PELO SINDICATO AUTÔNOMO

— Em relação ao PTB, você gostaria de colocar mais alguma coisa?

— Gostaria ainda de falar sobre duas questões. A primeira é do PTB e da atual estrutura sindical. Não estou defendendo o PTB do passado, mas creio que hoje se faz importante reconstituir algumas coisas.

Quando a estrutura sindical foi consolidada em 1943, o PTB ainda não existia. Em 1946, na elaboração da Constituição, na primeira oportunidade do PTB no parlamento, contando com 9 por cento de parlamentares, fechou posição junto com o PCB, que tinha 8 por cento dos parlamentares, pela unidade e autonomia sindical. O mesmo PTB do passado, que teve seus erros, quando foi governo nunca usou a legislação discricionária para intervir em sindicatos. E mais, quando em 1963, Almino Afonso foi Ministro do Trabalho, constituiu uma comissão para a revisão total da CLT. O projeto, apresentado no Congresso como projeto do governo, redigido por Evaristo de Moraes, dava plena liberdade sindical e só não foi votado porque houve o golpe.

Um outro ponto que gostaria de abordar é se o PTB divide ou não a oposição. Acho que duas coisas devem ser esclarecidas: o PTB, como partido de esquerda, vem somar à oposição. E uma oposição de qualidade muito superior à do MDB. O MDB é uma oposição dividida desde já, não precisa ninguém dividi-la. Ele já é dividido nacionalmente com uma tendência de direita nítida, como é o caso de Chagas Freitas, vários grupos de São Paulo e em outros estados do país. O MDB ao invés de vir falar em expulsão por causa do PTB, deveria, isso sim, ter expulso aqueles que sempre colaboraram com o governo, com os quais a direção do MDB sempre foi conivente. Mas agora quando surge um partido pela esquerda, essa mesma direção apressa-se em acusá-lo de divisionista.



O lobo de ontem é o cordeiro de amanhã

Assim como o imperialismo transformou em lobo o cordeiro Fidel Castro, ele agora parece estar tentando fazer do lobo Brizola um cordeiro útil para substituir a já velha ditadura brasileira.

Por Valdir Oliveira (*)

Não queremos mais partidos filantrópicos que irão engrossar as fileiras dos fazedores de "anos internacionais da criança".

UMA FRENTE NO MDB

Queremos, sim, reforçar um partido, com uma discussão interna de alto nível, que promova e defenda uma plataforma política onde tenha lugar a Reforma Agrária, a autogestão, a formação de um Comando Geral de Trabalhadores, enfim um Programa Alternativo para colocar esta nação ao lado dos povos irmãos do Terceiro Mundo subdesenvolvido.

A Frente de Oposição ao regime deve hoje se aglutinar em torno do MDB. Os novos partidos, os confrontos ideológicos, surgirão do diálogo aberto e constante que nós devemos incrementar dentro do MDB. Não precisamos buscar exemplos na Social Democracia Européia dos Olaf Palm & Cia., temos que criar os nossos meios, as nossas condições de luta em consonância com a realidade que enfrentamos. A social democracia européia tem pouco, ou quase nada a nos oferecer. Tem mais vícios que pontos positivos.

O trabalhismo histórico não é criação do antigo PTB, é algo que já está arraigado nas fileiras do operariado brasileiro pelas lutas travadas ao longo dos anos. É impor-

tante que o debate em torno desta questão seja mais aprofundado. Um ex-conselheiro de Brizola, Paulo Schilling vê muita pressa e oportunismo" nas tentativas de criar o novo PTB. A realidade brasileira, os problemas do bóia-fria, do camponês, do arrendatário, do assalariado rural e urbano, bem como dos demais segmentos em sociedade, não serão resolvidos pela satisfação de vaidades pessoais deste ou daquele prolapado líder eventual.

DIVIDIR É PERIGOSO

Não nos esqueçamos — nós que sofremos com ele — que o golpe de 31 de março surgiu justamente pela divisão infantil das esquerdas que se esqueceram do seu inimigo principal e se empenharam em querelas semânticas enquanto a reação, financiada diretamente pelos Estados Unidos, criava força.

Precisamos criar uma grande Frente de Oposição, dentro do MDB, Frente esta que aglutine os Trabalhistas, a Convergência Socialista, os auto-intitulados Social Democratas e outras correntes que se propugnem defender os interesses do povo brasileiro. O nosso objetivo hoje é conquistar o poder político e isto só conseguiremos unidos e coesos. Liderará um futuro Partido dos Trabalhadores, a força surgida dentro da Frente, que melhor apresentar um programa autenticamente popular.

Leonel Brizola é bem vindo para unir, não para desagregar. Que os seus atuais conselheiros saibam aquilatar a importância do momento presente.

O PLANO DE CARTER

O presidente Carter, este pseudo-defensor dos direitos humanos, sabe que o regime militar de 31 de Março está condenado e inclusive está pondo em perigo os negócios do imperialismo pelas radicalizações que poderão surgir. Por isso está procurando uma saída "honrosa" para o impasse brasileiro. Sabe o presidente norte-americano e seus assessores que o pluripartidarismo poderá lhes proporcionar mais segurança para as suas falcaturas porque terão mais adesistas, mais moderados e outros aliados gratuitos para defender seus interesses. Eles são especialistas em invenções. Criaram uma situação de caos no Chile para derrubar Allende, dão apoio logístico ao Uruguai e Argentina, só para citar exemplos latinos. Por que não forjar uma saída como ocorreu com Brizola via "incidente" Flávio Tavares, para depois acolhê-lo como hóspede e apresentá-lo ao mundo como uma solução viável para o caso brasileiro? Ontem Brizola não servia, hoje serve. Por quê? Nunca é tarde lembrar; o cordeiro eles transformam em lobo, assim fizeram com Fidel Castro. Por que não mudar as regras do jogo, isto é, transformar o ex-lobo, o "comunista" Leonel Brizola em cordeiro? É bom fircamos de alerta. Que os analistas políticos mais autorizados e categorizados pensem nisso.

(*) Colaborador de EM TEMPO, do Paraná, que enviou a matéria acima como contribuição ao debate sobre o PTB.

PERU

CONSTITUINTE LEVA A UNIÃO DA ESQUERDA

A Assembléia deverá encerrar seus trabalhos em junho, com um grande desgasto dos partidos conservadores. Na verdade, tanto o APRA, como o Partido Popular Cristão se aliarão no suporte ao regime militar e deverão ser os herdeiros do "novo sistema". A Constituinte perdeu assim, a melhor oportunidade para defender os reais interesses da sociedade peruana.

Por Vilma Amaro



Hugo Blanco, líder da FOCEP e deputado constituinte.

Desde que o atual presidente peruano Francisco Morales Bermúdez assumiu o poder, em um golpe branco que derrubou o general Velasco, as ilusões de que os militares levariam o país a algum tipo de socialismo desapareceram como ruínas incaincas. O governo atravessa um processo de direitação, sensível pela elevação das lutas populares contra os militares. Operários, camponeses professores e jornalistas realizaram recentemente protestos contra o regime, chegando inclusive à greve de fome e ao enfrentamento com tropas da Polícia.

No plano institucional, se consolida o fim de todas as conquistas obtidas durante a primeira fase do chamado processo revolucionário que teve Velasco Alvarado à sua frente. A Constituinte peruana está na fase final de sua elaboração, devendo ficar totalmente aprovada no mês de junho, e amplos setores da esquerda tem expressado sua preocupação com esse documento.

Para o correspondente de EM TEMPO, em Lima, Manuel Manrique, a nova Constituição tem um caráter antidemocrático e atentatório ao interesse nacional. Esse caráter vem sendo denunciado pela bancada da esquerda que colocou em evidência, por exemplo, a tentativa da maioria (integrada pelo tradicional Partido Aprista e o Partido Popular Cristão), de conceder nacionalidade peruana a pessoas jurídicas. Esse precedente daria amparo à poderosas multinacionais que poderiam gozar sem nenhum esforço de toda a proteção no país da cidadania peruana.

Essa proposta, assim como outras referentes ao sistema agrícola, Educação, Saúde, direitos da pessoa humana, Trabalho e Previdência Social tem sofrido amplo questionamento dos constituintes de esquerda. Mas, de modo geral, a aliança entre os dois partidos conservadores, que concentram setenta por cento dos votos, tem se imposto à opinião dos setores mais avançados, colocando em risco o interesse nacional.

ALÍVIO NA TENSÃO POLÍTICA

Para os setores de esquerda, o governo de Morales acredita que encontrou na Constituinte uma saída honrosa e sem riscos para a transferência do poder que vem negociando com o APRA, um partido cinquentenário que reúne as várias correntes burguesas do país. Segundo Martín Luna, da revista Marka, a Constituinte "desafoga a tensão política, abrindo canais partidários de discussão e expressão. Trata-se de fazer voltar os canais políticos ao estilo tradicional, favorecendo os setores conservadores, que se beneficiam diretamente das regras do jogo."

No entanto, isto não significa que a esquerda tenha desprezado as possibilidades que foram abertas pela participação na Assembléia Constituinte em termos de denúncia e conscientização popular. Esta discussão foi travada pelos grupos de esquerda no início do processo eleitoral para a Constituinte no ano passado e a prática demonstrou que a participação foi a melhor estratégia. Entre os grandes saltos que a conjuntura tornou possível está juntamente o processo de união de duas importantes organizações de esquerda, de origem sindicalista: A UDP — União Democrática Popular e a FOCEP, Frente Operária Estudantil Popular, liderada por Hugo Blanco, que recebeu durante as eleições a mais alta votação da esquerda.

CONTRA O REFORMISMO

A reunião das duas organizações é o primeiro grande passo para a formação de uma grande frente popular, sem marginalizações, mas também sem o reformismo burocrático ou débil de elementos considerados "patrióticos" e que tem germinado principalmente nas Forças Armadas.

"Um esperante processo de atomização", foi um dos motivos que levaram a UDP a unir-se ao FOCEP, apesar de algumas divergências que existiam entre as duas organizações. Em entrevista exclusiva concedida a Paulo José, correspondente de EM TEMPO, de passagem por Lima, Alfonso Barrantes, presidente da UDP explica alguns dos pontos em torno dos quais se deveria dar a união da esquerda:

"Aqui no Peru e um pouco em toda a América Latina os partidos não são castelos, mas uma pampa aberta onde todo mundo entra e sai. Como todo mundo entra e sai, também pode entrar a Polícia... Então o que Mariátegui qualificou de excomunhão entre gente de esquerda alcançou níveis tão extremos que existem alguns setores da esquerda revolucionária que do ponto de vista pessoal não podem mais manter uma discussão... A maioria da direção revolucionária da esquerda peruana é de extração pequeno-burguesa, de modo que funciona muito o individualismo pequeno-burguês. Tudo isso atomizou a esquerda, mas agora este processo está sendo superado e inicia-se o que qualificamos de um processo de fecunda convergência... Comprova-se de que um partido revolucionário pequeno não pode fazer a revolução. A convocação de eleições para a Assembléia Constituinte de certa forma interveio nessa questão, o que poderia ser considerado como o pecado original do processo de unidade."

"No entanto, continua o dirigente — a UDP não se criou para a Constituinte, mas se criou para lutar por uma transformação revolucionária. Neste momento há duas tarefas que a UDP deve cumprir: a primeira é o fortalecimento de uma frente revolucionária de massas, no qual se agrupem todas as forças que combatem a burguesia e o Imperialismo. Mas também estamos convencidos da necessidade de se criar ou reconstruir — como querem alguns — o partido marxista-leninista."

Para Alfonso Barrantes, a Assembléia Constituinte "é uma tri-

buna de denúncias, uma caixa de ressonância, dentro do estilo leninista.

Para nós a Constituinte não é uma expressão popular genuína porque existem três milhões de analfabetos que não votaram e que portanto não estão representados na Assembléia."

ELEIÇÃO FRAUDULENTA

Hugo Blanco é o líder da FOCEP. Ex-dirigente camponês e líder guerrilheiro dos anos 60, foi indultado no período de Velasco Alvarado. Várias vezes deportado por sua oposição ao regime, é considerado o grande dirigente da esquerda no país. Em entrevista a Luis Garcia, exclusiva para EM TEMPO, Hugo Blanco dá sua opinião sobre a Assembléia Constituinte.

"Esta Constituinte está viciada desde o momento em que foi convocada, porque foi convocada por uma ditadura militar que tomou medidas para que o povo não pudesse expressar-se livremente nos comícios. Limitou-se o uso do rádio e da televisão e da imprensa para a UDP e a FOCEP, enquanto a direita teve toda a liberdade. Durante a campanha eleitoral foram presos nove candidatos. Eu fui um dos eleitos que foi parar no exílio. Permitiram que eu permanecesse no país somente 40 dias da campanha eleitoral. Um candidato inclusive foi detido no momento em que ia votar. Este é o marco geral que revela o quanto foi fraudulenta esta eleição. A ditadura tomou todas as medidas para que houvesse uma maioria direitista na Assembléia Constituinte.

"A existência dessa Assembléia não significa nenhuma transformação na realidade nacional. No entanto, nós participamos das eleições para a Assembléia e participaremos sempre que houver eleições no Peru, pois acreditamos que este é um meio para propagar nossas posições políticas. Em nosso país onde são raros os direitos democráticos, em épocas eleitorais há menos restrição e é preciso aproveitar esta circunstância. Além disso, podemos realizar manifestações, comícios, temos locais de reunião. Dentro da Constituinte é pouco o que podemos fazer, pois tudo está preparado pela direita, vale o que a direita ordena pois ela é a maioria.

Para Hugo Blanco está claro que a direita não vai permitir que a esquerda no Peru tome o poder pela via eleitoral. "Se nós ganhássemos estas eleições, no dia seguinte haveria um golpe de Estado. Acreditamos, no entanto, que a organização das massas sua luta é o mais importante, e a serviço da qual nos colocamos.

Esta posição de Hugo Blanco está referendada pelo comportamento do setor durante a primeira votação do projeto de Constituição há alguns dias. O primeiro capítulo sobre direitos humanos foi aprovado sem a participação da esquerda, em protesto contra a repressão aos movimentos populares e o fechamento de várias revistas.

OS CONSERVADORES CEDEM

No amplo espectro da esquerda peruana, uma outra organização poderá incluir-se em uma frente revolucionária de massas, sem a participação de setores reformistas. Trata-se do Partido Socialista Revolucionário, herdeiro do velasquismo, mas em franco antagonismo com o governo de Bermúdez. Antonio Aragón, um de seus dirigentes (militante radical no governo de Velasco) fala a Luis Garcia sobre a Constituinte.

A Assembléia Constituinte surgiu ante os olhos da maioria do povo peruano como uma possível esperança de que pudesse realmente opor-se à política econômica e social que implanta o regime de Morales Bermúdez contra as maiorias nacionais, reduzindo-as à miséria e à repressão para poder acatar as determinações do Fundo Monetário Internacional. No entanto, nestes meses de funcionamento da Assembléia Constituinte o balanço que podemos fazer é que a maioria dos constituintes provenientes do Partido Aprista Peruano e do Partido Popular Cristão preferiram afastar-se das promessas pré-eleitorais no sentido de que já bastava de mando prepotente das botas militares e acabaram se submetendo à política do regime militar, adiando os reclamos da maioria.

Para o dirigente socialista, "a maioria reacionária da Constituinte descumpriu também compromissos que assumiu durante a etapa de discussão do Regulamento da Constituinte quando votou a favor de que ela se pronunciasse sobre os grandes problemas nacionais. No entanto, em mais de uma oportunidade votaram contra os reclamos populares. Isto ocorreu, por exemplo, quando os trabalhadores estatais pediram o apoio da Constituinte, quando os escolh-lares se levantaram contra o aumento das passagens. Enfim cada uma das reivindicações populares foi rechaçada, colocando a Assembléia Constituinte a serviço da política econômica do regime.

Assim a constituição que se aprovou continuará sendo um instrumento de exploração e, evidentemente, não resolverá os problemas de fundo da sociedade peruana.

O grande saldo político, no entanto, está no avanço da esquerda na perspectiva de uma Frente Revolucionária de Massas. Enquanto os setores progressistas saem fortalecidos, os partidos conservadores comprometidos com a transferência de poder no esquema traçado pelos militares, saem mais do que nunca desgastados. Particularmente o APRA, partido de Victor Haya de la Torre, que enterrou definitivamente sua imagem populista, ao sustentar a ditadura de Morales Bermúdez.

IRÁ

AIATOLÁ NÃO SEDUZ MULHERES

Aqui uma entrevista com uma militante iraniana que participou ativamente da organização das manifestações das mulheres contra as medidas reacionárias decididas por Khomeini, entre as quais a obrigação de portar o véu da tradição muçulmana. Ela explica o surgimento do movimento das mulheres e as perspectivas de sua luta na República Islâmica. A entrevista foi publicada pela Revista Cahiers du Feminisme no. 9.

E na segunda-feira, como foi?

No começo havia entre 14 e 20 mil pessoas. Todos os homens presentes formaram duas colunas em torno das mulheres para protegê-las. Mas as contra-manifestantes eram outra vez muito numerosos. Ocuparam todas as ruas de acesso à Universidade e impediram que outras mulheres se juntassem a nós. Gritavam-nos que éramos irmãs do Xá. Terminou havendo duas concentrações: uma na Universidade e outra na Praça da Liberdade, distantes uma da outra sete quilômetros. Na praça foi impossível ler a declaração das mulheres diante da gritaria dos provocadores. Nós havíamos previsto nos dispersarmos nesse caso. Mas como tínhamos pela segurança de pequenos grupos, decidimos voltar em passeata para a Universidade. Foi um sucesso enorme apesar da desorganização. As mulheres mostraram sua determinação e sua força.

Você tem idéia de quem eram os organizadores da contra-manifestação?

Não temos provas absolutas, mas é quase certo que dela participaram agentes da Savak e muçulmanos reacionários. Além do mais o governo Bazargã e o Comitê Khomeini não fizeram nada para detê-los.

Qual era a composição social das manifestantes?

De fato, havia um pequeno grupo de mulheres nostálgicas do antigo regime, mas elas foram logo isoladas. O movimento é composto principalmente por mulheres da classe média, mas existem também numerosas operárias. E entre elas várias islamitas que compareceram às manifestações de véu para deixar claro que eram pela igualdade dos direitos e não contra o véu.

O que vocês pretendem fazer agora?

Partir para as escolas e fábricas para organizar os comitês de base. Em seguida, promover uma assembleia geral de delegadas desses comitês, que terá como objetivo votar uma carta de princípios do movimento. Enquanto isso, continuaremos fazendo os coletivos e nos preparando para futuras mobilizações.

Qual o saldo do movimento até agora?

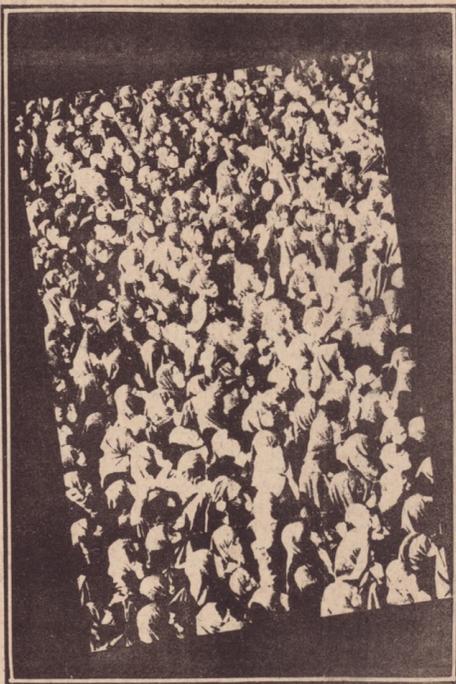
Já no dia seguinte à manifestação do dia 11, um artigo apareceu no jornal Ayandegan onde anunciava uma plataforma apresentada por operárias de todo o país se solidarizando com o movimento das mulheres e exigindo salário igual para trabalho igual, assim como o direito das mulheres de terem um representante nos sindicatos. Uma delegação de mulheres foi até o Ministério do Trabalho apresentar as reivindicações.

Outro aspecto importante das manifestações foi o desenvolvimento da luta pelas liberdades democráticas no Irã de Khomeini. As críticas ao governo Bazargã começaram por causa do desarmamento das milícias populares, da depuração do exército e das investidas contra a esquerda. O direito à livre manifestação é uma questão essencial no Irã de hoje. As mulheres foram as primeiras a quebrarem o gelo porque foram também as primeiras atingidas pelas novas leis promulgadas pelo novo regime: a lei do trabalho, que discrimina as mulheres; a revogação da lei de proteção à família, promulgada pelo Xá. Tudo isso coloca a República Islâmica sob suspeição. A grande importância do movimento das mulheres portanto, foi a de ter aberto o caminho para as demais manifestações.

ASSIM FALA O CORÃO

"Os homens são superiores às mulheres por causa das qualidades que pelas quais Deus elevou-os acima delas, e porque os homens empregam seus bens para dotar as mulheres. As mulheres virtuosas são obedientes e sumissas; conservam zelosamente durante a ausência de seus maridos o que Deus ordenou fosse conservado intacto.

Vós reprimireis aquelas que suspeitáveis a desobediência; vós as relegareis em leitões à parte e as surrareis; mas desde que elas vos obedecem, não busqueis nenhuma querela. Deus é grande e poderoso..." (Corão, IV).



Os direitos das mulheres sob o Xá

Quando o Xá desencadeou o que foi chamado de "revolução branca", uma nova lei sobre a proteção da família foi promulgada. Ela visava a prolongar a obra "emancipadora" de Reza Xá, pai do Xá, que em 1935 decidiu interditar às mulheres o uso do véu. Os soldados tinham ordens para arrancar os véus das mulheres recalcitrantes.

A idade legal do casamento é de 15 anos para as mulheres e 18 anos para os homens, mas numerosas exceções são possíveis.

Durante toda a sua vida a mulher permanece sob a tutela de um ou vários homens, pai, irmão ou marido;

- para se casar, mesmo sendo maior, uma mulher tem necessidade da autorização formal de seu pai;
- se ela deseja casar-se com um estrangeiro, necessita da autorização do Conselho de Ministros;
- a residência de uma mulher casada é obrigatoriamente a do marido;
- para viajar ao estrangeiro a mulher necessita da autorização escrita de seu marido;
- o marido tem o direito de impedir que a mulher trabalhe se ele considera que isso fere os interesses ou o prestígio de sua família.

- As grandes inovações do Xá diziam respeito à poli-gamia e o direito de divórcio;

- um homem tem o direito de ter duas mulheres com a condição de que sua primeira esposa o consinta e testemunhe que seu marido poderá tratá-las em igualdade de condições e assumir os encargos de ambas;

- o divórcio é reconhecido inclusive para as mulheres, mas as crianças são obrigatoriamente confiadas ao marido. A mulher pode teoricamente beneficiar-se de uma pensão com a condição de que forneça a prova de que a ruptura do casamento não se deu por culpa sua, que ela se conduziu bem etc.

- enfim, o artigo 179 do Código Penal reconhece que o marido deve defender sua honra e de sua família. Por causa desse artigo um homem (pai, irmão ou marido) tem o direito de matar uma mulher (filha, irmã ou esposa) se ele suspeita que ela possui um amante. Com isso, ele arrisca-se no máximo a seis meses de prisão. Para consagrar a irresponsabilidade das mulheres, no tribunal, duas testemunhas mulheres valem por uma testemunha homem.

Os itens mais "liberais" foram revogados. Os demais foram conservados pelo governo Khomeini.

UNE reconstruída

Reunindo mais de 3.000 delegados de todo o país, a União Nacional dos Estudantes realizou seu Congresso em Salvador nos dias 29 e 30, reconstruindo a entidade depois de anos de recuperação do massacre sofrido em incios de 70.

A abertura do Congresso, às nove horas da manhã de terça-feira, contava com a presença solidária de mais de vinte parlamentares do MDB, ex-diretores da UNE, como José Serra, Vinicius Caldeira Brant e José Genuíno Neto, representação da OAB, três bispos e até mesmo um campeão de Conceição do Araguaia.

Várias moções de apoio, vindas do exterior, bem como de outros pontos do país, foram lidas e em seguida os estudantes cantaram o hino da UNE, puxado por Carlinhos Lira, lá também presente.

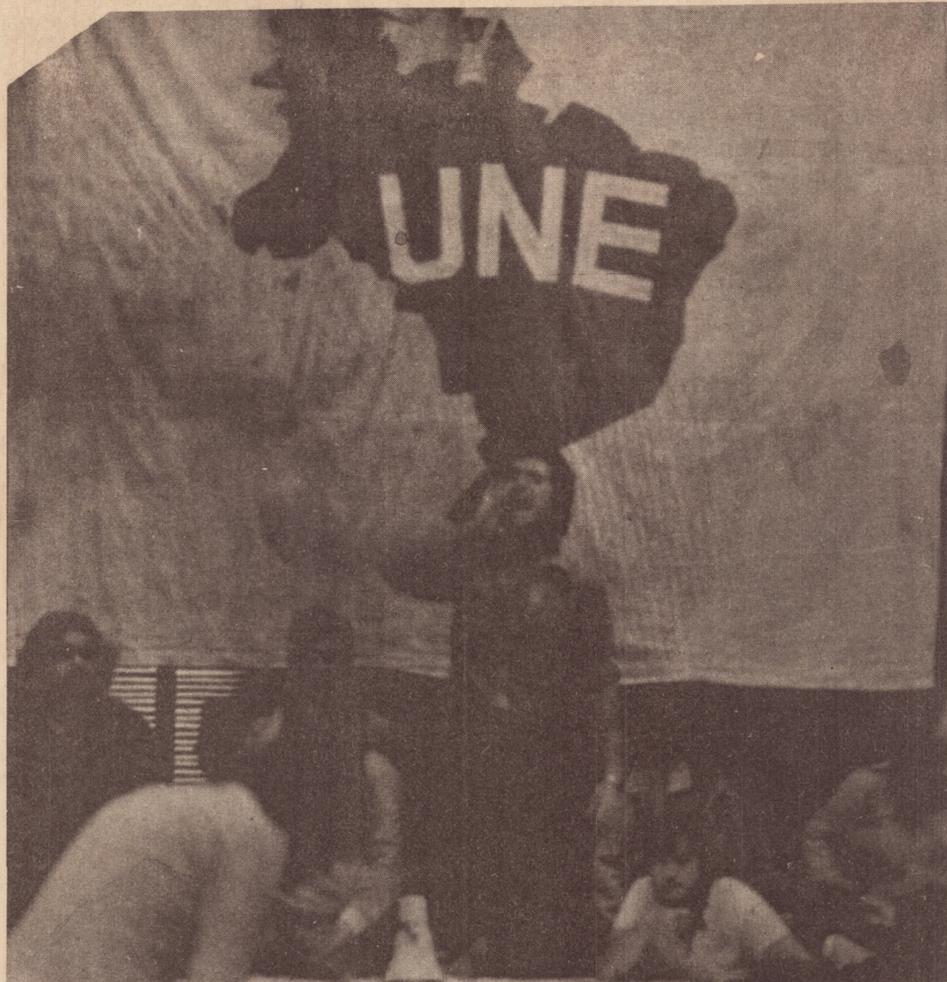
A direção do encontro tentou que fosse o hino nacional, mas o plenário aos gritos de "Abaixo a Ditadura" preferiu a marchinha da entidade.

A repressão do governo, levada a cabo por patrulhas policiais na estrada de acesso a Salvador, não conseguiu impedir a chegada dos 3.165 dele-

gados retirados nas escolas durante a semana anterior. Simplesmente serviu para mostrar que apesar das aparências de boa vontade — como a cessão do Centro de Convenções para a realização do Congresso ou de demagogia — como a revogação do decreto 477 e 228, o regime pretende tratar o movimento estudantil ao igual que os operários do ABC, entre o "diálogo" e a pausada.

Até o momento em que esta edição era fechada, na quarta-feira pela manhã, não se tinha ainda notícias das votações do Congresso, sobretudo das questões polêmicas que giravam em torno do caráter da "Carta de Princípios" e da direção para a UNE imediatamente.

Mas a reconstrução da UNE, já assegurada, era inquestionavelmente uma grande vitória para a luta por liberdades democráticas.



Jornalistas de São Paulo não passam no 1º teste

Num clima tenso, nervoso, mais de dois mil jornalistas decidiram por fim à greve geral da categoria — a primeira em 18 anos —, iniciada seis dias antes naquele mesmo auditório do Teatro da Universidade Católica (TUCA), no dia 23 de maio de 1979. O final da greve foi, sobretudo, melancólico. Nenhuma das duas reivindicações básicas da categoria — 25% de aumento, depois 15% de aumento e 8% de antecipação, e a imunidade aos representantes sindicais de redação — foi obtida. Nem sequer a garantia de que os grevistas não seriam punidos e os dias parados serão pagos. A greve terminou sem vitória, a grande maioria da categoria abatida e temerosa e o Comando Geral de Greve desgastado. O próprio sindicato, que nunca antes reunira e mobilizara tão maciçamente a grande maioria dos jornalistas de São Paulo, saiu desse primeiro teste grevista imediatamente enfraquecido ao invés de fortalecido, como era de se esperar.

Aparentemente, os resultados da greve dão razão àqueles que se posicionaram contra a deflagração do movimento (menos de um terço numa assembleia de cerca de dois mil jornalistas) ou mesmo àqueles outros que, apesar de terem apoiado de modo titubeante a paralisação, vinham desde a última sexta-feira (ainda no terceiro dia de greve) propondo o seu fim imediato. Mas as aparências, mais uma vez, enganaram. Tanto uns como outros, por razões diversas, não conseguiram compreender os pontos fortes e fracos do movimento. Nessa medida, atuaram sempre como freios da categoria, procurando desviá-la dos seus objetivos e enfraquecer sua vontade de luta. Esse comportamento certamente pesou no modo como o Comando enfrentou o momento decisivo do recuo necessário. A greve não poderia passar de terça-feira, mas o modo de recuar organizado e mobilizadamente diante do obstáculo imediatamente intransponível não foi encontrado pelo Comando, em que pese a presença, no seu interior, de valorosos companheiros.

A ALTERNATIVA QUE NÃO ERA

Seria tão irresponsável tentar manter a greve a partir da última terça-feira quanto o foi o modo pelo qual propôs (e conseguiu) o seu término. O Comando Geral de Greve defendeu a volta ao trabalho sem oferecer quaisquer garantias ao conjunto da categoria, e também sem acenar com qualquer perspectiva de continuidade da luta, a não ser para o final do ano, na época do dissídio. Sem nenhuma garantia para enfrentar as seguras retaliações patronais contra os grevistas (das quais já tivemos as primeiras notícias em plena assembleia) a não ser que consideremos como "garantia" a promessa de que a diretoria do sindicato fará "gestões" junto aos sindicatos patronais para evitar punições. Os resultados dessas gestões, com a categoria em greve, já são conhecidos. Agora, com os jornalistas de volta ao trabalho e com dificuldades para manter a cabeça erguida, eles novamente não se farão esperar. Ou será que devemos contar com a boa-vontade do patronato da imprensa?

A ALTERNATIVA QUE ERA

Existiu uma alternativa para a manifesta insuficiência da proposta do Comando. Que não era, evidentemente, a quixotesca defesa da continuidade da greve a qualquer custo, passando por cima da realidade e sem também apreender o significado dos limites e do potencial do movimento, atribuindo a uma genérica "falta de organização", que poderia ser suprida pela formação de "subcomandos". No fundo, as argumentações aparentemente radicais dos jornalistas que defenderam a continuidade da greve acabaram servindo de pretexto para os oradores que defenderam a saída desmobilizadora proposta pelo Comando. Como, por exemplo, quando defensores do fim incondicional da greve disseram: "Se estamos totalmente desorganizados e os piquetes estão desmoralizados, só resta a alternativa de voltarmos ao trabalho e encerrarmos o assunto".

A única alternativa que poderia abrir espaço para o recuo — necessário — organizado era a que propunha a suspensão da greve, mas por um prazo de 30 dias, durante o qual o sindicato tentaria entre outras coisas, continuar negociando com os sindicatos patronais a não punição dos grevistas e o pagamento dos dias parados. Mantida a completa intransigência patronal, no fim deste prazo, nova greve seria deflagrada. Por inadvertência ou talvez por exagerada "fidelidade" ao Comando, a própria mesa da assembleia contribuiu para a derrota dessa proposta, trabalhando na linha de impedir que ela tivesse ao menos a oportunidade de ser defendida em plenário, antes da votação.

FALSAS LIÇÕES

Alguns companheiros do Comando, segundo se pode

Por que os jornalistas não ganharam a greve? O traço marcante da atuação da direção da categoria foi a prudência. Nada de aventuras, pois todo o cuidado é pouco — eis o lema que não foi escrito, mas que predominou. No geral, como tese, tudo bem. Mas a categoria acabou sendo levada a pascar por omissão, por temor dos riscos do excesso. Leia aqui uma contribuição para o balanço do movimento e um resumo do dia-a-dia da greve.

Seis dias de luta. Seis dias de greve.

Uma semana antes da decretação da greve, com a Igreja da Consolação, no centro de São Paulo, completamente lotada por jornalistas, a categoria por grande maioria a greve, mas não pôde iniciá-la pois a votação não permitiu a maioria de 2/3 — proposta (e aprovada) como quórum qualificado pelo então Comando Geral de Mobilização.

A intransigência patronal se manteve, assumindo, na semana seguinte, tons provocativos, com a publicação de um comunicado nos jornais que reiterava a negativa às reivindicações dos jornalistas.

DIA 22 DE MAIO, terça-feira — novamente aprovado o quórum qualificado de 2/3, a categoria deflagra a greve, superando maciçamente a quantidade de votos exigida;

23 DE MAIO, quarta-feira — primeiro dia da greve, iniciada às 04 horas da manhã. Todo o tempo é dedicado ao aperfeiçoamento organizatório e à realização dos piquetes. O "Unidade" Extra-2 sai anunciando a greve.

24 DE MAIO, quinta-feira — na madrugada, a polícia mobilizada pelos patrões, principalmente pelos Mesquita e pelos Frias, baixa o cacetete nos piquetes do "Estado" e das "Folhas" e prende companheiros. Os caminhões passam carregados de jornais feitos pelos patrões e pelos fura-greve. Sai o "Unidade" Extra-3.

Durante o dia ocorrem duas reuniões entre o Sindicato dos Jornalistas e os patronais na DRT. Os patrões começam a ceder. Fazem contra-proposta admitindo conceder 2% de aumento, 14 de antecipação e criar uma comissão paritária para estudar as funções do representante sindical de redação, com 5 meses de prazo para apresentar os resultados.

Manifestações de solidariedade à luta dos jornalistas chegam de todos os pontos do país.

25 DE MAIO, sexta-feira — a categoria começa o dia com os ânimos divididos: entusiasmo com a quebra da inflexibilidade de parte dos patrões (o sindicato das empresas de rádio e TV mantém-se irredutível) e confusão quanto à eficácia dos piquetes (os jornais continuam

deprender das intervenções que fizeram, chegaram à conclusão de que a greve só de jornalistas é algo superado, é um erro. Um deles afirmou enfaticamente que talvez esta tenha sido "a última greve de jornalistas no país, porque a próxima será a de trabalhadores em empresas de comunicação", o que inclui os gráficos (no caso de jornais e revistas) e os funcionários de administração. Que os jornalistas devam caminhar nesse sentido, não há o que discutir. Que uma greve geral de todos os trabalhadores nas empresas de comunicação deva ser a meta que, seguramente, propiciará muito mais força para quebrar a contumaz intransigência patronal, não há dúvida. O erro subjacente a essa visão é, no entanto, crasso: ela praticamente tenta convencer os jornalistas de que, sozinhos, eles não têm condições de utilizar o legítimo instrumento da greve como arma eficaz de luta, que possa levar a categoria a obter vitórias, mesmo que parciais. É também essa assimilação incorreta e frouxa das lições da primeira greve geral dos jornalistas em 18 anos que foi responsável pela proposta desmobilizadora de volta incondicional ao trabalho, querendo convencer a categoria de que ela só deve voltar a se erguer novamente em movimento grevista se contar com a adesão segura dos gráficos e dos funcionários de administração.

Pensar assim é supor que a greve geral que terminou na última terça-feira, apesar de não ter sido suficiente para quebrar a irredutibilidade patronal, não causou prejuízos de vulto aos patrões. É evidente que causou. E mais evidente ainda que os patrões chegaram a começar a ceder e se mostraram, em alguma medida, divididos. Maior determinação do Comando, propiciando uma demonstração de força em nível superior da categoria (ver mais adiante o plano alternativo aos que concebiam piquetes apenas de pesuação e aos que, ilusoriamente, defendiam que os piquetes deveriam impedir os fura-greve "na marra") e a superação das vacilações dos companheiros que só falavam para pedir o fim da greve e para destacar os aspectos negativos procurando adiantar a categoria com anúncios de que um ou outro setor estava decidido a voltar ao trabalho, com essas duas condições

saindo) e os efeitos da repressão. A sessão da assembleia vai das 10hs até o meio da tarde. A contra-proposta patronal é eucusada e a categoria apresenta uma nova proposta, mais flexível: 8% de aumento, 15 de antecipação; e aceita a comissão paritária, com a condição de que os membros do CCRR tenham imunidade durante os cinco meses dos estudos sobre suas funções; um grupo de companheiros começa a lutar pelo fim imediato da greve;

26 DE MAIO, sábado — melhora o trabalho organizatório: criada a "Rádio Piquete", que comunica de hora em hora, nas portas das empresas, as últimas notícias recebidas e redigidas pela Central de Informações montada na sede do sindicato. Apesar dos companheiros que querem terminar com a greve, a maioria da categoria eleva o ânimo. Continuam as manifestações de solidariedade. O Comando Geral de Greve aparentemente tende a se fortalecer. Realiza-se um ato público no centro da cidade.

27 DE MAIO, domingo — Os piquetes de fim de semana atuam, em muitos casos, esvaziados. O dia transcorre sem grandes incidentes, à espera da sessão da assembleia marcada para as 21 horas. O CGC propõe a continuidade da greve, já sob o fogo cruzado dos mesmos companheiros que lutam pelo fim imediato do movimento, sem levar em conta a importância das reuniões previstas para segunda-feira, promovidas pela DRT. Sai o "Unidade" Extra-4. Existe expectativa de que os patrões façam nova contraproposta.

28 DE MAIO, segunda-feira — Os piquetes continuam, mas cada vez mais enfraquecidos. Certamente em função dos resultados da assembleia de domingo, os patrões entram novamente irredutíveis na audiência da DRT. Não sai acordo. A Justiça do Trabalho (sempre a serviço do capital) decreta a ilegalidade da greve. Na última sessão da assembleia permanente, a maioria absoluta da categoria decide terminar a greve, sem ganhar nenhuma de suas reivindicações, determinando a volta coletiva ao trabalho às 12 horas de terça-feira.

era de se supor que os sindicatos patronais não chegassem tão intransigentes (quando já tinham começado a ceder) na audiência promovida pela DRT na última segunda-feira. O Comando, contudo, não só não teve condições de se contrapor a esses problemas, como ficou enfraquecido, juntamente com a categoria, ao chegar à mesa de negociações e se colocar diante da possibilidade, logo efetivada, de decretação da ilegalidade da greve.

ARTIFÍCIOS DA DERROTA

Nesse ponto é preciso dizer que os companheiros que fizeram o jogo aberto de acabar com a greve desde a sexta-feira não foram apenas "previdentes", como eles se consideram, mas foram também artífices da derrota da categoria. Como não poderia deixar de ser são os mesmos que, agora, propagandeam a "lição" de que greve só de jornalistas é papo furado.

Não é. Ficou provado que a categoria não tem condições (ou pelos menos não teve) de realizar uma greve longa e ainda menos de mantê-la depois de decretada sua ilegalidade. Seja pela ameaça de demissões (inclusive dos que têm estabilidade), seja pela ameaça (embora não muito provável) de intervenção no sindicato. Mas ficou igualmente provado que greves curtas (como a realizada), que provocam grande desgaste dos patrões e que chegam até o impasse da ilegalidade têm condição de ser feitas e de se repetirem. Ainda porque a ilegalidade decretada para uma não vale para a eventual greve seguinte, dando espaço para novas negociações, novas tentativas de conciliação e, se não houver jeito, nova ilegalidade. A alternativa, portanto, diante da completa intransigência patronal, alimentada pelos erros cometidos e pela demonstração de fraqueza da categoria nos dias decisivos da greve passada, na medida em que foi decretada a ilegalidade do movimento, só poderia ser a do recuo, com a manutenção da mobilização e a perspectiva de nova greve a curto prazo (no caso da proposta, 30 dias). Esta seria também uma garantia real para a provável retaliação patronal (demissões, etc) e para o retorno organizado, que levasse a um balanço sistemático do

movimento, correção dos seus erros e preparação para o próximo embate, em nível superior.

Ao invés, portanto, de manter a greve ou de encerrá-la do modo como foi aprovado, ao invés de "greve a vitória" ou de retorno desmobilizador, a alternativa era a de SUCESSIVAS GREVES DE DESGASTE ATÉ A VITÓRIA. Esta, sem dúvida, era a perspectiva imbutida na proposta de suspensão da greve por 30 dias.

O PLANO SEMPRE ADIADO

É evidente que a categoria não teve seu potencial e sua disposição de luta bem aproveitados e bem dirigidos pelo Comando. Quando os piquetes demonstraram que não poderiam nem deveriam tentar impedir "na marra" os fura-greve de entrar nas redações (não faltaram "vontade, disposição e ânimo"; faltaram forças, diante do aparato policial montado pelos patrões), a alternativa não era a de apenas limitar as ações da categoria aos "piquetes de persuasão". Surgiu a proposta — que foi consensivamente discutida com cada um dos membros do Comando (quase todos) — de que fosse adotada uma forma de luta mais criativa e mais condizente com a disposição de luta da categoria: a de ser convocada a categoria para a realização de um "piquete monstro", que fechasse completamente as saídas de uma grande empresa jornalística, utilizando para tal inclusive um bem movel que grande parte dos jornalistas possui — o automóvel. Carros parados, desligados, fechados, um colado no outro, ao lado de uma grande manifestação, não só da categoria mas de outros setores que se manifestam solidariamente, como artistas, advogados, parlamentares, etc. O plano existiu, foi discutido com grande número de companheiros, contou praticamente com a simpatia e mesmo com o apoio de cada um dos integrantes do Comando e o qual foi discutido, e, no final, teve sempre sua aplicação adiada. O plano pressupunha também que, no caso de ocorrer uma repressão maciça, a categoria deveria evitar por todos os meios o enfrentamento, abandonando as ruas completamente bloqueadas pelos carros e pela confusão que tal engarrafamento sem dúvida provocaria. Retirar os carros, um por um, ou mesmo buscar outro meio de levar os jornais às bancas sem ser pela saída dos caminhões, seria no mínimo tarefa para longas horas de substancial atraso na distribuição das edições.

CCRR, O GRANDE AUSENTE

Quanto ao problema organizatório, o mais importante a destacar é o desprezo a que foi relegado o CCRR — Conselho Consultivo dos Representantes de Redação —, para o qual se reivindicava imunidade. Alguns dos seus coordenadores, com justiça, compuseram o Comando. No entanto, o que fez o conjunto dos representantes? De modo geral, trabalhou firme, vinculado às suas redações, seja nos piquetes, seja em outras atividades de propaganda, etc. Ou seja, atuou dispersamente. Este foi mais um erro.

O CCRR deveria ter sido a instância organizatória de ligação do Comando Geral de Greve com o conjunto da categoria, inclusive como meio de preparação das assembleias, debate sobre os erros que estavam sendo cometidos e canal para a sua superação. A própria organização e atuação dos piquetes poderia ter sido muito mais eficiente se efetivadas por meio do CCRR.

A DIFÍCIL CONQUISTA DA UNIDADE

A grande maioria dos jornalistas falou e pregou a unidade da categoria e o fortalecimento do sindicato. Particularmente o grupo de companheiros que mais trabalhou pelo fim da greve e quem sem dúvida pesou no modo desmobilizador como ela terminou. A unidade da categoria e o fortalecimento do sindicato não dependem apenas de apelos. Dependem da condução correta das lutas dos jornalistas, da perspectiva firme na busca de todas as possibilidades de vitória, mesmo que parciais. O modo como principalmente a categoria saiu dessa greve deixa muito a desejar e não contribui para a unidade e o fortalecimento do sindicato. É de se prever que os próprios balanços do movimento venham a ser feitos (além dos escritos e publicados) por assembleias não muito significativas.

Uma das últimas propostas aprovadas, nos últimos minutos da assembleia, já na madrugada da última terça-feira, estabeleceu que a diretoria do sindicato, entre outras atitudes, convocará imediatamente uma assembleia-geral da categoria, caso os patrões comecem a demitir ou a punir de outras formas os grevistas. Se isso ocorrer, abre-se oportunidade de corrigirmos pelo menos alguns dos erros cometidos até agora na primeira fase da campanha salarial dos jornalistas de São Paulo.